INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
Av. Araújo Pinho, 39 - Bairro Canela - CEP 40110-150 - Salvador - BA - www.portal.ifba.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 15 DE MARÇO DE 2022.

Aprova o *Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo* do campus Barreiras.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTOFEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – IFBA, no uso de suas atribuições, considerando a apreciação do plenário do CONSEPE em Reunião Ordinária ocorrida em 25 de novembro de 2020, conforme consta no Processo nº 23286.004150/2019-57, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o *Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo* do campus Barreiras.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Luzia Matos Mota
Presidente do CONSEPE

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Documento assinado eletronicamente por **LUZIA MATOS MOTA**, **Reitora**, em 15/03/2022, às 19:30, conforme decreto nº 8.539/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2227272** e o código CRC **0D156ACE**.

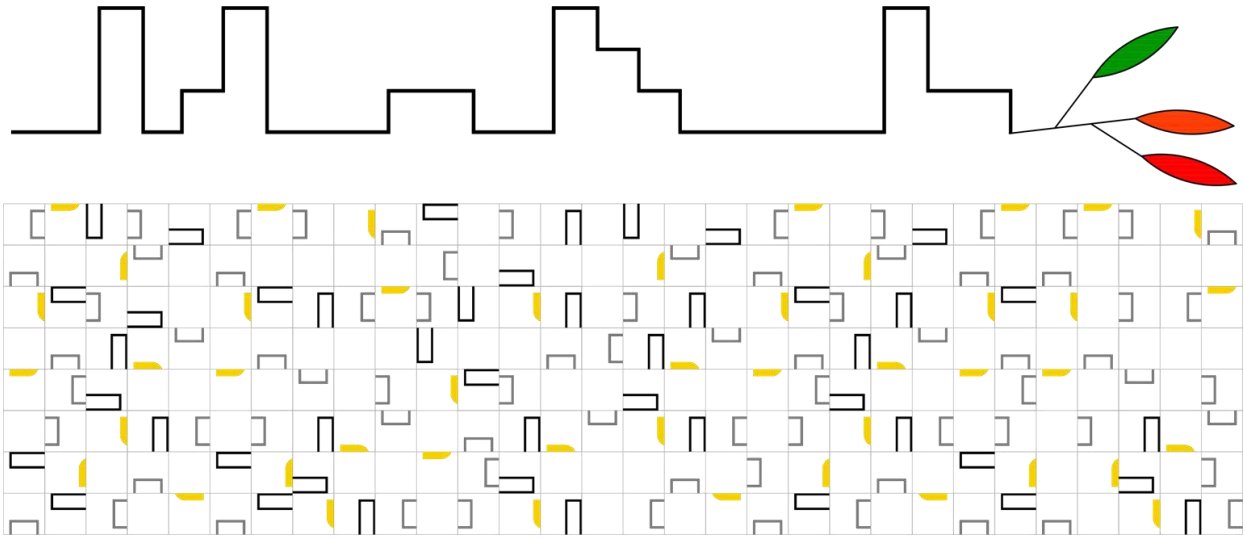
Digite aqui o conteúdo do(s) anexo(s) ....

23278.006257/2021-53 2227272v2

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA



BARREIRAS
2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
CAMPUS BARREIRAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – CAMPUS BARREIRAS

BARREIRAS
2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
CAMPUS BARREIRAS

Reitora
Luzia Matos Mota

Pró-Reitor de Ensino
Jancarlos Menezes Lapa

Diretor Geral do Campus Barreiras
Gustavo da Silva Quirino

Diretor de Ensino
Anderson Oliveira de Almeida

Diretor Administrativo
Darlan Cavalcante de Almeida

Chefe do Departamento de Ensino Superior
Davi Novaes Ladeia Fogaça

Coordenador do Curso
Osnildo Adão Wan-Dall Junior

BARREIRAS
2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
CAMPUS BARREIRAS

Este Projeto Pedagógico do Curso do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal da Bahia – Campus Barreiras foi elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante, com contribuições de outros docentes em atuação no curso, e foi endossado pelo Colegiado e pela Comissão de Revisão do PPC, que se baseou no Projeto Pedagógico do Curso até então vigente, aprovado *ad referendum* pela Resolução nº 70, de 16 de dezembro de 2019 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE/IFBA).

Núcleo Docente Estruturante
Portaria nº 2.061, de 17 de junho de 2021

Osnildo Adão Wan-Dall Junior – Coordenador do Curso (Presidente)
Anselmo de Lima Mello – Membro
Marcos Antônio Bezerra Santos Filho – Membro
Paulo Francisco de Oliveira Reis – Membro
Regina do Nascimento Gomes Xavier – Membra
Sivalnice Conceição dos Santos – Membra

Colegiado do Curso
Portaria nº 4.685, de 29 de dezembro de 2021

Osnildo Adão Wan-Dall Junior – Coordenador do Curso (Presidente)
Atauan Soares de Queiroz – Docente (Membro Titular)
Delânia Santos Azevedo – Docente (Membra Titular)
Paulo Francisco de Oliveira Reis – Docente (Membro Titular)
Regina do Nascimento Gomes Xavier – Docente (Membra Titular)
Saul Carlos Costa dos Santos – Docente (Membro Titular)
Sivalnice Conceição dos Santos – Docente (Membra Titular)
Shirley Pimentel de Souza – Pedagoga (Membra Titular)
Lanara da Silva Barreto Pinheiro dos Santos – Representante Discente (Membra Titular)
Millena Jesus Cintra – Representante Discente (Membra Titular)
Jurema Moreira Cavalcanti – Docente (Membra Suplente)
Maria das Graças Alencar Viana – Representante Discente (Membra Suplente)
Maria de Lourdes Nunes Militão – Docente (Membra Suplente)

Paula Vielmo – Pedagoga (Membra Suplente)
Ricardo Rigaud Muniz – Docente (Membro Suplente)
Tânia de Souza Lima – Docente (Membra Suplente)

Comissão de Revisão do Projeto Pedagógico do Curso
Portaria nº 2.063, de 17 de junho de 2021

Osnildo Adão Wan-Dall Junior – Docente e Coordenador do Curso (Presidente)
Anselmo de Lima Mello – Docente (Membro)
Regina do Nascimento Gomes Xavier – Docente (Membra)
Sivalnice Conceição dos Santos – Docente (Membra)

HISTÓRICO DE VERSÕES

VERSÃO	DATA	JUSTIFICATIVA	APROVAÇÃO (Colegiado de Curso, Direção Geral e CONSEPE)
Versão 1	2014	Implantação do Curso	Resolução CONSEPE nº 168, de 02 de outubro de 2014
Versão 2	2017	Modificação de Matriz Curricular – Alteração de fluxograma e carga horária das disciplinas	Resolução CONSEPE nº 3, de 20 de março de 2017
Versão 3	2019	Atualização textual, de ementas e bibliografias	*Ad referendum.* Resolução CONSEPE nº 70, de 16 de dezembro de 2019
Versão 4	2021	Atualização textual, de dados, ementas e bibliografias	A ser aprovada

LISTA DE FIGURA E FLUXOGRAMA

Figura 01	Mapa de referência geral municípios com profissionais ativos	18
Fluxograma 01	Fluxograma do Curso de Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Cursos, modalidade e discentes matriculados no IFBA-Campus Barreiras	15
Quadro 02	Cursos presenciais ativos de Arquitetura e Urbanismo ofertados no estado da Bahia	23
Quadro 03	Horário de atividade do discente sob orientação docente	43
Quadro 04	Descritivo da carga horária das disciplinas	46
Quadro 05	Disciplinas optativas	83
Quadro 06	Docentes do curso	85
Quadro 07	Técnico-Administrativos do Campus Barreiras	87
Quadro 08	Laboratórios e demais espaços existentes	88
Quadro 09	Laboratórios e demais espaços existentes	88
Quadro 10	Laboratório de Desenho	89
Quadro 11	Materiais existentes no Laboratório de Desenho	89
Quadro 12	Materiais existentes nos Laboratórios de Desenho Assistido por Computador	89
Quadro 13	Materiais existentes no Laboratório de Instalações Elétricas	89
Quadro 14	Materiais existentes no Laboratório de Materiais de Construção	90
Quadro 15	Materiais existentes no Laboratório de Instalações Hidrossanitárias	90
Quadro 16	Materiais existentes no Laboratório de Construção Civil e Topografia	91
Quadro 17	Materiais, equipamentos e mobiliários para aquisição	91

LISTA DE SIGLAS

ABEA	Associação Brasileira de Ensino e Arquitetura Urbanismo
AsBEA	Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAU/BR	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
CEAU	Conselho de Especialistas de Ensino da Arquitetura e Urbanismo
CES	Câmara de Educação Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEFET-BA	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
CIEEM	Coordenação de Integração Escola-Empresa
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUP/ IFBA	Conselho Superior do Instituto Federal da Bahia
COTEP	Coordenação Técnico-Pedagógica
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CSA	Comissão Setorial de Avaliação
DAES	Diretoria de Avaliação da Educação Superior
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DEPEN	Departamento de Ensino
DESUP	Departamento de Ensino Superior
DGP	Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil
DIREN	Direção de Ensino
EAAU	Estudos Aplicados em Arquitetura e Urbanismo
EDH	Educação em Direitos Humanos
EMAU	Escritório Modelo da Empresa Júnior
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudante
FAUFBA	Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia
FENEA	Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IFE	Instituições Federais de Educação
INEP	Instituto Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PAAE	Política de Assistência Estudantil
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDU	Plano Diretor Urbano
PIB	Produto Interno Bruto
POEMA	Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
SECONBA	Semana da Consciência Negra de Barreiras
SETEC	Secretaria de Educação profissional e Tecnológica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNED-Barreiras	Unidade de Ensino Descentralizada de Barreiras

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO** **11**
2 JUSTIFICATIVA **24**
2.1 Contexto de inserção do curso na região Oeste da Bahia **24**
2.3 A sustentabilidade como diferencial do curso **28**
3 CONCEPÇÃO DO CURSO **29**
3.1 Base legal **29**
3.2 Objetivos **30**
3.3 Perfil do egresso **31**
3.4 Competências e habilidades **33**
3.5 Campo de atividade profissional **35**
3.6 Requisitos de acesso **35**
4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR **37**
4.1 Estrutura curricular **38**
4.1.1 Características da estrutura curricular
4.1.1.1 Flexibilidade
4.1.1.2 Interdisciplinaridade
4.1.1.3 Articulação da teoria com a prática
4.1.1.4 Inovação
4.2 Representação gráfica do perfil de formação **42**
4.3 Componentes curriculares de exigência legal
4.3.1 Educação das relações étnico-raciais
4.3.2 Educação ambiental **50**
4.3.3 Educação em Direitos Humanos
4.4 Trabalho de Conclusão de Curso **52**
4.5 Estágio curricular supervisionado **54**
4.6 Atividades complementares **54**
4.7 Articulação ensino, pesquisa e extensão **55**
4.8 Escritório modelo **57**
5. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO **59**
5.1 Construção do conhecimento **59**
5.2 Estratégias para a interdisciplinaridade, integração e transversalidade **60**
5.4 Ensino-aprendizagem além do *campus* **61**
5.5 Flexibilização curricular **62**
5.6 Uso de novas tecnologias de informação e comunicação **64**
6 ACESSIBILIDADE **65**
7 APOIO AO DISCENTE **68**
7.1 Ações de acolhimento e permanência **69**
7.2 Coordenação técnico-pedagógica **70**
7.3 Núcleo de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas **70**
7.4 Coordenação de Integração e Escola-Empresa **71**
8 PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO **72**

8.1 Avaliação da aprendizagem **72**
8.2 Avaliação do projeto pedagógico do curso **74**
8.3 Critérios de aproveitamento de disciplinas **76**
9 GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO **76**
9.1 Colegiado de Curso **76**
9.2 Coordenação de Curso **78**
9.3 Núcleo Docente Estruturante **79**
10 INFRAESTRUTURA **81**
10.1 Corpo docente **81**
10.2 Equipe técnico-pedagógica **83**
10.4 Infraestrutura física e materiais necessários para aquisição **90**
10.5 Biblioteca **91**
10.6 Acessibilidade arquitetônica e espacial **92**
11 CERTIFICAÇÃO **93**
12 REFERÊNCIAS **93**
ANEXO I – Ementário das disciplinas obrigatórias **100**
ANEXO II – Ementário das disciplinas optativas **171**

DADOS DO CURSO

Habilitação	Bacharel em Arquitetura e Urbanismo
Endereço	Rua Gileno de Sá Oliveira, nº 271, Recanto dos Pássaros – CEP: 47808-006 – Barreiras – BA
Telefone	+55 77 3612 9650 (Ramal 9741)
Homepage	https://portal.ifba.edu.br/barreiras/paginas-menu-cursos/cursos/superior/arquitetura/curso-superior-arquitetura
Descrição do Curso	Curso de graduação presencial que habilitará o discente a atuar como Arquiteto e Urbanista, exercendo as atividades inerentes à profissão, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 2/2010 do MEC e a Lei Federal nº 12.378, que cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e regulamenta a profissão de Arquiteto e Urbanista
Data de Implantação do Curso	08 de abril de 2016
Regime Acadêmico	Semestral –100 (cem) dias letivos
Número de Vagas	30 vagas
Turno de Funcionamento	Diurno
Número de Turmas	01 turma de 30 discentes (ingresso anual)
Regime de Matrícula	Semestral
Dimensão das Turmas	Aulas teóricas: até 30 discentes
	Aulas práticas: até 15 discentes
Regime do Curso	Sistema de créditos
Tempo Mínimo Para Integralização	05 (cinco) anos
Tempo Máximo Para Integralização	10 (dez) anos
Total de Créditos	263
Carga Horária	*Carga horária das disciplinas teóricas: 2.190h
	**Carga horária das disciplinas práticas: 1.695h
	Estágio supervisionado: 240 horas
	Atividades complementares: 180 horas
	Trabalho de Conclusão de Curso: 360 horas
	Carga horária total: 4.125 horas

Forma de Ingresso	Sistema de Seleção Unificada (SISU)

*Inclui a carga horária do Trabalho de Conclusão de Curso e disciplinas optativas.
**Inclui a carga horária do Trabalho de Conclusão de Curso e das atividades complementares.

1 INTRODUÇÃO

Desde o período que ficou conhecido por Renascimento Cultural da Europa, a Arquitetura passou a ser definida como profissão e, a partir de então, o profissional arquiteto começou a abandonar o canteiro de obras (trabalho predominantemente braçal), para se dedicar à prancheta (trabalho predominantemente intelectual). A prática especializada do trabalho passou a ter como cerne a projeção e execução de espaços "extraordinários" (monumentos, catedrais, parques, palácios, ou mesmo as vilas dos nobres), se ocupando menos dos espaços "ordinários" da vida cotidiana.

No início do século XIX, com o aumento da demanda por formação superior, o número de arquitetos aumentou significativamente sem que a demanda por espaços extraordinários acompanhasse tal crescimento na mesma proporção. Nesse período, houve um excesso de profissionais para uma situação restrita de absorção, já que a formação dos arquitetos era baseada, principalmente, na lógica de produção de edifícios.

O modelo restrito de demanda dos edifícios extraordinários ainda repercute nos egressos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e, de maneira geral, na preparação restrita para o chamado mercado de trabalho e suas demandas mais comuns quanto ao modo de lidar com o atendimento à sociedade na produção de espaços cotidianos.

Observa-se que a mesma lógica se aplica aos projetos e planos urbanísticos que, por muito tempo, foram realizados apenas para grandes cidades, ou cidade monumentais, como Brasília, Belo Horizonte, Washington ou Camberra.

No começo do século XX, alguns arquitetos começaram a se ocupar com a produção de espaços ordinários e, na segunda metade desse século, a ideia de grandes planos urbanos, em certos casos, é substituída por uma lógica de gestão com elaboração de planos e projetos de menor abrangência e escala. Tal produção, que condiz com a maioria da produção dos arquitetos e urbanistas atualmente em todo o mundo, é representada, muitas vezes, como um trabalho menor, menos valorizado, enquanto os profissionais não atingem distinção suficiente no chamado mercado de trabalho para conseguir serviços considerados mais nobres.

Segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR (2015), apesar de ter aumentando substancialmente o número de profissionais nas últimas décadas, 85%

da produção do espaço habitacional se realiza sem auxílio técnico, por meio da autoprodução. Muitos dos programas para provimento de moradias para as populações de baixa renda financiam, ainda que subsidiados por fontes públicas, o lucro de empresas privadas, produzindo projetos mínimos, inflexíveis e com tecnologia eficiente apenas para aperfeiçoar o custo da construção. Com isso, ignoram a capacidade de autoprodução comunitária e geram espaços pouco eficientes para o usuário final.

A mesma situação se verifica nas atividades de planejamento urbano, onde se busca, comumente e inclusive em grande parte das escolas de Arquitetura e Urbanismo, soluções absolutas para os problemas das cidades, por meio de um planejamento técnico imposto pela administração pública. Essa lógica se apoia em uma visão sistêmica que privilegia uma técnica reducionista em detrimento da interação e da negociação, excluindo a participação dos sujeitos múltiplos nos processos de decisão e de gestão local.

Uma consequência dessa situação é a impossibilidade de implantação de sistemas de gestão e planejamento em pequenas cidades incapazes de arcar com os custos advindos dos grandes planos. Municípios de pequeno e médio porte podem se beneficiar de soluções simples e localizadas que possuam caráter multiplicador. Constata-se a existência de certas fragilidades na formação do Arquiteto e Urbanista, quando essa não é voltada para atender a quem de fato interessa: a sociedade como um todo.

Há que se questionar, assim, a lógica da formação profissional e, com isso, a lógica do ensino de Arquitetura e Urbanismo, que não deve ser centrada apenas em produtos extraordinários, com processos de projeto e planejamento fechados submetidos à relação de bases renascentistas, como artista/autor e cliente/mecenas.

Foi a partir de análises desse amplo conjunto que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Barreiras (IFBA-Campus Barreiras) implantou o curso de Arquitetura e Urbanismo, para atender não somente às demandas regionais a que responde, mas, também, para oferecer à comunidade uma educação integral de qualidade, cuja formação deve ser direcionada para um processo abrangente e participativo, buscando o perfil de profissional envolvido com todas as etapas do processo de produção do espaço construído, capaz de interagir de maneira efetiva com os usuários desses espaços e com suas demandas.

Orientamos o nosso curso na função social da formação e da atuação do profissional do Arquiteto e Urbanista, trazendo em perspectiva a missão, a visão e a concepção pedagógica que orientam as ações educativas no IFBA, como previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (2013).

A Unidade de Ensino Descentralizada de Barreiras (UNED-Barreiras) do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA), atualmente IFBA-Campus Barreiras, situa-se à margem direita do Rio Grande, próximo ao centro da cidade. O *campus* foi inaugurado em 15 de outubro de 1993, sendo que, somente no ano de 1994, em 09 de setembro, a primeira equipe de servidores foi empossada no auditório da unidade, todos aprovados em concurso público realizado especificamente para o provimento das vagas oferecidas à época.

O IFBA resulta de transformações no tempo em que a educação e a formação profissional no Brasil e na Bahia foram ganhando conformações, assim como as instituições federais de ensino de um modo geral. O Campus Barreiras é herdeiro de mudanças que têm um marco importante no surgimento da Escola de Aprendizes e Artífices da Bahia, sancionada em 1909, quando

> a educação profissional passou a ser pensada em nível nacional e organizada de forma sistemática. Nessa época, o Decreto nº 7.566/1909, assinado pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha, significou um marco na educação profissional no Brasil, pois criou nas capitais brasileiras as Escolas de Aprendizes Artífices e, em específico, em território baiano, a Escola de Aprendizes e Artífices da Bahia. (SAMPAIO; ALMEIDA, 2009, p. 18)

A Escola de Aprendizes e Artífices da Bahia tinha por finalidade formar os grupos mais empobrecidos em atividades profissionais demandadas pelo mercado, numa modalidade de educação exclusivamente técnica, não integral de modo assistencialista, ofertando cursos voltados para atividades que exigissem menor raciocínio. (SAMPAIO; ALMEIDA, 2009, p. 19)

Dentre as transformações legais, formais e nas concepções de educação pelas quais o ensino profissionalizante passou no país e na Bahia, bem como a constituição de uma Rede Federal que veio se consolidando até a criação do IFBA, pode-se citar a Lei nº 4.759/1965, que transformou aquela que havia sido a Escola de Aprendizes e Artífices em Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA), que, posteriormente, tornou-se o CEFET-BA, a partir da Lei nº 8.711/1993.

O Campus Barreiras do IFBA foi a primeira unidade do antigo CEFET-BA implantada no interior do Estado. Iniciou sua trajetória unindo estrutura física e humana para, mais tarde, em outubro de 1994, receber as primeiras turmas de discentes aprovados em exame de seleção para os primeiros cursos oferecidos à comunidade: Técnicos em Edificações e Eletromecânica.

Além dos cursos regulares citados, o Campus Barreiras também ofereceu, ao longo dos seus quase 30 anos de existência, cursos voltados para a formação profissional e pós-graduação *latu sensu*. Como exemplo, houve a oferta do Curso Pró-Técnico (1994-1997) para discentes do último ano do Ensino Fundamental de escolas públicas, com o objetivo de preparar o discente para o processo seletivo dos cursos técnicos da Instituição.

Em 1998, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que regulamentou o §2º do Art. 36 e os Art. 39 a 42 da LDBEN, foram ofertados, entre os anos 1998 e 1999, os Cursos Técnicos em Eletrotécnica e em Turismo, na modalidade subsequente e o Ensino Médio (formação geral).

Entre os anos 2000 e 2003, foram oferecidos à comunidade, além dos supracitados acima, o Curso Técnico em Enfermagem e o Curso Técnico em Alimentos e Bebidas (esse último, a partir do ano 2003). Nesse período de mudanças na legislação educacional, os Cursos Técnicos em Edificações (1999-2005) e em Eletromecânica (1999) foram reestruturados, passando a funcionar na forma subsequente.

Em 2004, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio tomou novos rumos, sendo revogado o Decreto nº 2.208/1997. Em seu lugar, o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 passa a regulamentar o § 2º do Art. 36 e os Art. 39 a 41 da LDBEN, estabelecendo novas diretrizes e bases para a educação profissional.

Em consonância com o Decreto nº 5.154/2004, a partir de 2006, foi extinto o Ensino Médio e o Curso de Edificações (Modalidade Subsequente) e implantados os Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado à Educação Profissional. Nessa modalidade de ensino, foram implantados os Cursos Técnicos em Informática e em Edificações, além de ter sido ofertado o Curso Técnico em Eletromecânica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Seguindo a mesma orientação, em 2007, o Curso Técnico em Alimentos e Bebidas passou a ser oferecido na forma integrada ao Ensino Médio.

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estimulou o IFBA-Campus Barreiras a ampliar a oferta de cursos superiores no âmbito das licenciaturas e tecnologias. Em 2008, o Campus Barreiras implantou o Curso de Licenciatura em Matemática e, em 2013, o Curso de Engenharia de Alimentos.

O IFBA alterou significativamente a oferta e práticas da rede baiana, comungando com seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) de 2013, cuja visão é transformá-lo

> numa Instituição de ampla referência e de qualidade de ensino no País, estimulando o desenvolvimento do sujeito crítico, ampliando o número de vagas e cursos, modernizando as estruturas físicas e administrativas, bem como ampliando a sua atuação na pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação tecnológica. (PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL, 2013, p. 28)

Essas características inseriram o IFBA num modelo de educação acadêmica fundamentada em um tripé tipicamente universitário, sendo o ensino, a pesquisa e a extensão indissociáveis, ao tempo que o PPI apontou para a ampliação da oferta de outras modalidades de ensino e atividades da instituição. O ensino profissional integrado, adotado anteriormente, foi fortalecido, e o número de docentes e atividades aumentou, dando início também a um processo de verticalização no qual a finalidade era oferecer ensino superior e pós-graduação em consonância com cursos ofertados no Ensino Médio Integrado.

A UNED-Barreiras do CEFET-BA, no período de 1997 a 1999, havia já oferecido curso de pós-graduação *lato sensu*; uma especialização em Metodologia de Ensino para um grupo de 40 discentes, em convênio com a Prefeitura Municipal de Barreiras e a Fundação CEFET-BA. Aberto a toda comunidade, o curso atraiu discentes não apenas de Barreiras, mas também das cidades Bom Jesus da Lapa, Ibotirama e Guanambi.

No período de 2007 a 2010, o Curso de Especialização do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (CEPROEJA), atendeu a 140 docentes das redes municipal, estadual e federal com o objetivo de formar docentes para atuar na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Quadro 01, abaixo, apresenta os cursos em funcionamento no IFBA-Campus Barreiras atualmente.

Quadro 01 – Cursos, modalidade e discentes matriculados no IFBA-Campus Barreiras

Curso	Modalidade	Nº de Discentes
Técnico em Alimentos	Integrado	183
Técnico em Edificações	Integrado	196
Técnico em Informática	Integrado	189
Técnico em Eletromecânica	Subsequente	53
Técnico em Eletrotécnica	Subsequente	86
Técnico em Enfermagem	Subsequente	91
Engenharia de Alimentos	Superior	56
Licenciatura em Matemática	Superior	69
Arquitetura e Urbanismo	Superior	124

Fonte: Direção de Ensino – DIREN/IFBA-Campus Barreiras (jun. 2021)

A relação acima, dos cursos ofertados pelo Campus Barreiras coaduna com a seguinte informação indicada no PPI:

> O IFBA se insere no âmbito das políticas públicas em educação em demanda no país, com a oferta de cursos técnicos e superiores. O Instituto tem como missão "promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país". (PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL, 2013, p. 20)

Barreiras é, atualmente, um importante polo agropecuário e o principal centro urbano, político, tecnológico, comercial, de serviços e econômico em sentido amplo, da região Oeste da Bahia. Possui área de 7.859.225 km² e sua principal relevância econômica produtiva para o país se deve à agropecuária (soja, algodão, milho, fruticultura, café e bovinocultura).

Com população estimada em 156.975 habitantes para 2020 e Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R$ 30.842,20 em 2018, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021), a cidade é um importante entroncamento rodoviário entre o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste do país. As rodovias BR-242; BR-020; e BR-135 são as principais vias de acesso ao município, que está interligado, via asfalto, com a maioria das cidades da região Oeste do Estado da Bahia. A primeira delas foi executada pelo 4º Batalhão de Engenharia e Construção na década de 1970, com o propósito interligar a então nova capital do país, Brasília, à capital baiana, Salvador.

A cidade dispõe também de aeroporto com voos diários sem escala para Salvador, Belo Horizonte (Confins) e Brasília. Junto às cidades circunvizinhas, compõe a maior região agrícola do Nordeste, com produção do agronegócio irrigado, além da agricultura familiar, em alguns casos, também irrigada, com destaque para a produção de frutas.

Além dessas potencialidades, verifica-se também intensa atividade comercial abastecendo toda região num raio de cerca de 300 km. Devido ao desempenho significativo nos setores do comércio e da prestação de serviços, a cidade ocupa a posição entre os maiores centros econômicos e populacionais do Estado e o principal da região.

Nesse contexto de cidade-polo-regional, Barreiras tem se fortalecido economicamente, dado ao seu desenvolvimento em segmentos e setores diversificados; o que lhe confere um ritmo de desenvolvimento mais acentuado, com grupos interessando-se por processos sustentáveis e seguros, com fornecimento de serviços diversos (destaque para educação e saúde), comércio e agronegócios pujantes, expansivo incremento imobiliário e da construção civil, dentre outros segmentos que se complementam.

No âmbito da educação, aponta-se para Barreiras, num futuro próximo, se não imediato, o *status* de cidade-universitária, tanto pela ampliação das atuais unidades existentes, como pela implantação de novas unidades educacionais de nível superior. Dentre as várias unidades de ensino superior que o município dispõe, destacam-se:

- A Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB);
- A Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus IX);
- A Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB);
- O Instituto de Educação Superior Unyahna de Barreiras (IESUB).

Estas instituições possuem diversidade de cursos, como Jornalismo, Direito, Psicologia, Tecnologia da Informação, Publicidade, Pedagogia, Engenharia Agronômica, Administração, Educação Física, Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Geologia, Engenharia Civil, Engenharia Sanitária e Ambiental; diversas licenciaturas (Letras, Matemática, Física, Química, Biologia, Geografia, História); dentre outros.

De acordo o Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil, realizado pelo CAU/BR e pelo DATAFOLHA (2015) em 2012, único levantamento realizado até o momento pelo

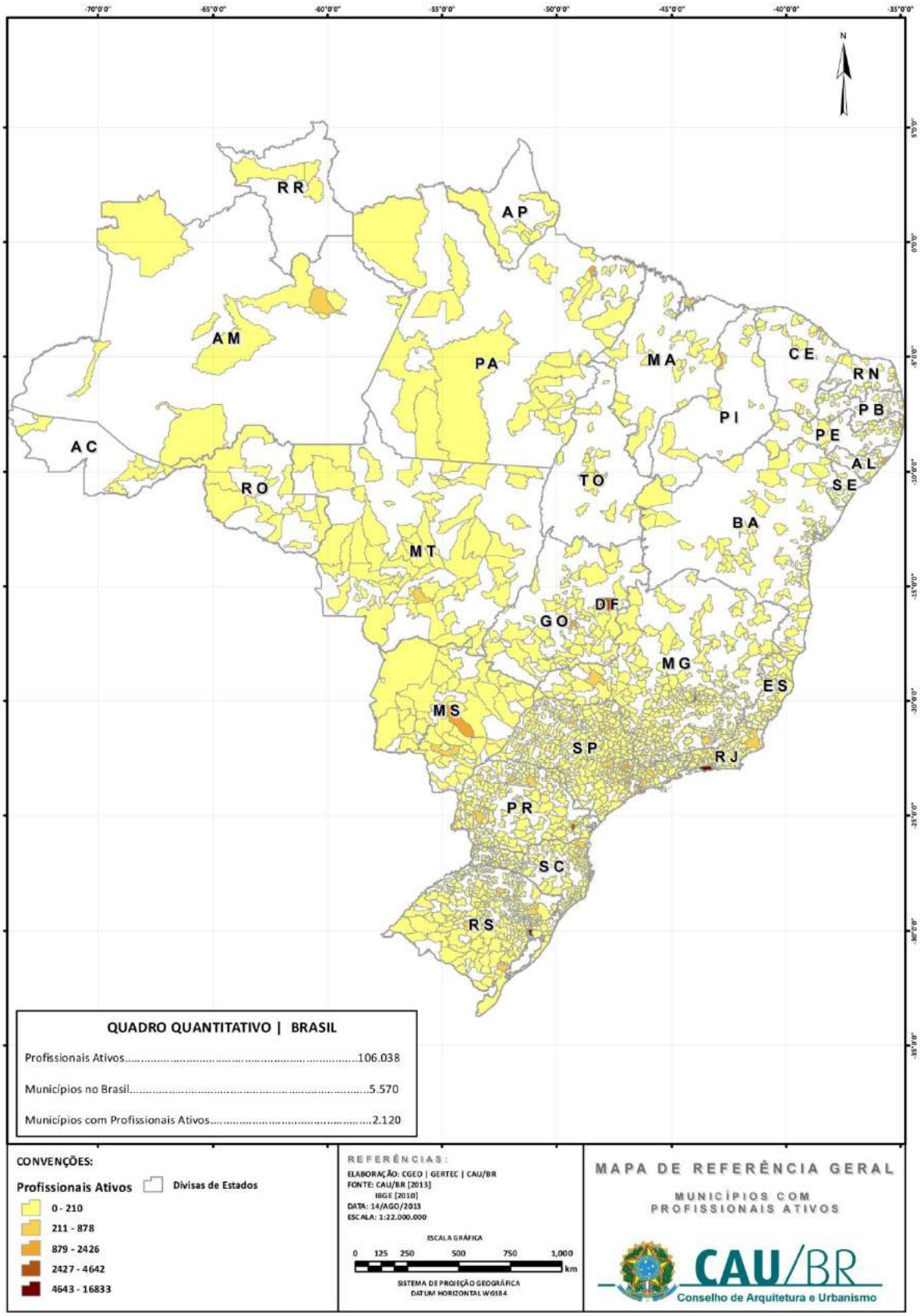
Conselho,[1] a quantidade de profissionais ativos na região Nordeste era de 10.162, valor equivalente a 12,13% do total de arquitetos e urbanistas do país. No ano seguinte, diante dos 14.016.906 habitantes, de acordo com o censo do IBGE realizado em 2010, o estado da Bahia contava com 3.205 arquitetos e urbanistas ativos, segundo o CAU/BR (2013), dos quais 20 atuavam em Barreiras, 26 em Luís Eduardo Magalhães e um em Formosa do Rio Preto. Tais cifras relativizam o índice de 0,22 profissionais por grupo de mil habitantes, abaixo da média brasileira, que é de 0,55, relação semelhante àquela dos países desenvolvidos (CAU/BR, 2013).

A Figura 01, na página seguinte, mostra a concentração de profissionais atuantes no Brasil em 2013, onde se pode perceber um número pequeno de profissionais no Oeste da Bahia, que pode ser contrastado com o crescimento urbano e populacional acelerado e emergente da região a partir da década de 1970. Tal crescimento foi motivado, dentre outros fatores, por fluxos migratórios fomentados pela expansão agrícola, gerando um grande aumento populacional.

Segundo dados do IBGE (2021), em 1970, o município possuía 20.864 habitantes; em 1980, já contava com 41.454; em 2010, Barreiras tinha um total de 137.427 habitantes. Apesar do crescimento econômico do município, a concentração de renda apontada no censo do IBGE de 2010 é preocupante, considerando, por exemplo, que 38.825 pessoas não possuíam rendimento e que 27.030 tinham renda de mais de ½ salário mínimo até um salário mínimo. Acima de cinco até 10 salários mínimos, a representatividade é pequena, chegando a 3.663 pessoas, apontando a concentração de renda. Ainda de acordo com o mesmo último censo do IBGE, em 2010, a concentração urbana chegou a 123.741 habitantes, em oposição aos 13.686 habitantes da zona rural. Em contrapartida, Barreiras é uma cidade com índices baixos de esgotamento sanitário adequado (34,9%) e urbanização de vias públicas (6,8%).

[1] De acordo com o CAU/BR (2020), um novo censo estaria sendo realizado, o Censo dos Arquitetos e Urbanistas 2020. A página web divulgada para consulta ao censo realizado em 2012 <www.caubr.gov.br/censo>, bem como a página sobre a análise da distribuição dos arquitetos e urbanistas no território nacional <www.igeo.caubr.gov.br>, encontram-se, atualmente, fora do ar.

Figura 01 – Mapa de referência geral municípios com profissionais ativos



Fonte: CAU/BR, 2021.

Na última década, o Plano Diretor Urbano de Barreiras (2004-2014), vigente, na prática, até o ano de 2019,[2] não atendeu a sua função planejadora neste intervalo de tempo. Segundo Nascimento (2016), a cidade não se desenvolveu em sincronia com as demandas populacionais e as diretrizes municipais. As consequências foram a expansão de ocupações urbanas irregulares, a especulação imobiliária cada vez mais nítida e a contínua precariedade da infraestrutura urbana.

> A lei nº 646/2004 que dispõe do traçado do perímetro urbano do município, apresenta a delimitação com uma projeção definida para um período de 10 anos, sob uma poligonal que levou em consideração diversos fatores limitantes de crescimento da cidade, sendo a área da porção Leste estabelecida como prioridade para o adensamento urbano e expansão da cidade. Porém, o rápido crescimento urbano da cidade não acompanhou esta projeção, e no decorrer dos anos foram incorporadas leis que alteraram o perímetro urbano municipal num curto intervalo de tempo, em geral estendendo-o. (NASCIMENTO, 2016, p. 15)

A partir do exposto, deduz-se que a propagação de programas urbanos adequados pode ser estimulada pela difusão do conhecimento técnico e científico, tendo como força motriz instituições públicas de educação que têm por finalidade a articulação com a comunidade por meio do tripé ensino-pesquisa-extensão, favorecendo amplamente a caracterização da oferta do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, associado ao curso Técnico em Edificações, também oferecido no Campus Barreiras do IFBA.

Nesse sentido, a Lei nº 11.888/2008, que assegura às famílias de baixa renda que tenham assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, demanda graduados em toda a região para que se faça cumpri-la. A esse respeito, “o CAU/BR entende a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social um direito fundamental do cidadão, assim como saúde e educação. Trata-se da qualidade de vida da população, não apenas em sua residência, mas na cidade como um todo”. (CAU/BR, 2021)

Diretamente aliada a tais questões concernentes à cidadania, e enquanto instituição pública, o IFBA tem a obrigação social de prestação de serviço à sociedade. Assim,

> o ensino no IFBA deve ter por princípio a formação do sujeito histórico-crítico e a vinculação com a ciência e tecnologia destinada à construção da cidadania e da democracia, mediante o enfrentamento a todas as formas

[2] O Plano Diretor Urbano de Barreiras foi atualizado e revisado em 2019, conforme estabelecido pela Lei nº 1.425, de 17 de dezembro de 2019, que "Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Barreiras".

> de discriminação e preconceito, a defesa do meio ambiente e da vida e a criação e produção solidárias em uma perspectiva emancipadora. (IFBA, 2013, p. 114)

Ampliando a dimensão do direito do cidadão à cidade, considera-se também a qualidade de vida do meio rural e de pequenos municípios, e não apenas dos grandes centros urbanos. Logo, o papel profissional do arquiteto e urbanista é necessário, para além da assistência técnica, no desenvolvimento de planos diretores municipais e na efetiva participação na gestão dos municípios e setores privados e de serviços. No caso específico deste Bacharelado, tal premissa deverá ser consequência de um processo educacional de formação orientado por princípios definidos no PPI, tais como:

> **Indissociabilidade:** será sempre observada a integração entre ensino, pesquisa e extensão, assim como a Instituição buscará a articulação de diferentes áreas de conhecimento;
>
> **Continuidade:** as áreas técnicas/tecnológicas promoverão oportunidades para uma educação continuada;
>
> **Unificação:** buscar-se-á a unificação entre cultura/conhecimento e trabalho, para desenvolver as funções do pensar e do fazer;
>
> **Integração:** a busca da integração interdisciplinar permitirá a geração, construção e utilização do conhecimento produzido pelo ensino e pela pesquisa aplicada para solução de problemas econômico-sociais da região. A vinculação estreita à tecnologia, destinada à construção da cidadania, da democracia e da vida ativa de criação e produção solidárias em uma perspectiva histórico-crítica;
>
> **Inovação:** a implementação da inovação científica, tecnológica, artística, cultural, educacional e esportiva deverá orientar as ações da Instituição;
>
> **Democracia:** a Instituição promoverá a vivência democrática, buscando a participação da comunidade acadêmica nos processos de planejamento e gestão;
>
> **Autonomia:** o IFBA preservará a autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial;
>
> **Respeito:** a Instituição deverá assegurar o respeito e a valorização da pessoa humana em sua singularidade e diversidade;
>
> **Responsabilidade:** o Instituto terá compromisso com o bem público, sua administração e sua função na sociedade, primando sempre pelo bem comum, pela ética e priorizando a satisfação das necessidades coletivas à frente das pessoais;

> **Inserção:** o IFBA deverá se integrar à sociedade em seu contexto socioeconômico e cultural no âmbito regional, nacional e internacional;
>
> **Difusão:** o IFBA disponibilizará todo conhecimento que desenvolver, dando suporte aos arranjos produtivos locais, nas áreas social e cultural;
>
> **Permanência:** a instituição deverá desenvolver uma política de assistência aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, possibilitando a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educativas específicas;
>
> **Inclusão:** ações afirmativas de inclusão e garantia de acesso para egressos de escolas públicas e/ou em situações de vulnerabilidade social, levando em consideração as questões étnico-raciais e de gênero;
>
> **Equidade:** o Instituto promoverá nas suas relações, ações de equidade;
>
> **Transparência:** os servidores, principalmente quando ocuparem um cargo de direção ou função gratificada, têm a obrigação de divulgar seus atos administrativos e pedagógicos de forma ampla, irrestrita, permanente, atendendo assim o princípio da publicidade da administração pública;
>
> **Sustentabilidade:** o IFBA comprometer-se-á com a preservação ambiental, de forma a garantir a sustentabilidade nas suas ações;
>
> **Trabalho:** o trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular. (IFBA, 2013, p. 27-28, grifos originais)

De acordo com o exposto, e tendo em vista os princípios constitucionais da ordem econômica, dados na Constituição Federal de 1988 e devidamente salvaguardados na Lei nº 10.257/2001, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana, surge uma nova concepção e prática do planejamento urbano e do urbanismo no Brasil que, a partir de políticas públicas, garantem a democratização das cidades. Não se trata do direito absoluto à propriedade, mas ao uso do solo condicionado ao bem-estar coletivo e à justiça social, com amplo prisma de gestão, ou seja, com efetivo protagonismo da sociedade civil e dos setores operadores do Estado.

Dessa maneira, a atuação dos Arquitetos e Urbanistas está, dentre outros campos da gestão pública participativa, voltada à elaboração conjunta com a sociedade civil, dos planos diretores municipais, conforme discrimina o Estatuto da Cidade. A participação de

Arquitetos Urbanistas nas gestões públicas da região mostra-se extremamente necessária diante do seu processo de crescimento, considerando suas demandas atuais e futuras.

A implantação do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo no município de Barreiras, importante polo agropecuário do estado da Bahia e o principal centro urbano, político, educacional, médico, tecnológico, econômico, turístico e cultural da região Oeste da Bahia, comunga e estimula o desenvolvimento dos sujeitos locais e regionais, uma vez considerado que o raio de abrangência da cidade é estendido atualmente para cerca de 450 km. Nesse sentido, o Bacharelado contribuirá, também, para o crescimento sustentável da região, sendo, portanto, o foco na sustentabilidade uma peculiaridade institucional e também do curso.

Considerando a visão e a missão de "promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país" (IFBA, 2013, p. 27), a prática educativa do curso está em sincronia com o desenvolvimento social, econômico e cultura do país.

Ao implantar o Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, o IFBA-Campus Barreiras busca contribuir na solução de distorções locais na oferta de profissionais na área de Arquiteura e Urbanismo, sanando problemas provenientes da ausência da formação de arquitetos e urbanistas no Oeste Baiano, ao tempo em que cumpre um dos princípios fundamentais do Art. 6º da supracitada Lei nº 11.892, que tem como uma de suas finalidades e características, "ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional".

Dados disponíveis no e-MEC, sistema eletrônico do Ministério da Educação (MEC) para acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil, demonstram a carência de cursos de Arquitetura e Urbanismo na região Oeste da Bahia e, em particular, demonstram a ínfima parcela dos cursos de Arquitetura e Urbanismo ofertados por instituições públicas.

Nesse sentido, o Quadro 02, a seguir, demonstra a compilação de dados obtidos no e-MEC relativamente aos cursos de modalidade presencial em atividade, e ratifica a

relevância da implantação do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras:

Quadro 02 – Cursos presenciais ativos de Arquitetura e Urbanismo ofertados no estado da Bahia

Sigla	Instituição (IES)	Município
–	Centro Universitário UNIRB-Alagoinhas	Alagoinhas
FATEC/BA	Faculdade de Tecnologia e Ciências da Bahia	Alagoinhas
F. UNIRB	Faculdade UNIRB-Barreiras	Barreiras
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	Barreiras
FMT	Faculdade Madre Thais	Ilhéus
–	Faculdade do Sul	Itabuna
–	Centro Universitário Nobre de Feira de Santana	Feira de Santana
FAESF/UNEF	Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana	Feira de Santana
UNIFACS	Universidade Salvador	Feira de Santana
UNIFG	Centro Universitário FG	Guanambi
FCT	Faculdade UNIME de Ciências Exatas e Tecnológicas	Lauro de Freitas
UniAGES	Centro Universitário AGES	Paripiranga
UNIDOMPEDRO	Centro Universitário Dom Pedro II	Salvador
Estácio Bahia	Centro Universitário Estácio da Bahia	Salvador
UNIJORGE	Centro Universitário Jorge Amado	Salvador*
Uninassau Salvador	Centro Universitário Maurício de Nassau de Salvador	Salvador
UniRuy Wyden	Centro Universitário Ruy Barbosa Wyden	Salvador*
UNIRB	Centro Universitário UNIRB	Salvador
FATEC- BA	Faculdade Baiana de Tecnologia e Ciências	Salvador
FACDELTA	Faculdade Delta	Salvador
FDP II Tec	Faculdade Dom Pedro II De Tecnologia	Salvador
UCSAL	Universidade Católica do Salvador	Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia	Salvador*
UNIFACS	Universidade Salvador	Salvador
FASB	Faculdade do Sul da Bahia	Teixeira de Freitas
PIT TEIXEIRA	Faculdade Pitágoras de Teixeira de Freitas	Teixeira de Freitas
FAINOR	Faculdade Independente do Nordeste	Vitória da Conquista

FASAVIC	Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista	Vitória da Conquista
–	Faculdade UNINASSAU Vitória da Conquista	Vitória da Conquista

Fonte: Comissão de Revissão do PPC a partir de relatório do e-MEC (jun. 2021)

Dos 50 cursos cadastrados com o status "Em atividade" no Sistema e-MEC, 29 equivalem a instituições de ensino distintas que ofertam cursos na modalidade presencial. Das 29 instituições, uma é multicampi; três delas têm dois códigos de curso, o que, certamente, indica a oferta de curso tanto na modalidade diurno quanto noturno; três estão localizados na cidade de Barreiras; 18 cursos tiveram início depois da data registrada no e-MEC para o início do curso do IFBA-Campus Barreiras (08 de abril de 2016). Desde então, a oferta de cursos de Arquitetura e Urbanismo em instituições públicas continua na mesma situação: das 29 instituições, somente três delas são públicas. A pesquisa no Sistema e-MEC mostra, ainda, que das 50, sete encontram-se com status "Não iniciado", incluindo um novo curso a ser ofertado em Barreiras, em instituição privada.

Os dados do Quadro 02 demonstram uma concentração de cursos de Arquitetura e Urbanismo na região metropolitana de Salvador, em detrimento de uma distribuição equivalente em outras regiões do estado. Nessa região, a taxa de oferta na rede pública é consideravelmente menor que a rede privada. No interior, todos os cursos são oferecidos pela rede privada. Há necessidade do aumento da oferta de cursos de Arquitetura e Urbanismo em todas as regiões do estado, sobretudo na rede pública de ensino.

O curso de Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras é o terceiro curso oferecido em instituição pública de ensino após 65 anos, desde a federalização do curso de Arquitetura em 1949, a partir da incorporação da Escola de Belas Artes à Universidade Federal da Bahia (FAUFBA, 2014). Os dois primeiros são, respectivamente, os cursos diurno e noturno ofertados pela Universidade Federal da Bahia, ambos ofertados em Salvador.

Sendo o primeiro curso da rede pública de ensino do interior, e único até o momento, o curso de Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras destaca-se ainda por atender a região Oeste da Bahia que, geograficamente, está muito distante de outras instituições de ensino de Arquitetura e Urbanismo do estado. Além disso, como o acesso ao curso ocorre por meio do Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação (SISU/MEC), há de se

considerar a possibilidade de atendimento a discentes exógenos à região que, após a conclusão do curso, poderão ou não atuar no Oeste da Bahia.

O IFBA-Campus Barreiras, como instituição mediadora da formação profissional e na condição de agente do desenvolvimento local e regional, tem como compromisso propiciar uma formação social humanística ao discente, integrando-o à sociedade e preparando-o para o mundo do trabalho. Espera-se que os discentes do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA valorizem a profissão escolhida e exerçam sua função de maneira crítica e responsável, ou seja, que possam exercer plenamente seu papel na sociedade.

2 JUSTIFICATIVA

2.1 Contexto de inserção do curso na região Oeste da Bahia

A região Oeste da Bahia teve um acelerado movimento de mudanças. Dentre as consequências de fenômenos peculiares na região, houve, recentemente, um crescimento urbano do município de Barreiras, impulsionado por fluxos migratórios constantes a partir da década de 1970.

Esse crescimento, fomentado por razões diversas, mas tendo como situações centrais o agronegócio irrigado e a construção de estradas, modificou não somente a arquitetura e o planejamento da cidade, mas sua economia, culturas, serviços e outras dinâmicas socioculturais, que foram amplamente impactadas. O município recebeu migrantes de regiões diversas do próprio estado e do país e concentrou setores de serviços regionais, como aqueles oferecidos pelo Estado. Nele, está em promoção um avanço das oportunidades de formação universitária, que atraem novos fluxos migratórios, contexto em que está inserido o curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.

O crescimento do agronegócio ampliou o comércio regional, fazendo da cidade de Barreiras um importante polo, atraindo investimentos que podem ser evidenciados no aumento da empregabilidade e grandes magazines e franquias nacionais e internacionais, concessionárias de veículos, dentre outras empresas de insumos e tecnologias agrícolas que se instalaram na cidade e se somam ao aumento do setor.

O crescimento econômico também gerou, como consequência, o aumento populacional na região, que teve em cidades como Barreiras e Luís Eduardo Magalhães,

dentre outras, grande concentração de habitantes. “No ano de 1980, a população do oeste da Bahia era de 336.816 habitantes, enquanto no ano de 2010, o contingente demográfico alcançou 579.253 pessoas, ou seja, houve um incremento de 242.437 habitantes ou, em termos relativos, um crescimento de 71,98%.” (FERRAZ, 2015, p. 139)

No Oeste Baiano, com o crescimento populacional e urbano, os principais agentes, predominantemente sulistas, passam a impor uma lógica de organização que acelerou o processo de urbanização, bem como a reestruturação e o surgimento de cidades circunvizinhas.

Barreiras, em apenas 10 anos, teve seu PIB dobrado, e a transferência de renda para o município passou de R$ 54 milhões para R$ 148 milhões, entre 2006 e 2011, contudo até os dias atuais, 61% dos domicílios convivem com esgoto a céu aberto, e 50% deles não tem ruas pavimentadas (COSTA; MONDARDO, 2013, p. 1376); os trabalhadores formais têm salário médio mensal de 2,3 (IBGE, 2018); o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário-mínimo é de 38,2% (IBGE, 2010). Tais indicadores apontam para a necessidade de difusão de saberes e instituições que permitam uma formação dinâmica e que oportunizem a apropriação de conhecimentos.

O crescimento acelerado da região gerou contraste de renda, oportunidades de emprego e problemas urbanos. Apesar das contradições, houve fortalecimento e desenvolvimento dos setores prestadores de serviço, principalmente em Barreiras que “(...) se tornou a ‘*core* área’ do Oeste Baiano em função da *centralização* de algumas atividades agroindustriais e econômicas que lhe configuraram enquanto *pólo* do ‘progresso’, do ‘desenvolvimento’ regional e de atração populacional”; dessa forma, sofrendo “um aprofundamento do processo de urbanização e divisão territorial do trabalho constituindo-se num espaço para onde converge parte dos sojicultores e, sobretudo, a demanda especializada destes por serviços de apoio à produção e infraestrutura”. (MONDARDO, 2010, p. 125)

A realidade da região apresenta as possibilidades e justas inserções do Bacharelado, para interferir positivamente e difundir o conhecimento técnico, científico e social, de forma humanística, sobre os objetos da Arquitetura e Urbanismo, que se encontram, de certa forma, silenciados nesse desenvolvimento histórico recente da região.

Tem-se por meta cumprir tarefas múltiplas de atender demandas do crescimento e também de preservação e cuidado patrimonial, bem como de constituir novas demandas e difundir saberes ora subalternizados. Assim é que há grande relevância do curso para com a comunidade local e mesmo nacional, em aspectos múltiplos, e por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, poder-se-á fomentar uma economia que já apresenta demanda profissional, articulada a transformações sociais e culturais que terão repercussão na forma de ver e viver o mundo.

Apesar da ampla difusão de saberes técnicos para o setor agroindustrial, mediados por instituições públicas e também privadas, outros saberes que deveriam acompanhar esse processo para um desenvolvimento pleno, foram marginalizados, tendo, em parte, como consequências, as situações históricas, sociais e culturais apontadas até o momento. Portanto, a emergência do Bacharelado, em consonância com a missão institucional e as definições do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFBA – PDI (2020-2024) se insere nessa vaga histórica, apontando a necessidade do curso para atuação em assistência técnica, planejamento urbano, dentre outros, considerando-se valores estilísticos e estéticos da cidade e região.

Há escritórios de Arquitetura, Urbanismo e Design de Interiores na cidade e região que demandam por profissionais, além do Estado, nas suas mais variadas dimensões (município, estado e união). São setores que demandam profissionais que lidem com necessidades de naturezas distintas, seja a iniciativa privada ou grupos socialmente empobrecidos, reconhecendo a Arquitetura e Urbanismo como um elemento coletivo importante para a melhoria da qualidade de vida de todos. Essa dimensão reporta ao que define as atribuições profissionais do arquiteto e urbanista previstas na Resolução n° 21, de 5 de abril de 2012, do Conselho Nacional de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR):

> I – supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica;
> II – coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação;
> III – estudo de viabilidade técnica e ambiental;
> IV – assistência técnica, assessoria e consultoria;
> V – direção de obras e de serviço técnico;
> VI – vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem;
> VII – desempenho de cargo e função técnica;
> VII – treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária;
> VIII – desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade;
> IX – elaboração de orçamento;

> X – produção e divulgação técnica especializada;
> XI – execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico.
> (CAU/BR, 2012, p. 1-2)

Diante do conjunto exposto sobre as peculiaridades regionais, mas que de alguma forma se coadunam com diferenças históricas do país, a contradição campo/cidade se adensa com uma perspectiva dualista, onde ambos se negam, quando é evidente que se integram enquanto fenômenos complementares em sua totalidade (OLIVEIRA, 2014). A superação desse modelo, em parte, depende de propostas pedagógicas mediadoras de um processo mais amplo de produção de saber e formação, dialético e dialógico, que nos últimos anos tem sido apresentado pelos Institutos Federais em todo o país. Trata-se de um modelo de integração, multidisciplinar, transdisciplinar e pluridisciplinar, com objetivos de interação com comunidades locais, regionais e setores produtivos, com soberania, inclusão social e participação democrática para desenvolvimento tecnológico.

O curso de Arquitetura e Urbanismo se constitui como uma área das Ciências Sociais Aplicadas, e se instrumentaliza a partir de Ciências Humanas e Sociais, das Ciências Exatas e Naturais e outras. Assim, o campo converge diversos métodos e conhecimentos para resolução de problemas concretos e atuais, sem perder sua dimensão histórica e a relação com o passado.

O conjunto do curso terá grande relevância para debates da cidade, sua história e atualidade, história e arte, estética, cultura e outros temas correlatos que permitem esforço para compreensão das dinâmicas locais, regionais, nacionais e internacionais e suas relações.

Do ponto de vista das relações culturais, suas práticas, representações, memórias e ressignificações, o curso buscará oferecer arcabouço teórico/metodológico para difusão de pesquisas, atendimento a anseios populares, coletivos, e também individuais, de definição, preservação, publicização da produção arquitetônica e urbanística que ainda não foram disseminados na região.

No contexto do IFBA-Campus Barreiras, o curso de Arquitetura e Urbanismo soma-se a outras graduações oferecidas na região e mesmo na própria Instituição, criando um ambiente acadêmico favorável ao desenvolvimento da pesquisa, do ensino, da extensão, da formação continuada e de outros serviços.

Após a oferta, pelo Campus Barreiras, da Licenciatura em Matemática, do Bacharelado em Engenharia de Alimentos e pós-graduações *stricto sensu,* nos últimos anos, reconheceu-se a demanda de mais uma graduação possível e singular na cidade e região.

O Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo emergiu de um processo de verticalização demandada pelos Institutos Federais, e teve alicerce no curso Técnico em Edificações já existente no *campus*, uma vez que acumulava uma experiência larga em ensino, e também em pesquisa, extensão e da própria inserção local e regional do Instituto, que contava com um quadro inicial de docentes para contemplar o núcleo básico do curso e seu desenrolar.

A intenção de implantação do curso de Arquitetura e Urbanismo foi discutida, de modo interinstitucional, entre o IFBA e a UFOB, que oferta o curso de Engenharia Civil, possibilitando intersecções entre as instituições, bem como atividades de formação extracurricular. Assim, o Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo é um marco importante na disposição da educação pública regional.

2.3 A sustentabilidade como diferencial do curso

O Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA dá ênfase na formação do egresso com enfoque na sustentabilidade, por meio de atividades de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão. Estão definidas nas ementas, programas e metodologias de disciplinas de áreas diversas, os temas e práticas abordadas no curso para difusão de conhecimentos e apropriação, por parte do corpo discente, sobre o que concerne à sustentabilidade. Isto se soma à gestão acadêmica e pedagógica nos setores diversos e competentes que estimulam e organizam atividades e eventos voltados para os temas, além da operacionalização de campanhas de comissões permanentes que capilarizam os debates no *campus*, como na Comissão de Sustentabilidade que converge com a temática transversal descrita neste PPC.

É importante compreender que o desenvolvimento sustentável não é somente consonante às questões ambientais. O termo “desenvolvimento sustentável” foi definido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, que produziu o documento chamado *Nosso futuro comum*. No documento, tal Comissão definiu “desenvolvimento sustentável” como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. (COMISSÃO, 1991, p. 46)

O modelo de desenvolvimento sustentável baseia-se na concepção da parceria e da colaboração efetiva entre os setores público, privado, voluntário e comunitário, implicando, no caso particular da curricularização aqui definida, em uma formação ampla e holística de egressos. Nesse contexto, exige-se um mínimo de consenso e de solidariedade entre os membros da sociedade que transcendam aos interesses particulares, e que só podem ser produzidos em um processo dialógico e interativo de troca de argumentos e posições.

O destaque ao desenvolvimento sustentável dentro de uma perspectiva democrática exige do Estado o papel de fomentador e formador. O IFBA, como instituição de ensino pública, inclusiva, socialmente referenciada e atendendo a necessidades sociais atuais, tem no curso de Arquitetura e Urbanismo o tema da sustentabilidade tratado de modo transversal no conjunto das várias disciplinas que abordam as várias dimensões da sustentabilidade: espacial, social, cultural, política nacional, internacional, econômica e ambiental.

A partir dessa compreensão plural sobre sustentabilidade, acredita-se poder contribuir para a formação de profissionais, capazes de tratar as questões da moradia, das edificações e da cidade de maneira holística, consciente e crítica, promovendo soluções de melhora tanto dos espaços para o indivíduo e o coletivo da população, quanto para a melhora da relação da sociedade com o planeta.

3 CONCEPÇÃO DO CURSO

3.1 Base legal

O PPC do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo foi desenvolvido em consonância com a missão institucional do IFBA, explicitada tanto no PPI (2013, p. 27), quanto no PDI (2020, p. 83) vigentes: “Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país.”

Além do PDI e PPI, o curso foi desenvolvido com base na Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que cria o CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal, regulando o exercício profissional do arquiteto e urbanista no

Brasil. Em termos de regulamentação, o PPC tem como base as seguintes legislações e manuais:

- Lei nº 9.394/1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Resolução CNE/CES nº 2/2007 – Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Resolução CNE/CES nº 2/2010 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006;
- Parecer CNE/CES nº 255/2009 – Proposta de alteração da Resolução CNE/CES nº 6/2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, em decorrência de expediente encaminhado pela SESu/MEC;
- Parecer CNE/CES nº 112/2005 – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo;
- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância: Reconhecimento, de outubro de 2017;
- Resolução CNE/CES nº 1 2021 – Altera o Art. 9º, § 1º da Resolução CNE/CES 2/2019 e o Art. 6º, § 1º da Resolução CNE/CES nº 2/2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo.

Os documentos relacionados à Acessibilidade e Inclusão, Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental e Educação das Relações Étnico-Raciais, componentes curriculares de exigência legal, também estão presentes no corpo deste PPC, conforme itens específicos.

3.2 Objetivos

3.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras é formar profissionais generalistas, dotados autonomia intelectual, consciência

ética e responsabilidade social sustentável, que atuem de modo histórico-crítico, como profissionais capazes de pensar, organizar e dirigir o conjunto de atividades relativas à Arquitetura e ao Urbanismo, incluindo a capacidade criativa e de elaborar projetos em distintas escalas, com soluções economicamente viáveis e culturalmente responsáveis; absorver novas tecnologias e visualizar novas aplicações nesse sentido; analisar problemáticas e buscar por soluções que atendam às necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído; contextualizado suas atividades às inserções institucional, política, geográfica e social; abrangendo as possibilidades de atuação profissional.

3.2.2 Objetivos específicos

- Estimular o desenvolvimento de condutas e atitudes ética, técnica, social e culturalmente responsáveis, tendo como princípios a qualidade de vida dos habitantes dos assentamentos humanos e o desenvolvimento sustentável do ambiente natural e construído;
- Proporcionar a apropriação de conhecimentos teóricos e práticos para o exercício da profissão, incluindo os desdobramentos técnicos relacionados aos sistemas construtivos e estruturais e às instalações prediais para obras novas e intervenções no patrimônio edificado de interesse social e cultural;
- Promover a identificação, valorização e preservação da arquitetura, da cidade e da paisagem como patrimônio histórico, artístico e cultural, reforçando o caráter da responsabilidade coletiva;
- Propiciar a formação de um profissional capaz de atuar na formulação de planos locais, regionais e na elaboração de políticas relacionadas à identificação e salvaguarda do patrimônio construído, histórico, artístico e/ou de relevância cultural, em particular, da região Oeste da Bahia;
- Promover uma formação plural que abranja as peculiaridades e contextos históricos patrimoniais e urbanísticos da região Oeste da Bahia, seus biomas, hidrografias, com ênfase nas relações campo/cidade;

- Promover prática profissional que englobe tanto o projeto de arquitetura e de urbanismo quanto os sistemas construtivos, e a capacidade gerencial e empreendedora;
- Orientar as atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para os usos das tecnologias, qualidade material do ambiente construído e sua durabilidade em respeito às necessidades sociais, culturais, estéticas e econômicas das comunidades.

3.3 Perfil do egresso

Corroborando com os objetivos de formação anteriormente expostos, a partir do que regem as Diretrizes Curriculares do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, o CAU e o PPI do IFBA, define-se como perfil esperado do egresso, um profissional capaz de organizar e dirigir o conjunto de atividades relativas à Arquitetura e Urbanismo, incluindo:

a. Capacidade de elaboração de projetos, com soluções técnicas economicamente viáveis e culturalmente responsáveis;
b. Capacidade de absorver novas tecnologias e de visualizar, com criatividade, novas aplicabilidades;
c. Capacidade de análise de problemas e de síntese de soluções;
d. Desenvolvimento de liderança e de trabalho em equipes multidisciplinares;
e. Consciência da necessidade de contínua atualização profissional;
f. Capacidade de resolver problemas concretos, modelando situações reais, levando em conta os aspectos humanísticos, sociais, éticos e ambientais;
g. Capacidade de empreender propostas, projetos e ações com viés sustentável.

O profissional formado deve ser capaz de pesquisar, planejar, coordenar, controlar e avaliar as funções inerentes à sua área de atuação profissional. Para tanto, esse perfil contempla conhecimentos multidisciplinares e vivências das pesquisas e rotinas ligadas à Arquitetura e Urbanismo, nas diversas realidades locais territoriais. Assim, com base em uma formação generalista, busca-se desenvolver e estimular a capacidade de atuação nas seguintes áreas:

- Obra civil, integrando a concepção e a execução do projeto, a partir do conhecimento dos processos, materiais e técnicas construtivas e gerenciais relacionadas à construção de novas obras, ao apoio técnico à autoprodução arquitetônica, às reformas em ambientes existentes e à intervenção em edificações de interesse histórico, artístico e cultural;
- Planejamento local e regional, destacando-se a instrumentação e a sensibilização crítica para a participação em equipes multidisciplinares voltadas à elaboração de políticas públicas e diretrizes urbanas para o desenvolvimento de pequenas e médias cidades, considerando-se a identificação e a preservação da paisagem cultural e natural, assim como o incentivo ao envolvimento das comunidades locais no processo de gestão urbana;
- Preservação e intervenção no patrimônio construído por meio de uma formação teórica, crítica, técnica e prática, permitindo tanto a intervenção efêmera ou permanente, quanto a participação nas instâncias de tomada de decisão acerca do patrimônio histórico, artístico e cultural.

Como diferencial, o Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA da ênfase na formação do egresso com enfoque no desenvolvimento sustentável, observando os aspectos ambiental, social e econômico. De acordo com o Grupo de Sustentabilidade da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA),

> a arquitetura sustentável é a busca por soluções que atendam ao programa definido pelo cliente, às suas restrições orçamentárias, ao anseio dos usuários, às condições físicas e sociais locais, às tecnologias disponíveis, à legislação e à antevisão das necessidades durante a vida útil da edificação ou do espaço construído. Essas soluções devem atender a todos esses quesitos de modo racional, menos impactante aos meios social e ambiental, permitindo às futuras gerações que também usufruam de ambientes construídos de forma mais confortável e saudável, com uso responsável de recursos e menores consumos de energia, água e outros insumos. Durante o desenvolvimento do projeto de arquitetura, essas premissas trazem ao profissional um crescimento de sua **responsabilidade frente ao resultado final do trabalho**, ou seja, à obra construída e habitada. Tal crescimento de importância gera uma **transformação no processo de projeto**, exigindo maior dedicação intelectual e absoluta integração entre os diferentes elos da cadeia produtiva. (GRUPO, 2012, p. 14, grifos originais)

Considerando as singularidades expostas acima, assegura-se o caráter de sustentabilidade do perfil dos egressos, tendo em vista a formação de profissionais dotados de postura crítica, capacidade criativa, autonomia intelectual, consciência ética, responsabilidade social sustentável, entre outros.

A consistência de uma formação teórico metodológica ampla, diversa, plural, transversal, constitui um ensino-aprendizagem que tem nos sujeitos o protagonismo do processo, fazendo dele um agente autônomo adaptável às novas demandas apresentadas pelos mundos do trabalho.

3.4 Competências e habilidades

A formação do arquiteto e urbanista deve ser assegurada por um ensino de nível superior que mantenha o equilíbrio entre os aspectos teórico-conceituais e éticos da profissão; que constituem os campos de conhecimento de fundamentação e a pesquisa científica; e a prática profissional, entendida como estágios curriculares e atividades complementares de extensão e de pesquisa aplicada.

De acordo com o Art. 5º da supracitada Resolução nº 2/2010, o curso de Arquitetura e Urbanismo deverá possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I. o conhecimento dos aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes e de todo o espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído;
II. a compreensão das questões que informam as ações de preservação da paisagem e de avaliação dos impactos no meio ambiente, com vistas ao equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sustentável;
III. aAs habilidades necessárias para conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e para realizar construções, considerando os fatores de custo, de durabilidade, de manutenção e de especificações, bem como os regulamentos legais, de modo a satisfazer as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários;
IV. o conhecimento da história das artes e da estética, suscetível de influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitetura, urbanismo e paisagismo;

V. os conhecimentos de teoria e de história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, considerando sua produção no contexto social, cultural, político e econômico e tendo como objetivo a reflexão crítica e a pesquisa;

VI. o domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infraestrutura e de trânsito, necessários para a concepção de estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional;

VII. os conhecimentos especializados para o emprego adequado e econômico dos materiais de construção e das técnicas e sistemas construtivos, para a definição de instalações e equipamentos prediais, para a organização de obras e canteiros e para a implantação de infraestrutura urbana;

VIII. a compreensão dos sistemas estruturais e o domínio da concepção e do projeto estrutural, tendo por fundamento os estudos de resistência dos materiais, estabilidade das construções e fundações;

IX. o entendimento das condições climáticas, acústicas, lumínicas e energéticas e o domínio das técnicas apropriadas a elas associadas;

X. as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades;

XI. as habilidades de desenho e o domínio da geometria, de suas aplicações e de outros meios de expressão e representação, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais;

XII. o conhecimento dos instrumentais de informática para tratamento de informações e representação aplicada à arquitetura, ao urbanismo, ao paisagismo e ao planejamento urbano e regional;

XIII. a habilidade instrumental para desenvolvimento e interpretação de levantamentos topográficos, com a utilização de aerofotogrametria, fotointerpretação e sensoriamento remoto, necessários na realização de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e no planejamento urbano e regional. (BRASIL, 2010b, p. 2-3)

3.5 Campo de atividade profissional

O exercício profissional do arquiteto e urbanista no Brasil é regulado pela Lei nº 12.378/2010, que, como dito anteriormente, cria o CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal. A habilitação é única, ou seja, não existem modalidades na profissão.

A responsabilidade técnica e a responsabilidade social (código de ética) constam da lei que regulamenta a profissão nacionalmente. Assim, os arquitetos e urbanistas formados em qualquer unidade da Federação podem exercer sua profissão em todo o território nacional.

Do ponto de vista legal, as atividades e atribuições do arquiteto e urbanista consistem em supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica; coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação; estudo de viabilidade técnica e ambiental; assistência técnica, assessoria e consultoria; direção de obras e de serviço técnico; vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem; desempenho de cargo e função técnica; treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária; desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade; elaboração de orçamento; produção e divulgação técnica especializada; e execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico.

Os campos de atuação são previstos na mesma Lei nº 12.378/2010, destacando-se: Arquitetura e Urbanismo; Arquitetura de Interiores; Arquitetura Paisagística; Patrimônio Histórico Cultural e Artístico; e Planejamento Urbano e Regional.

3.6 Requisitos de acesso

O ingresso ao Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo é realizado de acordo com o previsto nas Normas Acadêmicas do Ensino Superior vigentes. Atualmente o ingresso ao curso obedece ao determinado na Resolução nº 31, de 09 e junho de 2016, que resolve o preenchimento de 100% das vagas ofertadas para os cursos da Educação Superior por meio do SISU/MEC, processo selestivo adotado pela Instituição. A formação mínima exigida para o ingresso no curso é o ensino médio completo ou formação equivalente, na forma da legislação educacional vigente.

Conforme previsto na Resolução nº 23/2019, outras formas de acesso ao curso também são previstas:

- Transferência interna e transferência externa (compulsória ou facultativa);
- Categoria de discente especial;
- Categoria de discente ouvinte;

- Convênio, intercâmbio ou acordo cultural;
- Diplomado de ensino superior.

O curso de Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras oferece 30 vagas, que são ofertadas e distribuídas anualmente para os ingressantes na modalidade SISU/MEC. O exame de seleção é aplicado anualmente, com entradas também anuais.

O IFBA segue os termos da Lei de Cotas desde 2006 (Lei nº 12.711/2012). Atualmente, está estabelecido o sistema de reservas de 50% (cinquenta por cento) das vagas para discentes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Essas vagas serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população do Estado.

Em cumprimento ao Decreto Federal nº 3.298/99, é disponibilizado 5% das vagas para os candidatos com deficiência. As vagas destinadas a esses candidatos que não forem preenchidas retornarão aos quadros gerais de vagas dos cursos.

A seleção de candidatos por transferências externas e internas segue critérios estabelecidos nas Normas Acadêmicas da Instituição e divulgados em edital específico para esses tipos de ingresso. A solicitação de ingresso por meio de transferência externa, interna e para diplomado de ensino superior é realizada considerando-se a disponibilidade de vagas definida pela coordenação do curso, e seguindo-se critérios de vagas residuais estabelecidos pela Instituição.

A transferência compulsória ou *ex-ofício*, caracterizada pela continuidade dos estudos, é independente da vaga específica e poderá ser solicitada a qualquer época do ano para os casos previstos em lei.

A categoria Aluno Especial, que contempla o discente portador de diploma de nível superior que deseje cursar disciplinas isoladas, sem qualquer vínculo com o curso, e é condicionada à existência de vagas, podendo o candidato inscrever-se em até duas disciplinas profissionalizantes por semestre, durante dois semestres consecutivos ou alternados.

A categoria Aluno Ouvinte requer que o portador de diploma de nível superior ou profissional na área de conhecimento do curso, com escolaridade de nível médio, e que deseje realizar estudo específico, esteja vinculado à existência de vagas.

A matrícula decorrente de convênio, intercâmbio ou acordo cultural segue critérios de disponibilidade de vagas e mérito acadêmico. A decisão final é aprovada pelo colegiado do curso.

4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil originou-se de duas correntes do ensino superior francês. Por um lado, a *beaux-arts*, fundamentalmente especulativa, voltada para o caráter artístico do espaço, tendia a definir a área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo como pertencendo às artes. Por outro lado, a *polythecnique*, fundamentalmente verificativa, voltada para os aspectos tecnicistas dos projetos, acabou direcionando a área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo para as "ciências exatas", o que culminou com a filiação da área, no Brasil, ao Conselho Regional das Engenharias e Agronomia (CREA).

Desde 2010, com a criação do CAU, uma terceira via foi definida no ensino de Arquitetura e Urbanismo brasileiro, o que levou os cursos de Arquitetura e Urbanismo a pertencer à área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas. Destaca-se que a maioria dos cursos e escolas de vieses artístico ou tecnicista já era consolidada quando dessa mudança e poucos cursos foram realmente reestruturados ou criados tendo a aplicação social como direcionador das atividades de ensino.

O currículo do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras tem por objetivo enfatizar a filiação desse campo disciplinar ímpar e indissociável à área de Ciências Sociais Aplicadas, promovendo um verdadeiro diálogo entre os dois vieses mencionados, buscando integrar os conteúdos tecnicistas, como o cálculo ligado às estruturas ou ao conforto ambiental, por exemplo, com conteúdos propositivos de projeto e sua reflexão social e crítica. Desse modo, a proposta curricular integra os conteúdos técnicos com as atividades de projeto arquitetônico e urbanístico, não dissociados dos conteúdos de história, teoria e análise crítica.

Do ponto de vista da ênfase pedagógica, em lugar de operar com conteúdos de viés verificativo exato (de caráter politécnico, como são as Engenharias), essa proposta cria condições reais de especulação e teste, de caráter laboratorial, experimental. Isso justifica uma estrutura curricular diversa e abrangente, composta de disciplinas que tanto

desenvolvem a percepção e capacidade criativa, quanto aprimoram as técnicas de projeto e de construção civil.

4.1 Estrutura curricular

Considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 2/2010) e as atribuições profissionais estabelecidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo, as atividades e conteúdos curriculares do curso estão distribuídos em três núcleos:

1. **Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação:** Composto por disciplinas que aproximam o discente do embasamento teórico necessário à formação profissional. Acontece, principalmente, nos dois primeiros semestres do curso. Esse núcleo é integrado por disciplinas relacionadas à Estética e História das Artes; Estudos Sociais e Econômicos; Estudos Ambientais; Desenho de Arquietura; Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo; e Meios de Representação e Expressão;
2. **Núcleo de Conhecimentos Profissionais:** Composto por componentes curriculares indispensáveis à caracterização da identidade profissional do egresso. Ocorre a partir do segundo semestre do curso. Esse núcleo é integrado por disciplinas relacionadas à Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo; Paisagismo; Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo; Planejamento Urbano e Regional; Tecnologia da Construção; Sistemas e Cálculos Estruturais; Conforto Ambiental; Patrimômio; Tecnologia e Materiais de Construição; e Topografia;
3. O **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):** Compõe o terceiro núcleo. Composto por duas componentes curriculares realizadas nos dois últimos semestres, o TCC permite ao discente a articulação de conhecimentos teórico-práticos, numa perspectiva integralizadora e interdisciplinar.

Para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, o discente deverá ter frequência mínima de 75% em todas as disciplinas, em aulas práticas e teóricas, e ter obtido todos os créditos das atividades acadêmicas propostos na Estrutura Curricular, dentro dos prazos estabelecidos.

O semestre letivo do IFBA-Campus Barreiras atenderá aos 100 dias letivos, de acordo com a LDBEN. A carga horária mínima total para a integralização do Bacharelado em

Arquitetura e Urbanismo é de 4.125 horas, distribuídas em: 3.165 horas de disciplinas obrigatórias, correspondentes a 180 horas de disciplinas optativas, 240 horas de estágio curricular supervisionado, 360 horas de TCC e 180 horas de atividades complementares.

4.1.1 Características da estrutura curricular

A estrutura curricular do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras prima por quatro eixos principais: flexibilidade, interdisciplinaridade, articulação da teoria com a prática e inovação.

4.1.1.1 Flexibilidade

Em um mundo em constante transformação, a educação se alia às inovações e lança novo olhar sobre os caminhos da aprendizagem, partindo do princípio da flexibilidade da matriz curricular.

A flexibilidade surge como alternativa contrária à rigidez, sem perda de qualidade para a formação do discente. Nessa perspectiva, as disciplinas estão organizadas na matriz curricular de modo a atender aos interesses das políticas nacionais para a educação superior e também para adequar o curso às exigências regionais.

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) prevê diretrizes curriculares que "assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas oferecidos pelas diferentes instituições de ensino superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientelas e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem" (BRASIL, 2001a, s.p.).

Essa possibilidade de ampliar a flexibilidade na formação dos cursos é apresentada também nos pareceres do CNE/CES nº 776/1997 e nº 583/2001, que reconhecem a heterogeneidade que há na formação inicial, bem como nas expectativas e interesses dos discentes.

Pereira e Cortelazzo (2002) sinalizam a importância de se refletir sobre o termo "flexibilidade", visto que, no contexto acadêmico, ele não deve ser entendido como adaptação e conformismo. Contrário à visão de que a flexibilidade é sinônimo de passividade e obediência, no contexto educacional, "o termo vem significar um tempo em

que a instituição não se curva mais ante o inflexível, não assume mais a obediência servil, não coloca em outras fontes o poder da decisão, da ação e da responsabilidade mútua" (PEREIRA e CORTELAZZO, 2002, p. 118-119).

A flexibilização na estrutura curricular deste PPC se consolida por meio da oferta de disciplinas optativas e da prática de atividades complementares. Propicia-se ao discente, observando-se sua autonomia acadêmica, efetuar escolhas que permitam um direcionamento individual da trajetória de sua formação profissional, desenvolvendo vocações, interesses e potenciais específicos, e criando-se condições de autogerenciamento do tempo, autoaprendizagem e outros procedimentos semelhantes para apropriação do conhecimento.

Vale ressaltar o aproveitamento e estímulo à vivência de situações de aprendizagem que extrapolam os limites da grade curricular no desenvolvimento das atividades complementares. Desse modo, o discente pode contabilizar 180 horas em atividades pertencentes, pelo menos, a dois dos seguintes grupos: ensino, pesquisa e extensão, conforme o Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras, Anexo III deste documento, entre o primeiro e o penúltimo semestre da provável conclusão.

4.1.1.2 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade possibilita a interação entre unidades curriculares aparentemente distintas e, consequentemente, fomenta a formulação de um saber crítico-reflexivo e contextualizado. Objetivando a superação da fragmentação de construção do conhecimento, busca-se relacionar disciplinas no momento de enfrentar o mesmo tema de estudo, propiciando uma compreensão mais abrangente.

O aspecto interdisciplinar e a aproximação da teoria e prática estão presentes na estrutura curricular, por meio da busca por temas em comum em disciplinas de mesmo período e de períodos distintos, bem como da disponibilização de espaços para experimentação e desenvolvimento de oficinas.

Dentre os princípios pedagógicos que fundamentam o currículo do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, a interdisciplinaridade apresenta-se como um dos principais eixos articuladores do processo ensino-aprendizagem. Um currículo meramente disciplinar e

linearizado, que não ressalte as questões da integração e da interdisciplinaridade, não conseguirá responder às exigências da complexa e multifacetada realidade contemporânea. Diante disso, ao longo do curso, desenvolvem-se procedimentos metodológicos que articulam os saberes, que perpassam todos os elementos do conhecimento e que promovem a integração entre eles, garantindo a construção do conhecimento de maneira contextualizada.

As disciplinas de projeto de arquitetura e de projeto urbanístico, por exemplo, buscam sintetizar o conhecimento de outras disciplinas para o desenvolvimento dos projetos propostos aos discentes. Para tanto, as disciplinas teóricas de cada semestre adotam, na medida do possível, o mesmo objeto de estudo ou área de intervenção da disciplina de projeto, possibilitando que o discente aprofunde sua análise e se conscientize de que os componentes curriculares estão entrelaçados na prática profissional.

Para que isso ocorra, ao final de cada semestre, é realizada reunião entre os docentes e Núcleo Docente Estruturante (NDE), com o objetivo de selecionar temáticas afins e complementares e para proposição de exercícios práticos comuns aos componentes curriculares localizadas em cada etapa do curso. Nessa perspectiva, os planos de ensino de cada disciplina são elaborados pelos respectivos docentes, de modo a conduzir o conteúdo e as avaliações para o eixo ou área escolhida.

Assim, a interdisciplinaridade ocorre com a confluência dos conteúdos das ementas das variadas disciplinas durante as avaliações, permitindo que o discente tenha o mesmo eixo temático analisado por diferentes perspectivas conceituais, o que visa a garantir aprofundamento e qualidade nos trabalhos elaborados.

O docente é incentivado a conduzir as turmas a viagens, eventos, exposições e demais práticas pedagógicas extraclasse, enquadradas ou não no âmbito da Instituição, como visitas técnicas etc. Essas práticas estimulam os discentes à observação multidisciplinar dos espaços visitados, sendo favorável a comunhão da mesma visita técnica por mais de uma disciplina.

A estruturação das avaliações por eixos temáticos; visitas técnicas; atividades complementares; o componente TCC; a participação na Semana de Arquitetura e Urbanismo (ou Semana dos Cursos Superiores) e na Jornada Científica do Campus Barreiras, eventos que ocorrem anualmente; bem como as disciplinas optativas contribuem e fortalecem a

interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e, ainda mais, a transdisciplinaridade do curso, incluindo aí a almejada e tão importante ampliação do campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo.

4.1.1.3 Articulação da teoria com a prática

Considerando a indissociabilidade entre teoria e prática, podem-se apontar alguns exemplos de ações materializadas pela teoria, como a produção de artigos, interpretações, execuções de projetos, planos, elaboração de cartografias, narrativas, experimentação e dosagem de materiais, elaboração de maquetes, vivência em laboratórios e em campo, a exemplo das visitas técnicas; assistência técnica junto à comunidade, participação em eventos, captação e edição de imagens de registros urbanos, representação gráfica por meio de desenho à livre etc.

Para garantir o processo de articulação entre teoria e prática ao longo de todo o processo formativo, antevê-se a realização de alguns procedimentos metodológicos, tais como:

- Planejamento e realização de aulas com temas transversais a mais de uma disciplina, visando a variados enfoques sobre o mesmo objeto e possibilitando a construção de um conhecimento mais abrangente e contextualizado sobre determinados temas;
- Realização de reunião semestral entre docentes para formular os planos de ensino, a fim de estabelecer conexões diretas entre disciplinas teóricas e práticas do curso, em função de tema, de objeto, de área de intervenção, a exemplo das disciplinas de projeto; ou de disciplinas com conteúdos complementares, a exemplo das disciplinas que envolvem orçamento, planejamento e construção de obras; ou disciplinas que abordem a complementaridade de projetos (arquitetônico, elétrico, hidráulico, etc); atividades estas que, para além da sala de aula, tenham rebatimento direto na aplicação prática da vida acadêmica, em estágios supervisionados, na participação do discente em pesquisa, extensão, no Escritório Modelo do curso e demais atividades complementares etc.;
- Realização de atividades que integrem os conceitos e a fundamentação teórica de mais de uma disciplina, possibilitando avaliações de maneira compartilhada;

- Promoção de experiências da vida profissional a partir da simulação de problemáticas no âmbito das disciplinas práticas, oportunizando a aplicação dos conhecimentos apreendidos em disciplinas teóricas.
- Estímulo à promoção e participação dos discentes de atividades de pesquisa, de extensão, monitorias, bem como as atividades complementares derivadas tanto de disciplinas práticas, quanto teóricas;
- Previsão de participação de profissionais convidados em sala de aula, palestras, mesa redondas, seminários, Semana da Arquitetura (Semana de Cursos Superiores), dentre outras atividades e eventos científicos;
- Estímulo à participação discente na estrutura de gestão do curso: na representação discente do Colegiado; no Centro Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo (CACAU); no Escritório Modelo (EMAU-Carranca); na elaboração de eventos e atividades extracurriculares;
- Cumprimento do conteúdo estabelecido pelo art. 6º, parágrafo 5º da Resolução CNE/CES nº 1/2021;
- Dentre outros.

4.1.1.4 Inovação

O Curso de Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras possibilitará, dentro de sua estrutura curricular, a busca por inovação, estabelecendo uma contínua pesquisa de investigação, principalmente voltada para as novas tecnologias de materiais, tecnologias construtivas e novas perspectivas sociais de habitação. A extensão é fator essencial no ensino e na prática de Arquitetura e Urbanismo, e o corpo docente sempre proporá a prática de trabalhos junto às comunidades locais.

Outras inovações incorporam algumas demandas sociais da atualidade, como: arquitetura étnica; a cidade produzida por táticas de grupos subalternos; as interfaces do cinema na compreensão da cidade e no pensamento urbanístico etc.

4.2 Representação gráfica do perfil de formação

Quadro 03 – Perfil de formação

	Disciplina	Pré-Requisito	Créditos	CH Teórica (H)	CH Prática (H)	CH Total (H)
1º SEMESTRE	Introdução à Arquitetura e ao Urbanismo – HAU 2.101	–	2	30	–	30
	Geometria Descritiva I – DRE 1.301	–	4	–	60	60
	Composição Visual – DRE 1.303	–	5	–	75	75
	Desenho de Arquitetura I – DRE 1.305	–	4	–	60	60
	Matemática I – COM 1.403	–	6	90	–	90
	Leitura e Produção de Textos – COM 1.401	–	3	45	–	45
	Metodologia do Trabalho Científico – COM 1.402	–	3	45	–	45
		TOTAL	27	210	195	405
2º SEMESTRE	**Disciplina**	**Pré-Requisito**	**Créditos**	**CH Teórica (H)**	**CH Prática (H)**	**CH Total (H)**
	Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo – INF 2.502	–	5	–	75	75
	Geometria Descritiva II – DRE 1.302	DRE 1.301	4	–	60	60
	Desenho de Arquitetura II – DRE 1.306	DRE 1.305	4	–	60	60
	Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo I – EHA 1.102	HAU 2.101	4	60	–	60
	Estética e História da Arte – EHA 1.101	–	5	75	–	75
	Matemática II – COM 1.404	COM 1.403	4	60	–	60
	Estudos Sociais, Econômicos e Ambientais – SEA 1.201	–	4	60	–	60
		TOTAL	30	255	195	450

	Disciplina	Pré-Requisito	Créditos	CH Teórica (H)	CH Prática (H)	CH Total (H)
SEMESTRE	Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo II – HAU 2.103	EHA 1.102	4	60	–	60
	Projeto de Arquitetura I – ARQ 2.201	DRE 1.306	6	–	90	90
	História da Arte no Brasil – EHA 1.102	EHA 1.101	4	60	–	60
	Tecnologia da Construção – ENG 2.604	–	6	60	30	90
	Conforto Ambiental I: Ergonomia e Acessibilidade – ARQ 2.207	–	4	60	–	60
	Materiais de Construção – ENG 2.603	–	6	60	30	90
		TOTAL	27	210	195	405
4º SEMESTRE	**Disciplina**	**Pré-Requisito**	**Créditos**	**CH Teórica (H)**	**CH Prática (H)**	**CH Total (H)**
	Topografia Aplicada à Arquitetura – ENG 2.606	–	4	45	15	60
	Projeto de Arquitetura II – ARQ 2.202	ARQ 2.201	6	–	90	90
	Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo III – HAU 2.104	HAU 2.103	4	60	–	60
	Morfologia da Paisagem (Paisagismo I) – URB 3.201	–	4	60	–	60
	Sociologia Urbana e Meio Ambiente – SEA 1.202	ARQ 2.201	4	60	–	60
	Sistema Estrutural I – ENG 2.610	–	4	60	–	60
	Conforto Ambiental II: Térmico – ARQ 2.208	–	4	60	–	60
		TOTAL	30	345	105	450

	Disciplina	Pré-Requisito	Créditos	CH Teórica (H)	CH Prática (H)	CH Total (H)
5º SEMESTRE	Projeto de Arquitetura III – ARQ. 2.203	ARQ 2.201	6	–	90	90
	Planejamento Urbano e Regional – URB 2.302	SEA 1.202	4	60	–	60
	Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo IV – HAU 2.105	HAU 2.104	4	60	–	60
	Instalações Elétricas – ENG 2.608	–	4	45	15	60
	OPTATIVA I	–	2	30	–	30
	Conforto Ambiental III: Acústico – ARQ 2.209	–	4	60	–	60
	Sistema Estrutural II – ENG 2.611	ENG 2.610	4	60	–	60
		TOTAL	28	315	105	420
6º SEMESTRE	**Disciplina**	**Pré-Requisito**	**Créditos**	**CH Teórica (H)**	**CH Prática (H)**	**CH Total (H)**
	OPTATIVA II	–	2	30	–	30
	Projeto de Arquitetura IV – ARQ 2.204	ARQ 2.202	6	–	90	90
	Projeto Urbanístico I – URB 2.303	URB 2.302	4	–	60	60
	Preservação e Patrimônio Histórico Cultural I – PAC 2.401	HAU 2.104	4	60	–	60
	Estruturas de Concreto Armado– ENG 2.614	ENG 2.611	6	90	–	90
	Conforto Ambiental IV: Lumínico – ARQ 2.210	ENG 2.608	4	60	–	60
	Instalações Hidrossanitárias – ENG 2.609	–	4	45	15	60
		TOTAL	30	285	165	450

	Disciplina	Pré-Requisito	Créditos	CH Teórica (H)	CH Prática (H)	CH Total (H)
7º SEMESTRE	Preservação e Patrimônio Histórico Cultural II – PAC 2.402	PAC 2.401	4	60	–	60
	Projeto de Arquitetura V – ARQ 2.205	ARQ 2.203	6	–	90	90
	Projeto Urbanístico II – URB 2.304	URB 2.303	4	–	60	60
	Estrutura do Aço e Madeira – ENG 2.616	ENG 2.614	4	60	–	60
	Estágio Supervisionado – EST 3.101	Ter cursado 75% das disciplinas obrigatórias do curso	16	30	210	240
	Ética e Prática Profissional – SEA 1.203	–	2	30	–	30
		TOTAL	36	150	150	540
8º SEMESTRE	**Disciplina**	**Pré-Requisito**	**Créditos**	**CH Teórica (H)**	**CH Prática (H)**	**CH Total (H)**
	Projeto de Arquitetura VI– ARQ 2.206	ARQ 2.203 e 2.202	6	–	90	90
	OPTATIVA III	–	2	30	–	30
	Orçamento, Planejamento e Gerenciamento de Obras – ENG 2.617	ENG 2.604	4	60	–	60
	Projeto Urbanístico III – URB 2.305	URB 2.304	4	–	60	60
	Segurança do Trabalho – ENG 2.601	–	2	30	–	30
	OPTATIVA IV	–	4	60	–	60
	Construções Sustentáveis – ENG 2.619	SEA 1.202	4	60	–	60
		TOTAL	26	240	150	390

	Disciplina	Pré-Requisito	Créditos	CH Teórica (H)	CH Prática (H)	CH Total (H)
9º SEMESTRE	Fundamentos do Trabalho de Conclusão de Curso – FTF 2.701	Ter concluído até o 8º semestre do curso	12	30	150*	180
	OPTATIVA V	–	2	30	–	30
		TOTAL	14	60	150	210
10º SEMESTRE	**Disciplina**	**Pré-Requisito**	**Créditos**	**CH Teórica (H)**	**CH Prática (H)**	**CH Total (H)**
	Trabalho de Conclusão de Curso – FTF 2.702	Ter cursado todas as disciplinas obrigatórias do curso	12	30	150*	180
		TOTAL	12	30	150	180

*Horário de atividade do discente sob orientação docente.

Quadro 04 – Descritivo da carga horária das disciplinas

Descrição	Teórica (H)	Prática (H)	Total (H)
Carga horária – disciplinas obrigatórias	1950	1215	3165
Carga horária – disciplinas optativas	180	–	180
Estágio curricular supervisionado	-	-	240
Trabalho de conclusão de curso	60	300	360
Atividades complementares	–	180	180
Carga horária total	**2190**	**1695**	**4125**

O quadro a seguir representa o elenco das disciplinas optativas da estrutura curricular do Bacharelado de Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras. As

disciplinas optativas serão ofertadas de acordo com a disponibilidade docente no *campus* para ministra-las. O discente pode optar por cursar duas disciplinas optativas de 30h em substituição de uma disciplina optativa de 60h, se assim desejar.

Podem ser concebidas e ofertadas pela Coordenação de Curso outras disciplinas optativas além das previstas no quadro abaixo. Para tanto, faz-se necessário que a nova ementa receba aprovação prévia do Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do Curso, bem como haja disponibilidade de carga horária no quadro docente, para que sua oferta possa ser viabilizada.

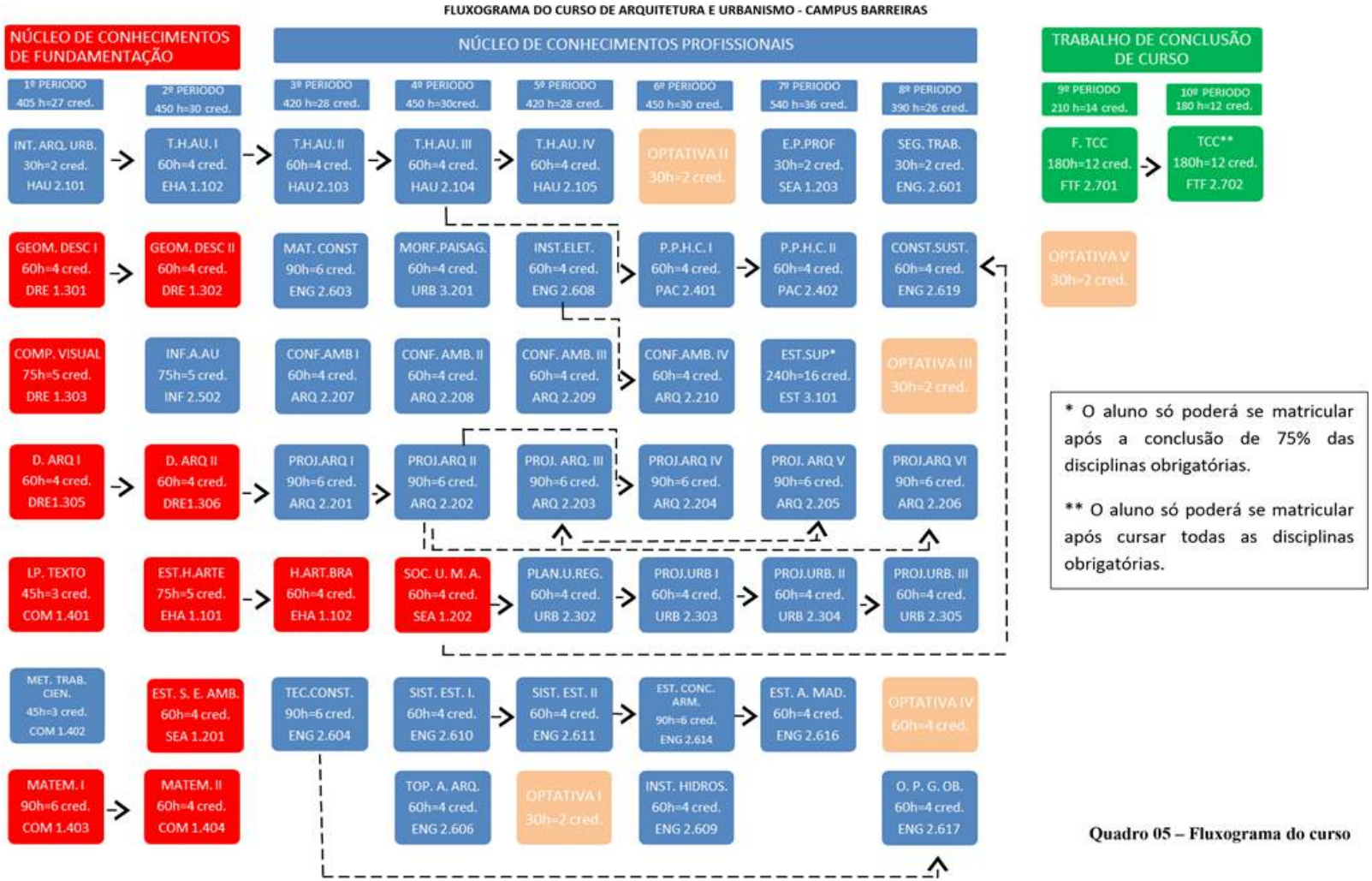
Conforme previsto no Decreto nº 9.656/2018, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, e o Art. 18 da Lei nº 10.098/2000, a disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) está inserida na estrutura curricular do curso como disciplina optativa, com carga horária de 60 horas.

Quadro 05 – Disciplinas optativas

Disciplina	Pré-requisito	CH
Introdução às Técnicas Digitais para Arquitetura e Urbanismo	Informática Aplicada à Arquitetura	30h
Conservação e Uso Eficiente de Energia	Conforto Ambiental II	30h
Docência Superior	Não há	60h
Tópicos em Estrutura	Estruturas de Concreto Armado	30h
Gestão Ambiental	Não há	30h
LIBRAS	Não há	60h
Projeto Integrado e Colaborativo	Projeto de Arquitetura IV e Projeto Urbanístico I	60h
Tópicos em Transporte e Mobilidade Urbana	Não há	60h
Tópicos em Arquitetura e Urbanismo	Não há	60h
Alvenaria Estrutural – ENG 116	Não há	30h
Concreto Protendido	Estruturas de Concreto Armado	30h
Arte, Cultura e Sociedade	Não há	30h
Análise de Impacto Ambiental	Estudos Sociais, Econômicos e Ambientais	60h
Saneamento Básico	Não há	60h

Políticas Habitacionais	Não há	60h
Patologia das Construções	Estrutura de Concreto Armado	30h
Composição Arquitetônica	Composição Visual	60h
Teoria, História e Crítica da Arquitetura e do Urbanismo Contemporâneos	Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo II	60h
Compreensão de textos em Língua Espanhola	Não há	60h
Tópicos em História das Cidades	Não há	60h
Paisagismo e Arborização Urbana (Paisagismo II)	Morfologia da Paisagem (Paisagismo I)	60h
Modelagem da Informação da Construção	Desenho de Arquitetura II e Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo	60h

Necessário refazer e incluir *FTF concluído o oitavo semestre



Quadro 05 – Fluxograma do curso

4.3 Componentes curriculares de exigência legal

4.3.1 Educação das relações étnico-raciais

Estudos demonstram que a sociedade e a educação brasileira ainda estão marcadas pela desigualdade. Algumas das características mais expressivas dessas desigualdades estão relacionadas ao aspecto racial, sociocultural e étnico. O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana indica que "além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e a cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e aos seus direitos" (BRASIL, 2013a, p. 91).

Entretanto, Domingues (2007, p. 25) destaca que "os negros no Brasil têm passado por uma miríade de dificuldades na área educacional. Eles lideram as estatísticas em matéria de evasão escolar, repetência e analfabetismo". Ciente da importância de se trabalhar a temática, o CNE, em 2004, elaborou leis, pareceres e resoluções, homologadas pelo MEC, com o objetivo de orientar os sistemas de ensino e as instituições dedicadas à educação, para que atribuam especial atenção à incorporação das diversidades étnico-raciais da sociedade brasileira nas práticas pedagógicas escolares.

Esse fato também se deve ao importante fato de que a Constituição Federal assegura os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, ou seja, objetiva a erradicação da pobreza, da marginalidade e das desigualdades sociais, como também, dos preconceitos de raça, sexo, cor, idade, ou quaisquer outras formas de discriminações, tratando o racismo como crime inafiançável. Apesar disso, cabe ressaltar que muitas iniciativas e ações em relação ao ensino de História e Cultura Afro-brasileira e combate ao racismo vêm sendo implantadas.

Com a promulgação da Constituição, tornou-se urgente a ampliação e o aprofundamento das perspectivas conceituais e metodológicas capazes de dar conta

da complexidade das dinâmicas culturais. Assim, novas leis foram homologadas e novas ações, implementadas. Dentre elas, a Lei nº 10.639/2003, que altera a LDBEN, estabelecendo o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira no sistema de ensino. Essa Lei passa a ser considerada um marco histórico. Simboliza, simultaneamente, um ponto de chegada das lutas antirracistas no Brasil e um ponto de partida para a renovação da qualidade social da educação brasileira.

Na política educacional brasileira, a promulgação dessa Lei estabeleceu novas diretrizes e práticas pedagógicas que reconheçam a importância dos africanos e dos afro-brasileiros no processo de formação nacional, portanto, deve ser encarada como parte fundamental do conjunto das políticas engajadas com uma educação de qualidade para todos. Desse modo, o Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras, inserido nesse contexto, promoverá ações interdisciplinares que com vistas à formação de uma consciência crítica em relação às questões étnico-raciais por meio de discussões das principais correntes teóricas brasileiras acerca do tema de africanidade e relações étnico-raciais, de modo a promover uma prática pedagógica e profissional para a igualdade no meio acadêmico e na sociedade.

Nesse contexto, em 2008, a Lei nº 11.645 incluiu os estudos de História e Cultura Indígena, acrescentada à obrigatoriedade dos esforços de uma educação que altere os modos de fazer da sociedade, combatendo o preceito étnico e racial e a segregação de comunidades e povos.

Os estudos promovidos nas disciplinas, principalmente aquelas voltadas para as Artes e a História, contribuirão para o combate à desigualdade racial e para a afirmação de uma cidadania totalizante que integre a comunidade brasileira, envolvendo os discentes em ações que permitam reflexões e debates sobre o tema, primando pela apropriação do conhecimento com a perspectiva de resolução de necessidades da humanidade. Três disciplinas cumprirão papel prioritário no desenvolvimento dos temas, metodologias e performances que envolvem educação e relações étnico-raciais, sem prejuízos das outras.

Em Estética e História da Arte é incluída a articulação entre passado e presente nas artes, cânones de produção das artes do Egito, bem como expressões e movimentos artísticos negros e afrodescendentes, na música, dança, literatura,

arquitetura dentre outros. Nessa disciplina, são vistos ainda os valores das artes sobre a perspectiva da razão negra ocidental e a crítica a normas das formas de produção da arte que silencia evita a possibilidade de reconhecimento de expressões negras e afrodescendentes. Em História da Arte Brasileira estarão articulados conteúdos de estudos de civilizações africanas e suas relações com as culturas brasileiras; a influência das artes africanas no Brasil; os movimentos artísticos brasileiros e a participação negra e afro-brasileira; a arte de civilizações indígenas e a arte brasileira indígena.

Por fim, a disciplina Metodologia do Trabalho Científico acrescentará reflexões sobre ciência e racismo científico, operações intelectuais, formas de expressão, raciocínio e pensamento de culturas africanas e afro-brasileiras e a construção de epistemes. Associadas a esses conteúdos, os discentes do curso poderão participar de atividades como a Semana da Consciência Negra de Barreiras (SECONBA), evento institucional que ocorre anualmente, além de palestras, oficinas e minicursos, que poderão ser oferecidos em eventos ou extraordinariamente, a partir de demanda de discentes, servidores docentes e/ou técnicos da Instituição.

4.3.2 Educação ambiental

A relação entre meio ambiente e educação assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais cada vez mais complexos e riscos ambientais que se intensificam. Nas suas múltiplas possibilidades, abre espaço para um repensar de práticas sociais e o papel dos educadores na formação de um “sujeito ecológico” (CARVALHO, 2004).

De acordo com o MEC (2000), a presença do debate ambiental, seja como disciplina, seja como eixo articulador nos currículos dos cursos de formação de docentes e demais cursos superiores, é um bom indicador do desafio de internalização da educação ambiental nos espaços educativos. Isso coloca a necessidade de uma permanente sensibilização dos docentes, educadores e capacitadores como agentes de um conhecimento necessário para que os discentes adquiram uma base adequada de

compreensão dos problemas e riscos socioambientais: do seu impacto no meio ambiente global e local.

Observando o disposto na Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, no tocante à inserção da educação ambiental nos currículos, têm-se, respectivamente, os seguintes marco legal e organização curricular:

> Art. 8° A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas e níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos. (BRASIL, 2012, p. 3)

E

> Art. 16. [sic] A inserção dos conhecimentos concernentes à educação ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:
> I - Pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;
> II - Como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;
> III - Pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.
> Parágrafo único. Outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos. (BRASIL, 2012, p. 5)

Atendendo aos dispositivos legais supracitados, a estrutura curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo aborda o tema, principalmente, nas disciplinas Estudos Sociais, Econômicos e Ambientais; Sociologia Urbana e Meio Ambiente; Planejamento Urbano e Regional; e Construções Sustentáveis.

É importante ressaltar que a temática do “desenvolvimento sustentável”, tratada com ênfase neste Projeto, propicia a abordagem e discussão das questões ambientais pertinentes dentro do programa das componentes curriculares e também como tema em ações institucionais desenvolvidas no curso, a exemplo de palestras, atividades de pesquisa e extensão; na promoção e participação de eventos científicos, interna e externamente ao *campus*; etc.

4.3.3 Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos (EDH) tem como finalidade o estímulo e formação em que todos os sujeitos, crianças, jovens e adultos sejam responsáveis pelo mundo em que vivem na condição de cidadãos, pleno de direitos e deveres em uma convivência equilibrada que promova o respeito entre as pessoas e suas diferenças com promoção da equidade, assegurando direitos individuais e coletivos de todos, em que os indivíduos e grupos devem assegurar também o direto de outros indivíduos e grupos e suas particularidades.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 1/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a definição de direitos humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana. Ainda segundo a Resolução:

> Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios:
> I - dignidade humana;
> II - igualdade de direitos;
> III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
> IV - laicidade do Estado;
> V - democracia na educação;
> VI - transversalidade, vivência e globalidade; e
> VII - sustentabilidade socioambiental. (MEC, 2012, p. 20)

A EDH tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência. No Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras, a inserção da EDH se dá de forma mista, pois ocorre tanto pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos, tratados em várias disciplinas do curso, quanto pela disciplinaridade (como um conteúdo específico de disciplinas).

As disciplinas que abordam conteúdos específicos a esse respeito são: Metodologia do Trabalho Científico; Estética e História da Arte; História da Arte no Brasil; Estudos Sociais, Econômicos e Ambientais; Sociologia Urbana e Meio Ambiente; Planejamento Urbano e Regional; e Ética e Prática Profissional.

4.4 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório e realizado ao longo dos dois últimos semestres de estudos, nas disciplinas Fundamentos do Trabalho de Conclusão de Curso e Trabalho de Conclusão de Curso. Centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa, o TCC observará os seguintes preceitos:

- Trabalho individual, com tema de escolha do discente, de modo que envolva todos os procedimentos de uma investigação técnico-científica e obrigatoriamente relacionado às atribuições profissionais;
- Desenvolvimento sob a supervisão de docente orientador escolhido pelo discente entre os docentes do curso, a critério da Instituição.

A quantidade máxima de orientandos por docente será de acordo com o limite de carga horária prevista no respectivo Plano Individual de Trabalho (PIT) docente.

É permitida a coorientação de TCC, não havendo obrigatoriedade de o coorientador ser arquiteto, urbanista e/ou docente, desde que o profissional tenha afinidade com o tema/objeto de estudo, sendo alguém que possa contribuir para o desenvolvimento do TCC.

O acompanhamento do TCC, além das reuniões semanais a serem agendadas entre orientando e orientador, compreende:

- **Para a disciplina Fundamentos do TCC:** Elaboração e entrega de plano de trabalho (sem emissão de nota) e de caderno de pesquisa (produto preliminar de TCC), material a ser avaliado pelo orientador (e coorientador, se houver). Além disso, a avaliação da disciplina será feita durante o seminário público, onde orientador, coorientador (se houver) e o professor da disciplina avaliarão o processo de trabalho do estudante.
- **Para a disciplina TCC:** Elaboração e entrega de produto intermediário e de produto final, a serem apresentados, respectivamente, na pré-banca e banca final de avaliação. As bancas serão compostas pelo orientador (e

orientador, se houver), um docente do curso e um avaliador externo. Este poderá ser docente ou não, arquiteto e urbanista ou não, desde que tenha experiência relacionada ao tema do TCC. Ficará a cargo do orientador e do professor da disciplina indicar o avaliador externo, e a escolha deverá ter a ciência da Coordenação de curso. A avaliação nesta disciplina considerará a nota da banca final, resultado da média das notas atribuídas pelos membros, incluindo as notas do orientador (e orientador, caso houver).

O Colegiado do Curso define e acompanha regulamento próprio do TCC, que estabelece normas específicas relacionadas às atividades de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras. Esse documento contém critérios, procedimentos e mecanismo de avaliação; diretrizes relacionadas à elaboração e à apresentação do TCC; bem como orientações sobre as apresentações do trabalho.

O TCC está institucionalizado, considerando os seguintes aspectos:

- Carga horária;
- Formas de apresentação;
- Orientação e supervisão;
- Divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos;
- Disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, como na biblioteca do campus e no portal oficial online da Instituição.

4.5 Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular supervisionado é uma atividade institucionalizada regida por procedimentos operacionais da Coordenação de Integração Escola-Empresa (CIEEM) do IFBA-Campus Barreiras. Segundo a Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre estágio discente, o “estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos”. A disciplina Estágio Curricular está concebida como conteúdo curricular obrigatório,

com carga horária de 240 horas e é obrigatório para a conclusão do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, conforme orienta a Resolução CNE/CES nº 2/2010.

O estágio é composto por atividades articuladas teóricas e práticas de orientação em sala de aula com o docente-orientador e outras relacionadas ao local de estágio, com a orientação do supervisor da empresa/instituição. A matrícula na disciplina está condicionada ao discente ter disponível vaga de estágio.

A composição da avaliação final do estágio é efetuada por avaliações parciais dos membros/setores envolvidos tais como: empresa/instituição, docente-orientador, entrevistas/reuniões do discente com o orientador, relatório de estágio e autoavaliação do discente. A avaliação final de estágio será obtida de acordo com regulamentação própria, o Regulamento de Estágio Supervisionado do Curso de Arquitetura e Urbanismo, conforme Anexo II. Esse documento contém critérios, procedimentos e mecanismo de avaliação; diretrizes relacionadas à execução e acompanhamento o estágio pela Instituição.

4.6 Atividades complementares

Os objetivos das Atividades Complementares são:

- Fomentar uma visão holística e de interdisciplinaridade na abordagem da realidade, fortalecer a articulação da teoria com a prática valorizando participação em atividades de extensão;
- Enriquecer o processo ensino-aprendizagem;
- Comprometer o discente no desenvolvimento de um processo de autogestão em diferentes setores de atuação;
- Ampliar a visão acadêmico-científico-cultural do discente, visando à formação de um profissional atento às transformações da sociedade;
- Proporcionar aos discentes espaços diferenciados para a aquisição do saber, estabelecendo relações com a atuação profissional;
- Conduzir o discente à reflexão, considerando o saber acadêmico e as implicações com os princípios éticos e de cidadania;

- Formar profissionais qualificados para atuar com flexibilidade, adequação e criatividade na prática profissional.

As atividades complementares devem ser desenvolvidas de modo distribuído ao longo do curso e a carga horária mínima para atender o cumprimento das atividades é de 180 horas.

O Colegiado do Curso define e acompanha a regulamentação para elaboração das atividades complementares, anexo III. Este documento estabelece normas específicas relacionadas às Atividades Complementares do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do IFBA – Campus Barreiras, e contem: critérios, procedimentos e mecanismo de avaliação, além das diretrizes e técnicas relacionadas com sua elaboração, conforme Resolução 12 (IFBA, 2018).

4.7 Articulação ensino, pesquisa e extensão

A articulação ensino, pesquisa e extensão constitui condição fundamental para a produção e disseminação do conhecimento voltado à transformação social. As Coordenações de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e de Extensão do IFBA-Campus Barreiras atuam de acordo com os princípios básicos da Instituição, que estão contidas em seu PDI e em seu PPI. Segundo este último,

> a pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia é entendida como uma atividade de produção de conhecimento e, nesse sentido, deve ser compreendida como um instrumento para fortalecer as atividades de ensino e as ações de extensão. Docentes e discentes atuantes em atividades de pesquisa trazem o estado da arte de sua área de conhecimento para discussões em espaços formais e não formais de ensino em todos os níveis. A pesquisa alimenta os cursos de pós-graduação, que por sua vez promovem a produção de conhecimento e questionamentos de maior profundidade e complexidade. Adicionalmente, os cursos de pós-graduação têm o papel de formar e qualificar pesquisadores. Como consequência, a inovação é promovida por essa dinâmica da construção de conhecimentos que, estimulados e assimilados, alimentam o desenvolvimento científico, econômico e social. (IFBA, 2019, p. 155)

Ainda de acordo com o PPD,

> As atividades de pesquisa científica e tecnológica vem [sic] sendo fortalecidas como um dos pilares da atividade acadêmica em todos os níveis e modalidades de ensino. Para além da obrigatoriedade constitucional, que garante a indissociabilidade entre cada uma dessas dimensões educativas, a pesquisa responde pela produção de vanguarda da instituição, devendo ter, além da investigação científica básica e aplicada, foco no atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, e no comprometimento real com a inovação tecnológica e a transferência de tecnologia para a comunidade. Cabe, portanto, garantir o estabelecimento e manutenção de políticas de incentivo e das condições acadêmicas, técnicas e infraestrutura física que propiciem o aprimoramento na formação de profissionais aptos a desenvolver a pesquisa científica voltada a [sic] consolidação da pesquisa e da inovação tecnológica. (IFBA, 2019, p. 155)

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (2013), a pesquisa no IFBA deve ter por princípio a vinculação estreita com o desenvolvimento local e a inclusão social a partir da produção da ciência e da tecnologia, por sua vez, possibilitada pelo pensamento intelectual comprometido com a construção da cidadania, da democracia, de defesa do meio ambiente e da vida, de criação de produtos e processos solidários.

As ações de extensão têm como objetivos: realizar o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, levando o discente a interagir com as questões sociais regionais, buscando sempre a melhoria da qualidade de vida da comunidade de um modo geral, disseminando o conhecimento a fim de trazer o desenvolvimento regional sustentável.

A extensão no IFBA – Campus Barreiras, em consonância com o PDI (2014-2018) e PPI (2013) institucional, entende que toda e qualquer atividade educacional, científica e cultural articulada com o ensino e pesquisa, leva sua interação com a sociedade por intermédio dos seus docentes, técnicos e discentes. Esse processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico promove a articulação e influência mútua entre a instituição, os segmentos sociais e o mundo do trabalho, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, visando ao desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional. Dessa forma,

o IFBA-Campus Barreiras busca incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos criticamente envolvidos com projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável. Em consonância com o PDI, os discentes do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo têm oportunidade de realizar pesquisa e extensão em conjunto com os docentes do curso.

O grupo de pesquisa Estudos Aplicados em Arquitetura e Urbanismo (EAAU/IFBA/CNPq), primeiro e único grupo de pesquisa vinculado ao curso até o momento, e que está cadastrado desde 2018 no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), oferece aos discentes do curso a possibilidade de realização de pesquisa e extensão de acordo com os projetos em andamento, proporcionando, inclusive, relações extramuros através de atividades de cunho comunitário, em três linhas de pesquisa:

1. Desenho, Projeto e Assessoria Técnica;
2. Urbanidades, Cultura Urbana e Práticas Estéticas;
3. Paisagem, Patrimônio e Ambiente Construído.

Os discentes matriculados não vinculados ao grupo de pesquisa podem vivenciar a pesquisa e a extensão participando de seminários, oficinas, minicursos, projetos de extensão, acesso a publicações, mesas redondas, palestras, debates etc. Uma das atividades promovidas pelo grupo de pesquisa EAAU é o CINEAAU (Cinema do EAAU), que são sessões de cine-debate periódicas (bimestrais) voltadas para o curso, mas também abertas à comunidade externa. No âmbito do EAAU, há também a realização de oficinas de assistência técnica, a exemplo do Laboratório de Projetos, atividade de extensão que atende demandas por projetos arquitetônicos e urbanísticos provenientes da comunidade externa.

O EAAU vem pleiteando bolsas para projetos de pesquisa e extensão cadastrados em execução, por meio de agências de fomento tais como o CNPq, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia) e o próprio IFBA.

Em consonância com o PDI 2020-2024 do IFBA, especialmente no tangente ao Campus Barreiras, esse conjunto de atividades contribui para a garantia da "qualificação de mão de obra para o mercado local e regional, promovendo o aumento da oferta de serviços qualificados e contribuindo, assim, com a promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural, além de impulsionar o crescimento e o desenvolvimento da região oeste da Bahia". (IFBA, 2019, p. 32)

4.8 Escritório Modelo

A extensão, em companhia do ensino e da pesquisa, caracteriza-se como um pilar básico para uma instituição de ensino pública, gratuita e de qualidade. É uma das responsáveis pela interação da comunidade acadêmica com a sociedade, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de ambas, por meio da aplicação do conhecimento adquiridos na instituição. A partir das atividades de extensão também se buscam experiências e desafios para a vitalização do ensino e da pesquisa desenvolvidos nas instituições, constituindo-se como uma oportunidade de reavaliação de seus métodos pedagógicos no tocante à sintonia deste com as reais necessidades da sociedade. Quanto à sua importância, essas atividades auxiliam e enriquecem a formação do discente, por caracterizarem-se como um ensaio de prática profissional, com orientação docente e suporte acadêmico que a instituição permite.

O Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) é um projeto criado pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FENEA) como uma alternativa de se buscar a melhoria da formação dos arquitetos e urbanistas, enquanto discentes, por meio de prática profissional orientada; e como uma resposta às necessidades da sociedade que se encontra, em virtude da desigual realidade social brasileira, à margem dos serviços de Arquitetura e Urbanismo.

O EMAU versa pelo compromisso com a realidade social, desenvolvendo projetos participativos a partir da utilização da Arquitetura e Urbanismo como processo, importante para um curso de graduação em uma instituição em que a tríade ensino-pesquisa-extensão seja contemplada. A implantação do escritório é norteada a

partir do Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (POEMA), desenvolvido por estudantes da FENEA.

O Escritório Modelo tem por compromisso atuar visando às necessidades de acesso mais democrático e universal às técnicas e tecnologias de arquitetura e urbanismo; à importância da prática profissional na formação acadêmica; e, principalmente, a devolutiva à comunidade externa do que se produz dentro do curso de bacharelado, contribuindo, inclusive, para um maior respeito e reconhecimento da atividade do arquiteto e urbanista dentro da nossa sociedade, e propiciando a formação de cidadãos cientes das suas responsabilidades sociais e ambientais.

O EMAU possui autonomia de debate, argumentação e criação. É formado e gerido por estudantes do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras, orientado por um ou mais docentes da área técnica de Arquitetura e Urbanismo do Campus. Podem participar, como membros colaborativos, estudantes e profissionais de outros cursos, áreas e/ou instituições.

O EMAU do IFBA-Campus Barreiras deverá ser implantado até que a primeira turma de discentes ingressos conclua o curso. Caberá ao Conselho de Curso aprovar seu regimento interno.

5. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O currículo do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo é norteado pelos seguintes objetivos e diretrizes no seu procedimento metodológico:

5.1 Construção do conhecimento

Os procedimentos metodológicos a serem utilizados pelos docentes no cotidiano devem estar consoantes com as peculiaridades das disciplinas, adequados aos objetivos de aprendizagem, conteúdos e as habilidades a serem desenvolvidas pelos discentes. Tal observação justifica-se por haver disciplinas de cunho predominantemente teórico, como Estudos Sociais, Econômicos e Ambientais; Estética e História da Arte; História da Arte no Brasil; e outras de cunho predominantemente

prático, como Composição Visual; Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo; disciplinas de Projetos; além daquelas cuja experimentação faz-se necessária, como Materiais de Construção; Topografia Aplicacada à Arquitetura; disciplinas de Conforto Ambiental, exigindo procedimentos específicos por parte do docente.

O docente tem autonomia para propor um Plano de Ensino que seja adequado ao contexto da disciplina a ser ministrada, desde que esteja inserido nas diretrizes metodológicas gerais, que devem ser consideradas no âmbito do curso:

- O discente como centro da aprendizagem, estabelecendo-o como sujeito ativo nesse processo, de maneira crítica e reflexiva;
- A observação da realidade e a problematização como formas de aguçar a curiosidade do discente para a busca do conhecimento, permitindo significância à aprendizagem;
- Respeitar o contexto social do discente, bem como sua origem, cultura, experiências e conhecimentos prévios, utilizando-os como fontes complementares de discussão durante a construção do conhecimento;
- Propor atividades que possibilitem a construção do conhecimento a partir do elo teórico-prático, através do uso de equipamentos e ferramentas de experimentação, visitas técnicas, atividades de prática profissional simuladas, dentro e fora da Instituição;
- Respeitar os ritmos de aprendizagem do discente, fornecendo meios para sanar possíveis descompassos a partir do estímulo e integração durante as aulas, complementações de estudos, atendimentos individualizados e encaminhamento para auxílio do setor psicopedagógico, quando necessário;
- O uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), adotado no processo de ensino-aprendizagem como ferramentas na construção do conhecimento, comunicação entre instituição e discentes, além do uso de *softwares* para a análise e desenvolvimento de projetos;
- A pesquisa e extensão como elementos atualizadores e geradores de conteúdos, discussões e reflexões, inerentes às necessidades da comunidade; à preservação do patrimônio histórico, da paisagem urbana; às diversas tecnologias e inovações;

- Adoção de diferentes procedimentos didático-metodológicos, tais como: debates; atividades individuais e em grupo; seminários; grupos de estudos; estudos dirigidos; projetos de trabalho; produção em ateliê; atividades práticas; dentre outras.

De acordo com as Normas Acadêmicas do IFBA, os discentes têm direito a um atendimento pedagógico individualizado disponibilizado pelo docente em turno oposto, denominado TCA (Tempo Complementar de Atendimento). Esta é uma eficiente ferramenta extraclasse de apoio ao desenvolvimento do discente, que auxilia no preenchimento de lacunas que, porventura, pode ocorrer no processo da sala de aula.

5.2 Estratégias para a interdisciplinaridade, integração e transversalidade

O exercício da profissão do arquiteto e urbanista exige o domínio de diversas áreas do conhecimento, como pode ser conferido na já mencionada Resolução do CAU/BR nº 21, de 5 de abril de 2012. Passa a ser papel da instituição de ensino garantir, sempre que possível, que a interdisciplinaridade, a integração entre a teoria e prática e a transversalidade visem a romper com o processo de fragmentação do conhecimento. Dentre as formas de garantir esses mecanismos estão:

- O planejamento e realização de aulas com temas transversais a mais de uma disciplina, visando a variados enfoques sobre o mesmo objeto, possibilitando a construção de um conhecimento mais abrangente e contextualizado;
- A realização de atividades e projetos que integrem os conceitos de mais de uma disciplina, possibilitando, se necessário, uma avaliação de maneira compartilhada;
- A priorização da integração entre disciplinas teóricas e práticas;

5.3 Estratégias de fomento à sustentabilidade

O tema da sustentabilidade é trabalhado ao longo de todo o curso de Arquitetura e Urbanismo. De forma transversal, cada disciplina busca contribuir a partir de aspectos específicos com a formação sustentável generalizada que permitirá ao discente a capacidade de aplicação de técnicas e métodos nos projetos e demais produções acadêmicas e profissionais.

De modo específico, o conteúdo é trabalhado no quadro das disciplinas obrigatórias "Sociologia Urbana e Meio Ambiente" e "Estudos Sociais Econômicos e Ambientais". Dentre as disciplinas optativas, estão "Gestão Ambiental" e "Análise de Impacto Ambiental". A discussão e a formação de conceitos se dão, inicialmente, nas disciplinas básicas de fundamentação, perpassando por outras de conhecimento profissional, tais como "Tecnologia da Construção", a sequencia de disciplinas de Conforto Ambiental (I ao IV, a saber, Ergonomia e Acessibilidade; Térmico; Acústico; e Lumínico, respectivamente), "Planejamento Urbano e Regional"; culminando na aplicação da visão sustentável nas sequências de disciplinas de Projeto Arquitetônico (I ao VI) e Projeto Urbanístico (I ao III) e, em particular, a disciplina Construções Sustentáveis.

Durante as disciplinas voltadas ao desenvolvimento de projetos, por exemplo, o docente poderá expor os discentes a situações-problema para que possam encontrar soluções a partir da aplicação de conceitos, procedimentos e técnicas que visem a promover o tripé sustentável (função social, econômica e ambiental), seja no projeto de edificações, urbanismo, paisagismo, sistemas construtivos, dentre outros.

5.4 Ensino-aprendizagem além do Campus

Ao longo do curso, os discentes vivenciam diversas formas de integração entre a academia e os contextos da cidade, região e setor produtivo.

Nas disciplinas, por meio de visitas técnicas, aulas em campo, discussões de atualidades e a realidade da construção civil, é propiciada a observação crítica da realidade nas diversas escalas: local, regional, nacional e internacional.

Os docentes devem incentivar os discentes à participação de eventos, seminários e cursos, internos ou externos à Instituição, propiciando o contato com profissionais de empresas e os discentes. Devem ser incentivadas parcerias com as instituições públicas, privadas, de ensino; associações, agremiações, sindicatos, organizações não governamentais etc.

O grupo de pesquisa Estudos Aplicados em Arquitetura e Urbanismo (EAAU/IFBA/CNPq) apresenta outras possibilidades de fomento a essa integração do curso com a cidade, região e setor produtivo. O Grupo tem como objetivo a aproximação de áreas complementares da arquitetura e do urbanismo, produzindo pesquisa e extensão em torno da questão urbana, em particular do tensionamento entre campo/cidade e as práticas sócio-culturais aí engendradas.

Além disso, ressalta-se também o estágio supervisionado com carga horária mínima obrigatória para todos os discentes, proporcionando-lhes vivência profissional por meio de parcerias com empresas locais, sejam elas públicas, privadas ou constituídas por profissionais autônomos.

5.5 Flexibilização curricular

Como procedimentos de flexibilização curricular, o curso prevê atividades complementares; componentes curriculares optativos, ofertados entre o 5º e 8º períodos do curso; e o fomento aos cursos de extensão promovidos pela Coordenação de Curso em parceria com grupos de pesquisa, a exemplo do grupo Estudos Aplicados em Arquitetura e Urbanismo (EAAU/IFBA/CNPq), e com o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – EMAU Carranca. Tais instrumentos são abertos para serem preenchidos por eventos acadêmicos diversos, que vão ao encontro da complementação de saberes ligados diretamente à formação profissional ou de natureza cultural.

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 2/2010, 20% da carga horária total do curso podem ser cumpridas com a participação dos discentes em atividades de formação complementar e estágio supervisionado. Assim, o curso atua estrategicamente no reforço da relação entre a graduação e as várias atividades

acadêmicas de pesquisa e extensão, além de incentivar a participação dos discentes em eventos e viagens de estudo. As Atividades Complementares são incentivadas por garantirem a flexibilidade do curso ao longo do tempo, a autonomia dos discentes na construção de sua trajetória e o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem.

A Portaria IFBA nº 45, de 20 de março de 2017, que aprovou o regulamento contendo normas específicas relacionadas às Atividades Complementares do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras, oficializa e operacionaliza o sistema de pontuação para as Atividades Complementares. O discente é incentivado a se envolver com atividades externas ao Campus, estabelecendo aproximações com outras unidades de ensino da região, bem como a participação em atividades e eventos diversos correlatos ao campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo.

Relações entre a Coordenação de Curso, o grupo de pesquisa EAAU e o fortalecimento das orientações e programas de iniciação científica serão incentivados, possibilitando a oferta de cursos de extensão, com conteúdos diversificados que apresentam aos discentes outras interações com os saberes da Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras, além de possibilitar a integração entre discentes de semestres variados.

Os cursos de extensão são oferecidos por docentes (individualmente ou não) ou por grupos de pesquisa oriundos do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo e por convidados, cuja experiência é importante para a formação a que se pretende.

Associada à pretendida flexibilidade na composição da trajetória do discente em seu período de graduação, a mobilidade acadêmica se dá pelo estímulo à participação e envolvimento com outras instituições de ensino, pesquisa ou de extensão, no Brasil e no exterior. Nesse contexto, a internacionalização tem papel de destaque. São elementos primordiais nos métodos de internacionalização do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, os contatos promovidos por seus docentes quando da oportunidade de participação em eventos acadêmicos internacionais abrigados em instituições de ensino superior estrangeiras de renome e de credibilidade acadêmica reconhecida. Tais contatos procuram firmar convênios com a finalidade precípua de garantir não só a mobilidade, especificamente, mas também de

intensificar o intercâmbio acadêmico proveniente de parcerias relacionadas a projetos de pesquisa e de organizações conjuntas de eventos científicos.

Ressalta-se a possibilidade de mobilidade entre as instituições públicas de ensino superior, por meio da assinatura de termos de cooperação técnica, a exemplo, na cidade de Barreiras, entre o IFBA, a Universidade Federal do Oeste da Bahia e a Universidade do Estado da Bahia. O Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras também deve adotar como premissa de flexibilização curricular o programa de intercâmbio acadêmico, consubstanciado em convênios firmados com Instituições de Ensino Superior na América Latina, América do Norte, Europa e África. Essa política de convênios deve ser objeto de permanente fortalecimento e ampliação. Nesse sentido, o Curso conta com o apoio da Pró-Reitoria de Assuntos Internacionais do IFVA, órgão ligado ao gabinete da Reitoria da Instituição.

5.6 Uso de novas tecnologias de informação e comunicação

Na sociedade atual, o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a internet, a multimídia, as simulações, dentre outras, permitem potencialidades educacionais. Isso altera significativamente o perfil do profissional para ajustar-se à realidade tecnológica, redefinindo o trabalho e exigindo dos profissionais a ampliação permanente de seus conhecimentos.

Em relação à infraestrutura disponível, o curso conta com laboratórios e outras ferramentas que tem a finalidade de integrar as TIC ao processo de ensino-aprendizagem. No Laboratório de Desenho são disponibilizados computadores individuais junto às pranchetas, possibilitando que as atividades sejam integradas com o uso de ferramentas de desenho computacional, tais como AutoCAD e Sketchup. No Laboratório de Informática é possível realizar planilhamento eletrônico para a prática de orçamentação e planejamento de obras.

O curso conta com a disciplina obrigatória Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo, que ensina o manuseio de programas de desenho assistido por computador, além da disciplina optativa Introdução às Técnicas Digitais para Arquitetura e Urbanismo, que objetiva tratar de ferramentas computacionais

atualizadas e complementares ao desenvolvimento de projetos, tais como os programas da plataforma de Modelagem da Informação da Construção – BIM (Building Information Modeling, no original em ingês), que permite desenvolver projetos em meio digital de modo célere e eficiente. O uso de tecnologias computacionais pode ser tratado de forma transversal ao longo de outras disciplinas, contribuindo com o processo de ensino-aprendizagem.

Dentre as ferramentas de tecnologia de informação e comunicação disponíveis ao docente, a Instituição conta com lousas interativas, projetores e *notebooks* que são disponibilizados para utilização durante as aulas, além da plataforma on-line Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

O SUAP, ferramenta concebida pela Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), é um sistema voltado para as gestões acadêmicas e administrativas, perpassando, além do ensino, a gestão de projetos de pesquisa e extensão. Como auxílio à gestão do processo de aprendizagem e acompanhamento pedagógico, podem ser inseridas orientações, avisos, comunicados e arquivos diversos, tornando-se uma ferramenta tecnológica importante para a informação e comunicação entre servidores e discentes.

A fim de garantir o direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos, a Coordenação do Curso e o corpo docente contam com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). O setor possui profissionais e instrumentos de adaptação digitais especializados, e orientará sobre as ações necessárias para a inclusão digital do discente com necessidades específicas.

Nos laboratórios em que há a presença de computadores, têm-se máquinas com o recurso de Tecnologia Assistiva (TA), *softwares* leitores de tela, que garantem a acessibilidade das pessoas com deficiência visual. Além disso, o Laboratório de Desenho dispõe de mesas reguláveis. No Campus existem outros equipamentos de TA, como extensor de mão, plano inclinado, mouse adaptado, teclado colmeia, impressora e máquina braile; materiais que ficam disponíveis para uso por meio do contato da Coordenação de Curso com o NAPNE.

Pelo fato de as tecnologias de informação e comunicação apresentarem capacidade veloz de mudanças, em que as ferramentas usuais, atualmente, podem ser facilmente tornadas obsoletas em um horizonte próximo, cabe ao NDE propor, a médio prazo, formas de atualização dessas realidades no PPC do curso e, em curto prazo, propostas de tratamento desses avanços por meio de oficinas, projetos de extensão, pesquisa, seminários e outros eventos.

Com a emergência de difusão das imagens enquanto formas e conteúdos que, no mundo contemporâneo, constituem uma das primeiras linguagens acessadas, redes sociais, fóruns eletrônicos, tecnologias de telefonia, videoconferências e ainda outras mídias, como o YouTube, são ferramentas tecnológicas que já estão incorporadas no processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a apropriação de outras que venham a surgir.

6 ACESSIBILIDADE

De acordo com as Referências de Acessibilidade na Educação Superior (BRASIL, 2013b), é no projeto pedagógico que são alinhadas orientações e questões diretivas do curso, onde as diferenças humanas são atendidas com a finalidade de horizontalizar as relações. Nesse sentido, a acessibilidade passa ter um conceito amplo que perpassa por todo seu espectro (atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática), que expressa um conjunto de dimensões diversas, complementares e indispensáveis para que haja um processo de efetiva inclusão.

No IFBA-Campus Barreiras já se tem experiências de adequação na mediação da aprendizagem para a promoção da acessibilidade, como pavimentação podotátil, intérpretes de LIBRAS, sinalização em braile, banheiros, salas e laboratórios adaptados, contratação de profissionais especializados, programas computacionais para discentes com baixa visão, dentre outros recursos.

Nessa perspectiva, o Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pressupõe a adoção de medidas de apoio específicas para garantir, como metodologia de ensino, as condições necessárias à plena participação e autonomia dos discentes com deficiência, em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico e social.

A garantia de pleno acesso, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência e/ou outras necessidades específicas se dá por meio do atendimento às suas especificidades. Desse modo, foi elaborada, no âmbito do IFBA, a Resolução nº 30, de 12 de dezembro de 2017, que institui a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Específicas no âmbito do IFBA, considerando os seguintes documentos:

- O Decreto nº 3.956/2001, que ratifica a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência;
- A Lei nº 10.436/2002, que reconhece a LIBRAS;
- A Portaria MEC nº 3.284/2003, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiência para instruir processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições;
- O Decreto nº 5.296/2004,[3] que regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- O Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos e, optativamente, nos demais cursos de educação superior;
- O Decreto nº 6.949/2009, que ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis;

[3] O Art. 24 do Decreto determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, público ou privado, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

- O Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- O Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado;
- A Lei nº 12.764/2012, que trata da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- A Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Na entrada do discente com deficiência e/ou outras necessidades educacionais específicas, instâncias institucionais, como Coordenação e Colegiado de Curso, NDE, Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEP), NAPNE, Departamento de Ensino Superior (DESUP), dentre outros órgãos institucionais, tomarão a iniciativa de se adequar para as peculiaridades que assegurem o pleno desenvolvimento acadêmico e cidadão do discente. Dessa maneira, concebe-se que a acessibilidade metodológica no Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo considera a heterogeneidade de características dos discentes visando ao processo de ensino-aprendizagem, promovendo, assim, a participação nas atividades pedagógicas e na apropriação dos conhecimentos e saberes, favorecendo uma formação integral no seu percurso acadêmico.

No que se refere à ampliação no atendimento educacional especializado ligado às questões de acessibilidade, conta-se com o já mencionado NAPNE, setor que promove, no âmbito do Campus, oficinas e seminários relacionados à acessibilidade atitudinal, na tentativa de desenvolver uma cultura inclusiva, sem preconceitos ou estigmas, que impulsionam a superação de barreiras.

O NAPNE contribui para a implementação de políticas de acesso com atendimento tanto dos discentes, quanto do corpo docente que vai lidar com necessidades educacionais específicas, assegurando ao Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo um suporte no acolhimento, bem como orientação na implementação de procedimentos pedagógicos específicos e direcionados.

A Resolução IFBA nº 17, de 20 de dezembro de 2019, prevê atendimento individualizado aos discentes com necessidades específicas pelos docentes das diversas disciplinas, que, por sua vez, contam com o acompanhamento do NAPNE sempre que necessário, a fim de que se garantam relações de ensino-aprendizagem direcionadas.

No que se refere ao currículo, o curso possui a disciplina Conforto Ambiental I: Ergonomia e Acessibilidade, que aborda conceitos relacionados às dimensões da acessibilidade, bem como, introduz o discente às normas e leis da acessibilidade que tangenciam o projeto arquitetônico e urbanístico, em particular a Norma Brasileira 9050 (ABNT, 2020), que dispõe sobre acessibilidade a edifcações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. De modo transversal, as disciplinas de Projeto de Arquitetura e Projeto Urbanístico têm como premissa orientar o discente a ter a acessibilidade (não somente espacial) como premissa projetual.

Considerando que o espaço educativo é um espaço de formação, a acessibilidade como um todo, e a espacial em particular, é entendida não somente para atender às pessoas com necessidades específicas, mas também para contribuir para uma educação com princípios de inclusão e respeito à diversidade humana. Dessa maneira, os espaços físicos do IFBA-Campus Barreiras vêm se adaptando continuamente para tornar os ambientes adequados e acessíveis, contemplando, assim, a dimensão arquitetônica da acessibilidade.

7 APOIO AO DISCENTE

A formação cidadã exercida pelo IFBA é feita com forte preocupação social, especialmente com os membros do corpo discente que têm vulnerabilidade econômica, a fim de que se mantenham no Instituto, evitando a evasão escolar. Muitos discentes têm dificuldades de acompanhar seus respectivos cursos por variadas razões, por isso, o Instituto desenvolve programas tanto de apoio financeiro, via bolsas e estágios, como de apoio psicopedagógico.

7.1 Ações de acolhimento e permanência

Nos últimos anos, o sistema educacional brasileiro se adequou a demandas populares há muito tempo exigidas, como a promoção da educação inclusiva para discentes em vulnerabilidade social, econômica e racial. Com isso, houve um aumento do quantitativo de bolsas com o objetivo de suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola. Especificamente, essa ação está ligada ao pagamento de material escolar, despesas com transporte, moradia, Bolsa de Incentivo a Aprendizagem (PINA), dentre outras iniciativas de assistência estudantil do IFBA para o educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do discente.

A Política de Assistência Estudantil (PAAE) do IFBA segue as normatizações institucionais, bem como a Resolução nº 25, de 23 de maio de 2016, que apresenta as normas, critérios e procedimentos da Política de Assistência Estudantil do IFBA, que se constitui num arcabouço de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implementação de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos discentes do IFBA, embasada em conceitos como inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico, bem-estar biopsicossocial e equidade.

A partir disso pensou-se a estrutura da PAAE, através dos seguintes programas:

- Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes;
- Programa de Educação para Diversidade;
- Programa de Apoio a Pessoas Portadoras de Necessidades Educativas Específicas;
- Programa de Acompanhamento Psicológico;
- Programa de Acompanhamento Pedagógico.

Além destas políticas institucionais de assistência estudantil, e por meio de participação do docente em editais de pesquisa e extensão, o discente do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo tem a oportunidade de receber bolsas financiadas por agências de fomentos como CAPES, CNPq e FAPESB. Há outros programas federais e

estaduais específicos para discentes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que poderão ser acessados para garantir a permanência na instituição.

7.2 Coordenação Técnico-Pedagógica

A Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEP) do IFBA-Campus Barreiras tem como uma das suas principais atividades o apoio e o acompanhamento aos discentes. Ao promover ações de integração, adaptação, orientação de estudos, orientação profissional, dentre outras, a COTEP busca contribuir para a formação integral dos discentes e para a permanência bem-sucedida. Esse conjunto de ações é fomentado por uma equipe multidisciplinar composta por pedagogas, técnicas em assuntos educacionais, assistentes sociais, nutricionista e psicóloga. Assim, cada profissional em sua especialidade e, de maneira articulada, realiza as intervenções e os acompanhamentos necessários, no sentido de favorecer o desenvolvimento psicossocial e pedagógico dos discentes.

7.3 Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas

O Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do IFBA-Campus Barreiras tem por objetivo contribuir na implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão, com êxito, dos discentes com necessidades específicas e de atender esses discentes e suas famílias bem como aos seus docentes.

O NAPNE corresponde aos núcleos de acessibilidade previstos no Decreto nº 7.611/2011. Na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, surge através do Programa TECNEP (Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais), que está ligado à SETEC/MEC, sendo um programa que visa à inserção e o atendimento aos discentes com necessidades educacionais específicas nos cursos de nível básico, técnico e tecnológico das Instituições Federais de Educação (IFE), em parceria com os sistemas estaduais e municipais, bem como o segmento comunitário.

Em atendimento à Lei nº 12.764/2012, que trata da Proteção dos Direitos da Pessoa com transtorno do espectro autista; à Constituição Federal, nos artigos nos 205, 206, 208 que tratam, respectivamente, do direito, do dever e da educação; dos princípios do ensino; e da garantia da educação básica pelo Estado; em atendimento ao Decreto nº 7.611/2011, que trata da educação especial, do atendimento educacional especializado e dá outras providências; à Resolução CONSUP/IFBA nº 9/2016, que instituiu as Diretrizes para Acessibilidade pedagógica dos Estudantes com Necessidades Específicas no âmbito do IFBA; à Portaria nº 3.284/2003, que trata sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições; à Resolução CONSUP/IFBA nº 30/2017, que aprova a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Específicas no âmbito do IFBA; o Campus Barreiras conta com profissionais capacitados que trabalham com a inclusão social e o apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas.

O NAPNE do Campus Barreiras tem como objetivo central oferecer suporte para que o discente possa organizar-se, bem como prover estruturas e serviços de apoio, de forma que acolha, com a acessibilidade e dignidade necessárias, a todos os discentes com necessidades educacionais específicas que já frequentam ou que venham a frequentar a Instituição nos mais diversos espaços (salas de aula, biblioteca, laboratório, quadra poliesportiva, serviços etc.). Além disso, promove, não somente para comunidade acadêmica, mas também para a comunidade externa (escolas, ONGs, associações etc.), palestras, seminários e cursos com temas relacionados à inclusão e às mudanças atitudinais necessárias para lidar com as pessoas com deficiência de forma cotidiana e inclusiva.

7.4 Coordenação de Integração e Escola-Empresa

No IFBA-Campus Barreiras, a Coordenação de Integração Escola-Empresa (CIEEM) é o setor responsável por estabelecer parcerias com empresas locais/regionais e órgãos públicos interessados e que possam ser estimulados e buscados paraofertar estágios discentes, remunerados ou não. O setor deve buscar parcerias, estimular a

prática e divulgar possibilidades de estágios, além de ser responsável pela documentação e acompanhamento institucional das atividades, onde permanece um arquivo das ações de estágio do Campus.

Aos discentes são oportunizadas, também, possibilidades de se vincular numa relação de estágio relacionado ao curso que estiver frequentando regularmente, não obrigatório ao currículo, que converge com necessidades socioeconômicas de permanência na Instituição, inserido este nos mundos do trabalho, princípio educativo do IFBA que estimula um desenvolvimento cidadão, desenrolando o aprendizado de competências próprias à atividade profissional.

8 PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

De acordo com LDBEN nº 9.394/1996, a avaliação do processo de aprendizagem dos educandos deve ser continuada e cumulativa, prevalecendo aspectos qualitativos e o processo de desenvolvimento do discente. O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) vigente do IFBA prevê que a avaliação da aprendizagem dos discentes é um processo de caráter formativo, permanente e que visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional.

Na sua dimensão de integração no processo de ensino-aprendizagem, essa é a modalidade de avaliação que averigua se os discentes possuem os conhecimentos e aptidões para poder iniciar novas aprendizagens. Permite identificar problemas no início de novas aprendizagens, servindo de base para decisões posteriores, por meio de uma adequação do ensino às características dos discentes.

8.1 Avaliação da aprendizagem

Os métodos pedagógicos aos quais o Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras se baseiam seguem os princípios fundamentais previstos no PPI, os quais são direcionados, por sua vez, pela própria Missão Institucional:

> Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país (IFBA. 2013, p. 20)

A ação de avaliar consiste numa das tarefas mais complexas da ação formadora, uma vez que implica na identificação de situações que podem e devem ser superadas, bem como no apontamento do desenvolvimento de aprendizagem prevista para o percurso definido no currículo, fomentando o processo de aprendizagem e raciocínio crítico. Do mesmo modo, visa a compreender os resultados alcançados em relação às competências, ou seja, que medidas foram desenvolvidas e onde será necessário retomar ou modificar a trajetória da formação.

A avaliação do discente ocorrerá em todo o percurso da formação, abrangendo os diversos momentos do curso, envolvendo os múltiplos aspectos da aprendizagem para a verificação de conhecimentos. Serão utilizados instrumentos e procedimentos de avaliação coerentes com os objetivos do curso, consoante com o planejamento próprio de cada docente. Dentre as formas de avaliação possíveis, respeitando as Diretrizes para Avaliação de Aprendizagem presente no PPI, aponta-se a quantidade de avaliações, suas modalidades, média para aprovação, número de provas, entre outros.

Nessa esteira, o sistema de avaliação adotado neste Projeto Pedagógico está em sintonia com técnicas e metodologias de intervenção profissional, prevendo que as componentes curriculares do curso avaliarão o discente de forma diagnóstica, processual, formativa e serão obtidas mediante uso de instrumentos variados, a saber:

- Observação;
- Aplicação de trabalhos individuais e coletivos;
- Aplicação de atividades investigativas;
- Realização rojetos interdisciplinares;
- Realização de estudos de forma independente pelo discente;
- Resolução de situações-problema;
- Autoavaliação;
- Realização de provas escritas;
- Realização de provas práticas;
- Elaboração e apresentação de s eminários;
- Produção de relatórios;
- Produção de artigos.

Os processos, instrumentos, critérios e valores de avaliação adotados pelo docente serão explicitados aos discentes no início do período letivo, quando for apresentado o Plano de Ensino da disciplina respectiva. Ao discente, será assegurado o direito de conhecer os resultados das avaliações mediante vistas dos referidos instrumentos, apresentados pelos docentes como etapa do processo de ensino e aprendizagem.

As normas para avaliação da aprendizagem dos discentes em cada disciplina cursada estão estabelecidas nas Normas Acadêmicas do Ensino Superior vigentes. Em caso de admissão de discentes com deficiência ou necessidades específicas ao Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, respeitando o direito às diferenças e as pessoas com deficiências, os processos de avaliação de ensino-aprendizagem serão adaptados diversificando os objetos, e flexibilizando o tempo. Será assegurado ao discente com deficiências ou necessidades específicas o direito à avaliação de aprendizagem em horário especial, quando necessário, a ser agendado com os docentes de cada disciplina, Coordenação de Curso e, em situações convenientes, o pessoal capacitado do NAPNE e da COTEP.

8.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação e acompanhamento do PPC do curso de Arquitetura e Urbanismo é desenvolvido pelo Colegiado do Curso com base em avaliações semestrais, de acordo com as Normas para Avaliação Semestral desenvolvida pelo NDE e aprovada pelo Colegiado do curso.

A avaliação semestral considera três dimensões: Avaliação do Corpo Discente sobre o curso, Avaliação do Corpo Docente e Avaliação da Coordenação de Curso.

Anualmente, deverá ser desenvolvida uma avaliação interna do curso, através do índice de evasão, aceitação dos formandos no no campo profissional nacional e internacional e em programas de pós-graduação (em parceria com o sistema de acompanhamento de egressos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil), convênios, produção científica dos discentes, projetos integrados de ensino, pesquisa e

extensão, recurso e estágios remunerados obtidos em outras empresas, estrutura curricular, biblioteca e média das avaliações anuais por grupo de discentes.

Além da avaliação semestral, o Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo segue mais dois procedimentos para avaliação, um interno e institucional, por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e um externo, o Exame Nacional de Desempenho de Estudante (ENADE).

Para implementar os processos de avaliação internos das Instituições (públicas ou privadas, concernente ao nível educacional superior), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, nos termos do artigo 11 da Lei nº 10.861/2004, estabeleceu a Comissão Própria de Avaliação (CPA). A CPA é o órgão colegiado formado por membros de todos os segmentos da comunidade acadêmica e de representantes da sociedade civil organizada, que tem por atribuições a condução dos processos de avaliação internos da instituição, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A Comissão realiza, periodicamente, a autoavaliação institucional (global e dos aspectos didático-pedagógicos). O processo de autoavaliação contempla e encoraja a participação dos segmentos da comunidade interna (discentes, docentes e técnicos administrativos) e da comunidade externa (egressos e empresas/instituições).

Sete instrumentos compõem a atividade de autoavaliação que é realizada por meio de aplicação de questionários impressos e eletrônicos, e são relativos à avaliação da Instituição; da Infraestrutura; do Ensino; dos Setores de Apoio; dos Cursos; do Perfil Profissional; e do Mercado de Trabalho. Em um dos instrumentos relacionados ao Ensino, os discentes avaliam os docentes, as disciplinas e fazem a sua autoavaliação. Em outro, os docentes avaliam o curso e sua coordenação, as disciplinas e concluem com a autoavaliação. Após o recebimento dos questionários, a CPA realiza a compilação e análise dos dados e produz um relatório institucional que servirá como subsídio para aos agentes institucionais (docentes, discentes, funcionários, gestores), contribuindo para o processo de aperfeiçoamento e democratização dos *campi* do IFBA.

Por sua vez, o procedimento de avaliação externa segue os procedimentos determinado pelo ENADE, que avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de

graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação e é obrigatório.

O objetivo do ENADE é avaliar o desempenho dos discentes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional e o nível de atualização dos discentes com relação à realidade brasileira e mundial, integrando o SINAES.

Após análise e conceito atribuídos pelo resultado do conjunto das três avaliações supracitadas (avaliação semestral, CPA e ENADE), o NDE deve analisar e encaminhar proposições ao Colegiado de Curso, que submeterá ao escrutínio coletivo, amplo, participativo e que envolve as categorias que compõem a instituição e o curso (a exemplo do Centro Acadêmico, Direção de Ensino, reunião de Coordenação de Curso). Os órgãos definirão oportunidades de melhorias, se cabíveis, alterações ou fortalecimento de práticas. Dentre as medidas, poderão ser propostas adequações curriculares, matricial, fluxograma, TCC, estágios e promoção de eventos, utilização dos espaços educativos, atuação dos docentes, estrutura física, comunicação interna, pesquisa e extensão e também para a formação continuada de egressos.

Para a subjetivação de decisões, avaliações e promoção de novas práticas, serão operacionalizados instrumentos de mediação/difusão como redes sociais, *e-mails*, *site* institucional, seminários, oficinas e minicursos, debates e reuniões.

8.3 Critérios de Aproveitamento de Sisciplinas

Entende-se por aproveitamento de disciplina o processo de reconhecimento de disciplinas cursadas com aprovação, como discente regularmente matriculado em Instituições de Ensino Superior (IES), nacionais ou estrangeiras, oficiais ou reconhecidas, feito pelos órgãos competentes do IFBA, quando solicitado pelo discente.

Os procedimentos para aproveitamento de disciplinas para os cursos superiores do IFBA-Campus Barreiras estão contemplados nas Normas Acadêmicas do Ensino Superior vigentes.

9 GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

9.1 Colegiado de Curso

O Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo foi instituído pela Portaria nº 69/2016, emitida pela Direção Geral do Campus Barreiras. É regido pelas Normas para Organização dos Colegiados dos Cursos de Graduação Plena do IFBA, instituídas pela Portaria nº 617/2002, e por regimento próprio. A estrutura do colegiado é composta por até 12 membros titulares, representado por onze docentes e um representante discente, eleito por seus pares. O representante discente acompanha todo o processo de avaliação do PPC, contribuindo e levando aos demais discentes do curso as deliberações do Colegiado.

O Colegiado é um órgão primário, normativo, consultivo, deliberativo e executivo com composição, competências e funcionamento definidos em Regimento Interno. A principal atribuição é orientar e coordenar as atividades didático-pedagógicas e administrativas e propor as medidas necessárias para as devidas melhorias do curso. Atua de forma integrada com outros departamentos relacionados ao ensino, pesquisa e extensão.

O Colegiado se reúne, no mínimo duas vezes por semestre, ou quando do surgimento de demandas que determinam a necessidade de realização de reuniões em caráter extraordinário, para discutir questões pertinentes do curso. Em todas as reuniões são realizadas atas para fins de registros e elaborados os encaminhamentos relativos às decisões tomadas. O Colegiado de curso possui como atribuições:

- Propor diretrizes gerais dos programas das disciplinas dos cursos, indicando aos Departamentos o enfoque do ensino de cada disciplina no currículo;
- Propor a elaboração dos currículos do curso e suas alterações quando necessárias;
- Propor o projeto pedagógico dos cursos, no âmbito da Unidade;
- Avaliar o curso, sistematicamente, sugerindo à Coordenação de Curso os ajustes necessários;

- Sugerir intercâmbio, substituição ou capacitação de docentes, bem como providências de outra natureza, necessárias à melhoria da qualidade de ensino;
- Opinar sobre trancamento ou dispensa de matrícula, transferência, bem como outros processos vinculados à vida estudantil, no âmbito de sua área de atuação;
- Emitir pareceres sobre adaptações e equivalências curriculares;
- Assegurar a interconexão entre teoria e prática de conteúdos e disciplinas no âmbito de cada Curso;
- Propor aos Departamentos Acadêmicos alterações no conteúdo programático das disciplinas, visando a sua atualização e modernização;
- Opinar sobre problemas disciplinares e atitudes do corpo docente e discente vinculados a sua área de atuação.

9.2 Coordenação de Curso

A Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo (COAU) tem a responsabilidade principal de subsidiar a qualidade profissional do formando do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA – Campus Barreiras, bem como por ela zelar. Além disso, a Coordenação é responsável pela gestão do curso; por realizar avaliação permanente de sua qualidade junto aos docentes e discentes, sugeririndo e implementando ações para a melhoria da qualidade do curso; por representar os interesses do curso nos órgãos superiores, cumprindo suas decisões; por convocar e presidir reuniões do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante; por elaborar cadastro e acompanhar a participação dos discentes no ENADE; por realizar cadastro e preparação para reconhecimento e futuro recredenciamento do curso junto ao MEC/INEP; por realizar atendimento e orientação de ordem acadêmica aos discentes; por acompanhar os trâmites administrativos dos discentes do curso e o cumprimento do calendário acadêmico pelos docentes; por elaborar a oferta e o horário semestrais de disciplinas; por estar à frente da atualização periódica de seu Plano Pedagógico; por comunicar-se com docentes e discentes e com eles interagir, em

busca da melhoria da qualidade do curso; por prestar apoio ao Centro Acadêmico do Curso (CACAU); por dar publicidade, enfim, ao planejamento e ao relatório de atividades semestrais de gestão do curso.

A Coordenação do Curso pode ser indicada pela Direção Geral ou Direção de Ensino do *campus*, ou eleita pelos pares por um período de dois anos, prorrogável pelo Colegiado de Curso ou por meio de reeleição, realizada também pelos pares e por igual período.

O perfil do coordenador do curso deve atender aos seguintes requisitos:

- Ser docente do quadro permanente da Instituição, com regime de trabalho de 40 horas e/ou de Dedicação Exclusiva;
- Possuir experiência de ensino no magistério superior;
- Ter titulação mínima de mestrado e, segundo regulamentação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, ter graduação em Arquitetura e Urbanismo;
- Atender à resolução das atividades docentes institucionais em vigor.

A Coordenação possui uma sala alocada no pavimento térreo do Prédio IV do Campus e dispõe, em termos de mobiliário, de um armário, um arquivo, uma estação de trabalho em "L", uma mesa de reunião com cadeiras, ar-condicionado, impressora, computador de mesa e acesso à internet.

9.3 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo foi instituído pela Portaria nº 67/2016 e é guiado pela reedição do Regimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) – Cursos de Graduação, que segue, por sua vez, a Resolução nº 17/2002 do CONSUP/IFBA. O NDE tem as seguintes atribuições:

> a) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
> b) colaborar com a atualização periódica do projeto pedagógico do curso;
> c) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação nos Colegiados dos respectivos Cursos, sempre que necessário;
> d) cooperar na supervisão das formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelos Colegiados;

> e) contribuir para a análise e avaliação do Projeto Pedagógico, das Ementas, dos Conteúdos Programáticos e dos Planos de Ensino dos componentes curriculares;
> f) auxiliar o acompanhamento das atividades do corpo docente, inclusive com a avaliação institucional, recomendando aos Colegiados dos Cursos a indicação ou substituição de docentes, quando necessário;
> g) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação. (IFBA, 2012)

O NDE atua de forma contínua e decisiva na condução do curso. As reuniões acontecem regularmente, no mínimo, duas vezes a cada semestre, com datas pré-estabelecidas, de acordo com o calendário acadêmico ou quando necessária a convocação de reuniões extraordinárias. As questões com repercussão institucional são encaminhadas para o colegiado do curso para apreciação.

De acordo com o Regimento do NDE (IFBA, 2012), a composição do NDE é feita por, no mínimo, cinco docentes do curso com o seguinte perfil:

- Membros que atuam em regime de tempo integral ou parcial (mínimo de 20% em tempo integral); pelo menos 60% de seus membros com titulação *stricto sensu* e formação acadêmica na área do curso;
- Participação do coordenador do curso como presidente;
- Atuação no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do discente e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais) e as novas demandas do mundo do trabalho.

10 INFRAESTRUTURA

10.1 Corpo Docente

Seguindo as recomendações do Conselho de Especialistas de Ensino da Arquitetura e Urbanismo (CEAU), adotadas pelo Ministério da Educação como critério de avaliação para cursos de Arquitetura e Urbanismo, o currículo foi concebido de

modo a manter uma relação de um docente para cada 15 discentes nos componentes curriculares práticas e de um docente para cada 30 discentes nos componentes curriculares teóricas.

Em vista dessa relação numérica, de 1/15 docente por discente nas atividades práticas, a montagem da equipe de docentes deve levar em conta alguns aspectos. Deve-se ter o cuidado de selecionar docentes aptos a ministrarem, concomitantemente, disciplinas de caráter prático e de caráter teórico, de modo a não criar uma polarização negativa entre as instâncias teóricas e práticas no decorrer do Curso. Seguindo o que está previsto para os conteúdos das disciplinas de Projeto e de Tecnologia, pretende-se obter uma relação integrada entre teoria e prática também por meio da interação entre as atividades de extensão e de pesquisa que servirão de suporte ao ensino.

Quadro 06 – Docentes do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras

Nome	Regime	Graduação	Titulação	Tempo de magistério
Anderson Oliveira de Almeida	Efetivo DE	Licenciatura em Matemática	Mestrado Profissional em Matemática	
Anselmo Lima Mello	Efetivo DE	Engenharia Civil	Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana	
Atauan Soares de Queiroz	Efetivo DE	Licenciatura em Letras	Doutorado em Linguística	
Deisiane dos Santos Cruz	Efetiva DE	Engenharia Civil	Mestrado em Ciências Ambientais	
Delânia Santos Azevedo	Efetivo DE	Arquitetura e Urbanismo	Mestrado em Arquitetura e Urbanismo	
Diego Carvalho Corrêa	Efetivo DE	Licenciatura em História	Mestrado em História	

Fábia Silva de Oliveira Lima	Efetiva DE – IFTO; Cooperação Técnica – IFBA	Agronomia	Doutorado em Produção Vegetal	
Frederick Coutinho de Barros	Efetivo DE	Engenharia Ambiental	Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho	
Helder Ribeiro da Silva	Efetivo DE	Licenciatura em Desenho e Plástica	Especialização em Metodologia do Ensino do Desenho	
Igor Cássio Rocha de Oliveira	Efetivo DE	Engenharia Civil	Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho	
Jean Lázaro da Encarnação Coutinho	Efetivo DE	Licenciatura em Matemática	Mestrado em Educação	
Jessica Mayana Pereira Silva	Efetiva 20H	Arquitetura e Urbanismo	Especialização em Gestão de Projetos de Arquitetura	
Jorge Adriano Carneiro Nunes	Efetivo DE	Licenciatura Plena em Matemática	Mestrado Profissional em Matemática	
Josetenio Gonçalves da Silva Melo	Efetivo DE	Engenharia Civil	Mestrado em Estruturas	
Jurema Moreira Cavalcanti	Efetiva DE	Arquitetura e Urbanismo	Mestrado em Arquitetura e Urbanismo	
Marcos Antônio Bezerra Santos Filho	Efetivo DE	Arquitetura e Urbanismo	Especialização em Master em Arquitetura e Iluminação	
Maria Conceição dos Santos	Efetiva DE	Letras	Mestrado em Letras e Linguística	
Maria de Lourdes Nunes Militão	Efetiva DE	Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais	Mestrado em Antropologia Social	

Neiva dos Santos Pereira	Efetiva 40H	Pedagogia	Mestrado em Educação	
Osnildo Adão Wan-Dall Junior	Efetivo DE	Arquitetura e Urbanismo	Mestrado em Arquitetura e Urbanismo	
Paulo Francisco de Oliveira Reis	Efetivo 40H	Engenharia Civil	Doutorado em Estruturas e Construção Civil	
Raphaelle Nascimento Silva	Efetiva DE	Licenciatura em Letras	Doutorado em Educação	
Regina do Nascimento Gomes Xavier	Efetiva DE	Arquitetura e Urbanismo	Doutorado em Arquitetura e Urbanismo	
Ricardo Rigaud Muniz	Efetivo DE	Urbanismo	Especialização em Planejamento Urbano e Gestão de Cidades	
Sandra Samara Pires Farias	Efetiva DE	Pedagogia	Mestrado em Educação	
Saul Carlos Costa dos Santos	Efetivo DE	Ciências Sociais	Mestrado em Ciências Sociais	
Sivalnice Conceição dos Santos	Efetiva DE	Arquitetura e Urbanismo	Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho Especialização em Tecnologia e Gerenciamento de Obras	
Tânia de Souza Lima	Efetiva DE	Licenciatura em Letras Português/Espanhol	Mestrado em Linguística Aplicada	

Fonte: Direção de Ensino – DIREN/IFBA-Campus Barreiras (jun. 2021)

10.2 Equipe Técnico-Pedagógica

No quadro atual de técnicos-administrativos do Campus Barreiras, o grupo de servidores atende aos cursos das três modalidades de ensino (Técnico Integrado, Técnico Subsequente e Superior). As necessidades de ordem administrativa são tratadas pelos setores/servidores lotados na Direção de Ensino (DIREN) e no Departamento de Ensino (DEPEN).

Quadro 07 – Técnicos-Administrativos do IFBA-Campus Barreiras

Nome	Regime	Cargo
Amarillis Missau Capobianco	40h	Auxiliar de Enfermagem
Anderson Dias Pignata Cruz Macedo	40 h	Assistente em Administração
Andreia Rocha Dias Guimarães	40h	Nutricionista-Habilitação
Anne Teixeira Veiga da Costa	40h	Auxiliar de Biblioteca
Antenor Américo de Oliveira Filho	40h	Porteiro
Apoliano Carvalho de Santana		Assistente em Administração
Benigno Teles de Figueiredo Júnior	40h	Assistente em Administração
Bruno Alves de Almeida	40h	Assistente em Administração
Crispim Bernardino Feitosa	40h	Operador de Máquina Copiadora
Damaris de Andrade Castro	40h	Técnica de Tecnologia da Informação
Daniel José da Costa	40h	Assistente em Administração
Danilo Barros de Oliveira	40h	Técnico de Laboratório
Darlan Cavalcante de Almeida	40h	Técnico em Contabilidade
Deyvid Said de Souza Lopes	40h	Auxiliar de Biblioteca
Diogo Afonso Souza de Queiroz	40h	Bibliotecário-Documentalista
Diva da Silva Marques de Oliveira	40h	Servente de Limpeza
Francilia de Oliveira		Odontóloga
Fernanda Viana Fernandes	40h	Assistente Social
Fernando Campos Viana	40h	Pintor
Francisco Rossini Pinto	40h	Carpinteiro
Gicélio Marques da Silva	40h	Auxiliar de Mecânica
Gileade de Jesus do Espírito Santo	40h	Técnico de Tecnologia da Informação

Glaucia Maria Aparecida de Lacerda	40h	Telefonista
Helena de Araújo Soares Silva	40h	Telefonista
Ilka Mely de Souza da Silva	40h	Assistente em Administração
Joana Tan Soares Batista	40h	Servente de Limpeza
José Gomes do Nascimento Neto	40h	Assistente de Aluno
José Orlando da Silva Pereira	40h	Bombeiro Hidráulico
Jucinara de Castro Almeida Pinto	40h	Assistente em Administração
Jued Canut Filho	20h	Médico
Lidiane Pereira Barreto	40h	Assistente em Administração
Livia Pesente de Lacerda	40h	Assistente em Administração
Lusanira Lustosa de Souza	40h	Servente de Limpeza
Luzia da Silva Neta	40h	Tradutora/Intérprete de Linguagem de Sinais
Madila Santana Paiva	40h	Técnica de Laboratório
Maria das Graças Soares Gomes Barros	40h	Servente de Limpeza
Maria do Socorro Oliveira Defensor	40h	Servente de Limpeza
Maria Fernanda de Souza Teixeira	40h	Profissional Técnica Especializada em Linguagem de Sinais
Maria Juliane Andrade Rocha	40h	Contadora
Maria Lucia Cardoso da Paz	40h	Servente de Limpeza
Marinalva Andrade Carvalho	40h	Técnico em Enfermagem
Osmar de Jesus Souza	40h	Auxiliar em Administração
Paloma Rocha Santos	40h	Assistente de Aluno
Paula Vielmo	40h	Pedagoga
Paulo José dos Santos	40h	Marceneiro
Paulo Marcio da Hora Machado dos Santos	40h	Analista de Tecnologia da Informação
Pedro de Castro Filho	40h	Pedreiro
Rafael Monte Gomes	40h	Assistente em Administração
Rafael Ramos Bezerra	40h	Assistente em Administração
Selma de Souza Davi	40h	Servente de limpeza
Shirley Pimentel de Souza	40h	Pedagoga
Solange Alves Perdigão	40h	Psicóloga

Suely da Cruz do Nascimento	40h	Auxiliar em Administração
Tatiana Alves de Almeida	40h	Auxiliar em Administração
Tatiane Maria Alves Machado dos Santos		Assistente de Aluno
Valdivino Alcântara Barbosa	40h	Vigilante
Veralice Ribeiro dos Santos dos Santos		Assistente em Administração
Wesley de Lacerda dos Santos	40h	Técnico de Tecnologia da Informação
Yuri Bandeira Brandão	40h	Administrador

Fonte: Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP (fev. 2022)

10.3 Instalações Básicas e Específicas

O IFBA-Campus Barreiras oferece cursos superiores de Engenharia de Alimentos, Licenciatura em Matemática e Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo. Cada curso tem seus laboratórios específicos, bem como ambientes de uso comum. Os laboratórios e espaços de uso comum utilizados pelo Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo são:

Quadro 08 – Laboratórios e demais espaços físicos IFBA-Campus Barreiras utilizados pelo Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

Item	Discriminação	Quantidade
1	Auditório	01
2	Biblioteca	01
3	Canteiro de Obras	01
4	Cantina	02
5	Ginásio de Esportes, Quadra Coberta e Piscina	01
6	Laboratório de Maquetes e Projeto (Maquetaria)	01
7	Laboratório de Desenho com 40 pranchetas móveis	01
8	Laboratório de Desenho com 40 pranchetas e 40 computadores com software de AutoCAD, Geogebra, 01 Matlab e Maple	01
9	Laboratório de Desenho Assistido por Computador	01

10	Laboratório de Física	01
11	Laboratório de Instalações Elétricas	01
11	Laboratório de Instalações Hidrossanitárias	01
13	Laboratório de Materiais de Construção	01
14	Laboratório de Construção Civil e Topografia	01
15	Sala de Aula	24
16	Unidade de Assistência Médica	01

Abaixo discriminado, os quadros com a lista de materiais existentes nos laboratórios:

Quadro 09 – Materiais existentes nos laboratórios do IFBA-Campus Barreiras utilizados pelo Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

LABORATÓRIO DE MAQUETES E PROJETO – MAQUETARIA (107,64 m²)		
Item	**Discriminação**	**Quantidade**
1	Pranchetas de trabalho para discentes (2,10x0,80m)	06
2	Cadeiras para discentes	30
3	Mesas individual para docente	02
4	Cadeiras individuais para docente	02
5	Cadeira para intérprete de LIBRAS	01
6	Mesa para apoio de trabalhos em andamento	02
7	Estante de madeira	03
8	Tampo de vidro para corte	03
9	Quadro branco	01
10	Aparelho de ar condicionado	02
11	Aparelho *Datashow*	01

Quadro 10 – Laboratórios de desenho do IFBA-Campus Barreiras utilizados pelo Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

LABORATÓRIO DE DESENHO COM PRANCHETAS MÓVEIS (80,34 m²) – SALA 309		
Item	**Discriminação**	**Quantidade**
1	Cadeiras para discentes	36
2	Cadeira para docente	01
3	Cadeira para intérprete de Libras	01
4	Mesa individual para discentes	41
5	Mesa individual para docente	01
6	Prancheta A3 móvel com régua paralela	40
7	Quadro branco	01
8	Aparelhos de ar condicionado	02
9	Aparelho *Datashow*	01
10	Armário	04

Quadro 11 – Materiais existentes nos laboratórios de desenho do IFBA-Campus Barreiras utilizados pelo Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

LABORATÓRIO DE DESENHO (107,64 m²) - SALA 405		
Item	**Discriminação**	**Quantidade**
1	Cadeiras concha para mesa de desenho	40
2	Cadeira individual para docente	01
3	Cadeira individual para intérprete em LIBRAS	01
4	Mesa para desenho à mão e Cad, com tampo 100x80cm, com régua paralela em acrílico cristal de 32mm, suporte para teclado e 40 monitores	01
5	Mesa individual para docente	01
6	Carrinho auxiliar para desenhos, canudos, plantas e papéis	01
7	Computadores com monitores de 20” com *softwares* Autocad, Geogebra e LibreOffice instalados	40
8	Quadro branco	01
9	Aparelho ar condicionado	02
10	Aparelho *Datashow*	01
11	Armário alto fechado	01

Quadro 12 – Materiais existentes no laboratório de desenho Assistido por computador do IFBA-Campus Barreiras utilizados pelo Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

LABORATÓRIO DE DESENHO ASSISTIDO POR COMPUTADOR (80,34 m²)		
Item	**Discriminação**	**Quantidade**
1	Cadeiras para discentes	22
2	Cadeira para docente	01
3	Cadeira para intérprete de LIBRAS	01
4	Mesa individual para discentes	20
5	Mesa individual para docente	01
6	Computadores com monitores de 20” com *software* de Autocad, Geogebra e LibreOffice instalados	20
7	Quadro branco	01
8	Aparelhos de ar condicionado	01
9	Aparelho *Datashow*	01
10	Armário baixo	02
11	Caixas de som	02
12	Aparelho de Telefone	01
13	Impressora	01

Quadro 13 – Materiais existentes no laboratório de instalações elétricas do IFBA-Campus Barreiras utilizados pelo Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

LABORATÓRIO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS (80,73 m²)		
Item	**Discriminação**	**Quantidade**
1	Cadeiras universitárias	20
2	Cadeira para intérprete de LIBRAS	01
3	Cadeira individual para docente	01
4	Cadeira para portador de necessidades especiais	01
5	Mesa para docente	01
6	Bancos	06
7	Bancadas móveis	02
8	Quadro de amostras de eletrodutos	01
9	TV LCD 42”	01
10	Armário	01
11	Quadro branco	01

12	Aparelho de ar condicionado	01
13	Prateleiras	03
14	Pia para lavar mãos	02

Quadro 14 – Materiais existentes no laboratório de materiais de construção do IFBA-Campus Barreiras utilizados pelo Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

LABORATÓRIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (132,58 m²)		
Item	**Discriminação**	**Quantidade**
1	Cadeiras universitárias	37
2	Cadeira para intérprete de libras	01
3	Mesa individual docente	01
4	Cadeira individual docente	01
5	Bancadas fixas	06
6	Sala de apoio	01
7	Betoneira 320L	01
8	Baias para armazenar amostras	06
9	Repartidor de amostra	01
10	Balança	02
11	Aparelho Vicat Microproce	01
12	Calorímetro quadro branco	01
13	Conjunto de determinação de densidade	01
14	Equipamento eletrônico com *display* digital para medição de aderência de argamassa	04
15	Esclerômetro Schimidit	01
16	Mesa vibratória 100x200Cm	01
17	Forma de moldagem de corpo de prova 15x30cm	09
18	Forma de moldagem de corpo de prova 10x20cm	09
19	Capeador de corpo de prova 15x30cm	01
20	Agitador de peneiras 50x50x10cm	01
21	Estufa élétrica	01
22	Jogo de peneiras de caixilho cilíndrico	02
23	Cone Slump	01
24	Prensa hidráulica para concreto	01

25	Câmara úmida	01
26	Quadro branco	02
27	Aparelho de ar condicionado	01
28	Bancada fixa com armário 8,80 x 0,80m	01
29	Armário	01
30	Prateleira	01
31	Aparelho *Datashow*	01

Quadro 15 – Materiais existentes no laboratório de instalações hidrossanitárias do IFBA-Campus Barreiras utilizados pelo Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

LABORATÓRIO DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS (80,73 m²)		
Item	**Discriminação**	**Quantidade**
1	Bancadas móveis	02
2	Cadeiras universitárias	41
3	Cadeira individual para intérprete de LIBRAS	01
4	Cadeira individual para docente	01
5	Mesa para docente	01
6	Reservatório com capacidade de 500L	01
7	Cadeira individual para docente	01
8	Tanque	01
9	Aparelho de ar condicionado	02
10	Quadro branco	01
11	TV LCD 42”	01
12	Mesas pequenas de apoio	02
13	Quadro de amostras de tubos e conexões	04
14	Boxes com instalações hidrossanitárias aparentes	01

Quadro 16 – Materiais existentes no laboratório de construção civil e topografia do IFBA-Campus Barreiras utilizados pelo Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

LABORATÓRIO DE CONSTRUÇÃO CIVIL E TOPOGRAFIA (80,73 m²)		
Item	**Discriminação**	**Quantidade**
1	Bancadas fixas	03
2	Cadeiras universitárias	38

3	Cadeira individual para intérprete de libras	01
4	Cadeira individual para docente	01
5	Mesa para docente	01
6	Quadro branco	01
7	Tanque com torneira	02
8	Bancada fixa com armário 7,40x1,0m	01
9	Prateleira	01
10	Lousa digital	01
11	Estação total Foif OTS 680	01
12	Conjunto tripé, bastão e prisma para a estação total	01
13	Teodolito óptico-mecânico (resolução 10')	01
14	Nível óptico-mecânico	01
15	Tripé para o teodolito/nível	02
16	Régua graduada de alumínio (mira) para leitura invertida	01
17	Baliza de ferro com 1m de altura	10

10.4 Infraestrutura Física e Materiais Necessários para Aquisição

O Laboratório de Conforto Ambiental será utilizado para a realização de atividades práticas de experimentação, bem como de aulas de projeto. O espaço abrigará também atividades do grupo de pesquisa Estudos Aplicados em Arquitetura e Urbanismo (EAAU/IFBA/CNPq). No entanto, será necessária a aquisição dos seguintes equipamentos e mobiliários:

Quadro 17 – Materiais, equipamentos e mobiliários para aquisição

LABORATÓRIO DE CONFORTO AMBIENTAL		
Item	**Discriminação**	**Quantidade**
1	Notebook	05
2	Programas instalados nos computadores: Ecotec, Arquitrop	05
3	Decibelímetro digital, modelo Instrutherm DEC-416	01
4	Calibrador CAL-3000 (para decibelimetro)	01
5	Medidor de nível de iluminação (luxímetro)	01

6	Medidor de luminância – luminancímetro (ângulo de leitura 1º)	01
7	Conjunto de termômetro de Globo negro, bulbo seco e 01 bulbo úmido	01
8	Medidor de temperatura de cor (kelvinômetro)	01
9	Estação metereológica WMR – 928 oregon	01
10	Bússola terrestre COMPASS Modelo DC 45-5B	04
11	Trena eletrônica digital portátil com mira laser TR	04
12	180 – COD. 04191 – MARC INSTRUTHERM	01
13	Barômetro	02
14	Armário com cuidado especial com controle de umidade	02
15	Anemômetro	01
16	Medidor de temperatura e umidade do ar	02
17	Termo anemômetro TAB 500	01
18	Termômetro digital	2
19	Cadeiras com braço acoplado	10
20	Cadeiras sem braço	20
21	Mesas	04
22	Quadro branco	01
23	Quadros para exposição de trabalhos	03
24	Prateleiras para exposição de amostras de materiais e/ou equipamentos	09
25	Mesas para apoio do Heliodon	02

Considerando a peculiaridade do curso que aponta para uma formação sustentável, parte do mobiliário especificado no quadro acima será produzido na marcenaria do IFBA, do mesmo modo como foi feito com Laboratório de Maquetaria, pois dispomos de parte do material necessário no canteiro de obras do campus passível de reaproveitamento.

O IFBA poderá propor parceria com instituições de ensino como a UNEB e UFOB e com o 4º Batalhão de Engenharia de Construção em Barreiras, para desenvolvimento de aulas práticas nos laboratórios das referidas instituições.

10.5 Biblioteca

Com nova sede desde 218, a Biblioteca está aberta à comunidade em geral para consultas e permite o empréstimo de seu acervo aos usuários vinculados à Instituição. O ambiente possui aproximadamente 100 m² e oferece espaço para leitura e discussão em mesas de uso compartilhado e cabines individuais de estudo.

O acervo da biblioteca está em constante ampliação e conta, atualmente, com cerca de 2,5 mil títulos e 9 mil exemplares. O acervo da área de Arquitetura e Urbanismo totaliza 39 títulos e 371 exemplares. A biblioteca também possui um acervo de CD e DVD didáticos em formato digital e livros paradidáticos em braile.

Está disponível para acesso da comunidade IFBA, a biblioteca virtual Ebrary, da editora ProQuest, que possui acervo em diversas áreas de conhecimento, incluindo Arquitetura e Urbanismo. Para acessar, é necessário utilizar a rede do IFBA, ou uma conexão VPN (rede privada virtual), e realizar um cadastro simples (nome, e-mail e senha), de modo que cada usuário tenha a sua biblioteca pessoal. Os discentes têm acesso a essa biblioteca virtual e periódicos da CAPES através do laboratório de Pesquisa Virtual.

Em 2018, o Campus Barreiras inaugurou a nova sede de sua biblioteca, porém, as novas instalações estão em fase de conclusão.

10.6 Acessibilidade Arquitetônica

A Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a promover e assegurar, em condições de equidade, o exercício dos direitos e liberdade fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, define acessibilidade como a possibilidade de condições de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias. A acessibilidade arquitetônica está definida em normas e leis e busca minimizar possíveis barreiras para garantir o acesso das pessoas com necessidades específicas nos espaços físicos.

A NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015) é a norma brasileira que dispõe sobre a acessibilidade e estabelece critérios e parâmetros a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Essa Norma visa a garantir a inclusão de pessoas com deficiência motora, visual e auditiva; com mobilidade reduzida e obesos em edificações e espaços de uso público.

A partir da necessidade de inclusão define-se um conceito conhecido como Desenho Universal, que aplicado a produtos e ambientes busca contemplar a diversidade humana, desde crianças a idosos, pessoas com mobilidade reduzida e portadores de deficiência.

Neste contexto, no que tange à acessibilidade arquitetônica, a estrutura do IFBA Barreiras foi construída em 1994, ainda em um período em que se iniciavam as discussões sobre acessibilidade e desenho universal. Desde então, alguns parâmetros de acessibilidades sofreram alterações e a instituição, já construída, buscou adequar-se com adaptações para atender as necessidades dos discentes com deficiência.

Atualmente os acessos e circulações da instituição são amplos e contam com rampas de acesso entres desníveis e rampa de acesso ao pavimento superior. Todos os sanitários têm box adaptado com barras de apoio e porta larga abrindo para fora. As salas de aula e laboratórios têm portas amplas permitindo a circulação de cadeirantes. A recente reforma do auditório atende à necessidade de rampas de acesso, espaço reservado para cadeirantes, poltronas para obesos e plataforma para acesso ao palco.

Considerando que o espaço educativo é um espaço de formação, a acessibilidade arquitetônica visa não somente atender às pessoas com necessidades específicas, mas contribuir para uma educação com princípios de inclusão e respeito à diversidade humana.

11 CERTIFICAÇÃO

Os procedimentos para certificação e diplomação de bacharel dos discentes concluintes do curso de Arquitetura e Urbanismo seguem a Resolução Nº 22, de 04 de setembro de 2012, que estabelece as diretrizes para a emissão e registro de Diplomas

dos Cursos de Graduação e Diplomas e Certificados dos Cursos de Pós-Graduação do IFBA. Para tanto, os discentes do curso deverão ter cursado integralmente as disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas de acordo com as demandas da matriz curricular, ter realizado o estágio obrigatório – de acordo com a regulamentação de estágio do curso de Arquitetura e Urbanismo –, ter cumprido todos os requisitos das Atividades Complementares e ter realizado o TCC.

12 REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR 9050:** Acessibilidade a edifcações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 4ª edição. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. Disponível em: < https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BARREIRAS. Prefeitura Municipal. **Lei nº 1.425, de 17 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Barreiras. Disponível: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/b/barreiras/lei-ordinaria/2019/143/1425/lei-ordinaria-n-1425-2019-dispoe-sobre-o-plano-diretor-participativo-do-municipio-de-barreiras>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BARREIRAS. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Urbano.** 2004. Disponível em: <https://barreiras.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/PDDU-RT-4-Relat%c3%b3rio-do-S%c3%adntese-do-PDU2.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal**. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2 º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal**. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Governo Federal. Decreto nº **9.656, de 27 de dezembro de 2018.** Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9656.htm>. Acesso em: 20 de jun, 2019.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965.** Dispõe sôbre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Diário Oficial da União, Brasília, 24 ago. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4759.htm>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993.** Dispõe sobre a transformação da Escola Técnica Federal da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 set. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/l8711.htm>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano

Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 9 jan. 2001a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 10 jul. 2001b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 18 jul. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 15 ago.2021.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 25 set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 18 jul. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008.** Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010.** Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do

Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs; e dá outras providências. Brasília, DF, 31 dez. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12378.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, SECADI, 2013a. Disponível em: <https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/plano.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012.** Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-pcp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 112, de 06 de abril de 2005.** Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0112_05.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 255, de 02 de setembro de 2009. P**roposta de alteração da Resolução CNE/CES nº 6/2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, em decorrência de expediente encaminhado pela SESu/MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pces255_09.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 583, de 04 de abril de 2001.** Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0583.pdf>. Acesso em:

20 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 776, de 03 de dezembro de 1997.** Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE776_97.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. **Portaria nº 30, de 7 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Parte I – Avaliação de Cursos de Graduação.** Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/04/proavi-referenciais-de-acessibilidade-parte-i.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF, 31 mai. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf >. Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 1, de 26 de março de 2021.** Altera o Art. 9º, § 1º da Resolução CNE/CES 2/2019 e o Art. 6º, § 1º da Resolução CNE/CES 2/2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo. Brasília, DF, 29 mar. 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1-de-26-de-marco-de-2021-310886981>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, DF, 15 jun. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006. Brasília, DF, 17 jun. 2010b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5651-rces002-10&Itemid=30192>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007.** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação; INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância:** Reconhecimento. Inep/MEC: Brasília, 2017. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social.** [2021a]. Disponível em: <https://caubr.gov.br/athis-2/>. Acesso em: Acesso em: 19 jun. 2021.

CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **Brasil já tem 106 mil arquitetos e urbanistas.** 19 ago. 2013. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/brasil-ja-tem-106-mil-arquitetos-e-urbanistas>. Acesso em: 19 jun. 2021.

CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **CAU promove Censo dos Arquitetos e Urbanistas 2020. Participe!** 19 fev. 2020. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/cau-promove-censo-dos-arquitetos-e-urbanistas-2020-participe/>. Acesso em: 19 jun. 2021.

CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil.** 2015. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Censo_CAUBR_06_2015_WEB.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.** [2021b]. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **Resolução n° 21, de 5 de abril de 2012.** Dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/arquivos/resolucao21.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil; DATAFOLHA – Instituto de Pesquisas. **O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil.** 2015. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015>. Acesso em: 19 jun. 2021.

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia. **Portaria nº 617, de 04 de novembro de 2002.** Aprova as Normas para Organização dos Colegiados dos Cursos de Graduação Plena do CEFET-BA. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/barreiras/paginas-menu-cursos/cursos/superior/arquitetura/documentos-portarias/portaria_no_617_04-11-2002_normas_do_colegiado.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, Diandra Hoffmann; MONDARDO, Marcos Leandro. **A modernização da agricultura no Oeste Baiano:** migração sulista e novas territorialidades. Revista

Geonorte, Edição Especial 3, vol. 7, n. 1, p. 1371-1385, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/viewFile/1239/1122>. Acesso em: 18 jun. 2017.

DOMINGUES, Petrônio. “Movimento negro e educação: alguns subsídios históricos”. In: MARCON, Frank; SOGBOSSI, Hippolyte Brice. **Estudos africanos, história e cultura afro-brasileira:** olhares sobre a Lei 10.369/03. São Cristóvão, Editora UFS, 2007.

FAUFBA – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. **Histórico.** [2021]. Disponível em: <https://arquitetura.ufba.br/pt-br/historico>. Acesso em: 20 jun. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bahia:** Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. 2010. Acesso em: 19 jun. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Barreiras:** Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>. [2021]. Acesso em: 13 jun. 2021.

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. **Portaria nº 45, de 20 de março de 2017.** Aprova a Regulamentação para Elaboração das Atividades Complementares do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/Campus Barreiras. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/barreiras/acesso-a-informacao/documentos-institucionais/portarias/2017/portaria-no-045.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. **Portaria nº 67, de 18 de julho de 2016.** Constitui a Comissão do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/Campus Barreiras. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/barreiras/acesso-a-informacao/documentos-institucionais/portarias/2016/portaria-no-067-2016.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. **Portaria nº 69, de 18 de julho de 2016.** Constitui a Comissão do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/Campus Barreiras. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/barreiras/acesso-a-informacao/documentos-institucionais/portarias/2016/portaria-no-069-2016.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. **Portaria nº 2.059, de 17 de junho de 2021.** Constitui a Comissão do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/barreiras/anexos-2021/junho/portaria-no-2059_17-06-2021_constituicao-composicao-colegiado.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** [2020]. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/menu-de-apoio/paginas-menu-de-apoio/acesso-rapido/pdi-2020-2024/pdi_ifba2020-2024_web.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. **Projeto Pedagógico Institucional.** 2013. Disponível em:

<https://portal.ifba.edu.br/salvador/institucional/documentos/ppiifba.pdf/view>. Acesso em: 18 jun. 2021.

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. **Regimento do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.** Reedição – Resolução/CONSUP/IFBA nº 17 de 27/08/2012. 2012. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/proen/departamentos/departamento-de-ensino-superior/resolucao-17-2012-resolucao-nde-ifba.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. **Resolução nº 17, de 20 de dezembro de 2019.** Altera a Resolução 12, de 15 de junho de 2018, que versa sobre o Regulamento das Atividades Docentes no âmbito do IFBA. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/institucional/consup/resolucoes-2019/resolucao-no-17-altera-resolucao-12-2018-barema-carga-horaria-docente.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. **Resolução nº 23, de 23 de maio de 2019.** Aprova as Normas Acadêmicas do Ensino Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/feira-de-santana/ensino/cores/7-resolucao-n-23-de-2019_normas-academicas-do-ensino-superior-do-ifba.pdf>.pdf. Acesso: 20 jun. 2021.

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. **Resolução nº 25, de 23 de maio de 2016.** Aprova a alteração dos Artigos 94, 136 e 137 da Política de Assistência Estudantil e do Documento Normativo da Política de Assistência Estudantil do IFBA, homologados, conjuntamente, pela Resolução nº 194, de 04/12/2014. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/proen/resolucoes/resolucao-no-25-de-23-de-maio-de-2016/view>. Acesso em: 15 ago. 2021.

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. **Resolução nº 31, de 09 de junho de 2016**. *Aprova ad referendum* do Conselho Superior do IFBA, os procedimentos de admissão aos cursos a serem adotados nos Processos Seletivos do IFBA. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/institucional/consup/resolucoes-2016/resol-no-31.pdf>.pdf. Acesso: 20 jun. 2021.

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia; CONSUP – Conselho Superior. **Resolução nº 9, de 28 de março de 2016.** Aprovar as Diretrizes para a Acessibilidade Pedagógica dos Estudantes com Necessidades Específicas no âmbito do IFBA. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/institucional/consup/resolucoes-2016/resol-no-09.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia; CONSUP – Conselho Superior. **Resolução nº 17, de 27 de agosto de 2012**. Aprovar a proposta sugerida, determinando a reedição do Regimento do Núcleo Docente Estruturante – NDE Cursos de Graduação do IFBA, com a supressão da alínea c do Artigo 5º. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/institucional/consup/resolucoes-2012/resolucao_17_2012_reedicao-regimento-nde.pdf/@@download/file/resolucao_17_2012_reedicao%20regimento%20nde%20.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia; CONSUP – Conselho Superior. **Resolução nº 30, de 12 de dezembro de 2017.** Aprova a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Específicas no âmbito do IFBA. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/institucional/consup/resolucoes-2017/resolucao-30-2017-politica-inclusao-pessoa-com-deficiencia.pdf/view>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FERRAZ, Carlos Alberto Leitão. **A modernização conservadora da agricultura nos cerrados do Oeste da Bahia.** Tese (doutorado) – Universidade Salvador – UNIFACS. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Salvador, 2015.

GRUPO de Sustentabilidade AsBEA. **Guia sustentabilidade na arquitetura:** diretrizes de escopo para projetistas e contratantes. São Paulo: Prata Design, 2012. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/asbea-sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MONDARDO, Marcos Leandro. A "territorialização" do agronegócio globalizado em Barreiras-BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições socioterritoriais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 13, n. 17, jul.-dez. 2010. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/17/12_mondardo.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

NASCIMENTO, Paloma de Souza. "O atual movimento de expansão urbana na cidade de Barreiras (BA)". **Revista de Geografia**, PPGEO/UFJF, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, jul.-dez., p. 209-217, 2016.

OLIVEIRA, Igor Martins de. "Rural-urbano, campo-cidade uma perspectiva de *continuum*: reflexões a partir da cidade". In: IV Congresso em Desenvolvimento Social: Mobilidades e Desenvolvimentos**. Anais...** Montes Claros, 2014. Disponível em: <https://congressods.com.br/quarto/anais/GT08/SESSAO2/04_GT_08.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar; CORTELAZZO, Ângelo Luiz. **Flexibilidade curricular:** a experiência em desenvolvimento na Unicamp. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, vol. 7, n. 4, p. 115-128, 2002. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1203/1193>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SAMPAIO, Romilson Lopes; ALMEIDA, Ana Rita Silva Almeida. "Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal da Bahia: uma visão histórica da educação profissional". In: FARTES, Vera Lúcia Bueno; MOREIRA, Virlene Cardoso (Orgs.). **Cem anos de educação profissional no Brasil:** História e memória do Instituto Federal da Bahia (1909-2009). Salvador: EDUFBA, 2009.

ANEXO I – Ementário das disciplinas obrigatórias

PRIMEIRO SEMESTRE

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Introdução a Arquitetura e Urbanismo	HAU 2.101	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	02	30

EMENTA

Definição e propósitos da arquitetura e do urbanismo, a partir do seu conhecimento histórico, crítico e social. A arquitetura, o urbanismo e seu contexto. Interações entre o homem e o ambiente natural e construído. Aproximações entre antropologia e arquitetura. Concepção, produção, utilização e manutenção da arquitetura e do urbanismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Campo de atuação profissional;
- O arquiteto, o urbanista e a sociedade, especialmente no caso brasileiro;
- Cenário contemporâneo da produção arquitetônica e urbanística;
- Temas da atualidade e do interesse para a formação profissional do arquiteto e do urbanista.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção.** Brasília: Editora UnB, 2002. (Arquitetura e Urbanismo)

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira**. O que é arquitetura.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PEREIRA, Miguel Alves. **Arquitetura, texto e contexto:** o discurso de Oscar Niemeyer. Brasília: Editora UnB, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORBELLA, Oscar; YANNAS, Simos. **Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos:** conforto ambiental. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane Rose; RHEINGANTZ, Paulo Afonso. **Projeto do lugar:** colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

GIEDION, Sigfried. **Espaço, tempo e arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, Claudia R. Vial. **A dimensão simbólica da arquitetura:** parâmetros intangíveis doespaço concreto. Belo Horizonte: FUMEC-FACE; C/ Arte, 2003.

SILVA, Rachel Coutinho Marques da. **A cidade pelo avesso:** desafios do urbanismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2006.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Geometria Descritiva I	DRE 1.301	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	04	60

EMENTA

Origem da geometria descritiva. Introdução ao estudo da geometria descritiva aplicada à arquitetura. Sistema de projeção gráfica do ponto, da reta e do plano. Métodos construtivos de projeção. Estudo da simetria de pontos. Relações de pertinência. Processos construtivos de projeção.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução ao estudo da geometria descritiva;
- Sistemas de projeção: projeção central ou cônica, projeção cilíndrica, método mongeano de projeção;
- Convenções para representação do desenho em épura;
- Projeções do ponto nos diversos diedros;
- Posições particulares dos pontos;
- Pontos no plano bissetor;
- Estudo da simetria dos pontos;
- Projeções da reta: segmentos de reta paralelos ao plano de projeção, segmentos de retas perpendiculares ao plano de projeção, segmentos de retas oblíquos ao plano de projeção;
- Posições particulares das retas em relação aos planos de projeção: reta horizontal, reta frontal, reta fronto-horizontal, reta de topo, reta vertical, reta de perfil, reta pertencente ao PH, reta pertencente ao PV, reta pertencente ao 1º bissetor, reta pertencente ao 2º bissetor;
- Pertinência de ponto e reta;
- Determinação da visibilidade e traços de retas;
- Traços de uma reta de perfil;
- Posições relativas de duas retas: retas concorrentes, retas paralelas, posições relativas de duas retas deperfil;
- Determinação dos traços de um plano;
- Posições particulares em relação aos planos de projeção: plano qualquer, plano horizontal, plano frontal, plano de topo, plano vertical, plano de perfil, plano paralelo à LT ou plano de rampa, planos que passam pela linha de terra;
- Pertinência de reta e plano: retas de um plano qualquer, retas de um plano horizontal, retas de um plano frontal, retas de um plano de topo, retas de um plano vertical, retas de um plano perfil, retas de um plano de rampa, retas de um plano que passa pela linha de terra;
- Retas de máximo declive e máxima inclinação;
- Elementos geométricos que definem um plano;
- Paralelismo de retas e planos;
- Intersecção de retas e planos;
- Perpendicularismo de retas e planos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
PRÍNCIPE JUNIOR, Alfredo dos Reis. **Noções de geometria descritiva.** 37. ed. São Paulo: Nobel, 1992, (Vol. 1). MANDARINO, Denis. **Geometria descritiva para arquitetos, engenheiros e designers.** São Paulo: Plêiade, 2016. MONTENEGRO, G. Azevedo. **Geometria descritiva.** São Paulo: Blucher, 1991. (Vol. 1)
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CARDOZO, Armando. **Elementos de geometria descritiva.** 7. ed. Lisboa: Bertrand, 1977. LACOURT, Helena. **Noções e fundamentos de geometria descritiva.** 6. ed. São Paulo: LTC, 1995. MUNIZ, Pedro Emanuel Barreto. **Problemas de geometria descritiva.** São Paulo: Editora Nobel, 1969. RICCA, Guilherme. **Geometria descritiva:** método de Monge. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. WELLMAN, Bernard. Leighton. **Geometría descriptiva:** compendio de geometría descriptiva para tecnicos. 2. ed. Barcelona: Reverté, 1982.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Composição Visual	DRE 1.303	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	05	75

EMENTA

Composições livres e sistemáticas (modulação) no processo de construção plástica da forma em sua dinâmica nos espaços bi e tridimensional ordenando os elementos constituintes da linguagem plástica (ponto, linha, superfície, volume, luz e cor) em uma sintaxe visual (proporção, equilíbrio, ritmos e tensões espaciais) aplicada ao pensamento arquitetônico e urbanístico. Desenvolver a capacidade perceptiva visual na leitura do objeto arquitetônico/urbano, compor e representar (a partir de um imaginário poético pessoal) ideias/conceitos em espaços tridimensionais (maquetes volumétricas) de forma crítico-reflexiva, assim como compreender a abrangência de conhecimentos que se inter-relacionam no processo criativo e aplicado ao pensamento arquitetônico-urbanístico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A percepção (expressar, por meio de desenhos, a realidade observada);
- Memorização;
- Criação de formas bi e tridimensionais;
- Representar por meio de registros gráficos, à mão livre, objetos tridimensionais no plano;
- Objetos e cores: abordagem teórica, o significado dos objetos e estudo de casos;
- Materiais: características, propriedades plásticas, potencialidades dos materiais, ténicas de composição, construção de sólidos, relação entre sólidos, forma e espaço;
- Maquetes volumétricas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARNHEIM, Rudolf. **Arte e percepção visual:** uma psicologia da visão criadora. Trad. Ivonne Terezinha de Faria. São Paulo: Pioneira, 1980.

ROCHA, Paulo Mendes da. **Maquetes de papel.** 1ª ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

WONG, Wucius. **Princípios de forma e desenho.** Trad. Alvamar Helena Lamparelli. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES FILHO, João. **Gestalt do objeto:** sistema de leitura visual da forma. 6. ed. São Paulo: Escrituras, 2004.

FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho. **Psicodinâmica das cores em comunicação.** 4. ed. São Paulo: Blucher, 1990. (Ciências e Técnicas Empresariais e de Comunicação).

FRUTIGER, Adrian. **Sinais e símbolos:** desenho, projeto e significado. Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MONTENEGRO, Gildo Azevedo. **A invenção do projeto:** a criatividade aplicada em desenho industrial, arquitetura, comunicação visual. São Paulo: Blucher, 1987.

MUNARI, Bruno. **Design e comunicação visual:** contribuição para uma metodologia didática.

Trad. Daniel Santana. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Desenho de Arquitetura I	DRE 1.305	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	04	60

EMENTA

Representação da arquitetura, com instrumental (agente gráfico – lápis) e à mão livre (croquis). Desenho, com o uso de instrumentos, de espaços arquitetônicos. Representação do projeto em escala. Plantas (baixa, de cobertura, de implantação e de situação), cortes, fachadas e noções de perspectiva. Representação da arquitetura em nível de estudos preliminares.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Normas de desenho técnico;
- Escalas numéricas e gráficas;
- Cotagem;
- Símbolos gráficos;
- Desenho à mãolivre;
- As etapas do desenho de arquitetura;
- Levantamento de espaço arquitetônico e posterior representação gráfica em escala;
- Plantas baixas;
- Planta de situação e localização;
- Planta de cobertura;
- Fachadas;
- Cortes longitudinais etransversais;
- Noções de perspectiva (paralela e oblíqua).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHING, Francis D. K. **Representação gráfica em arquitetura.** Trad. Luiz A. Meirelles Salgado. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MONTENEGRO, Gildo Azevedo. **Desenho arquitetônico:** para cursos técnicos de 2º grau e faculdades de arquitetura. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Blucher, 2001.

OBERG, Lamartine. **Desenho arquitetônico.** 33. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10067:** Princípios gerais de representação em desenho técnico. Rio de Janeiro, 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6492:** Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, 1994.

BORGES, Alberto de Campos. **Prática das pequenas construções.** 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Blucher, 2010. (Vol. 2)

MONTENEGRO, Gildo Azevedo. **A perspectiva dos profissionais.** São Paulo: Blucher, 1983.

PRONK, Emile. **Dimensionamento em arquitetura.** 2. ed. João Pessoa: Ed. UFPB, 1987.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Matemática I	COM 1.403	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	06	90

EMENTA

Funções. Teorema de Pitágoras. Funções. Identidades trigonométricas. Trigonometria no triângulo retângulo. Figuras planas. Áreas e volumes dos principais sólidos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Funções: funções polinomiais, exponencial, logarítmica e trigonométrica;
- Identidades trigonométricas: soma de arcos e transformação de produto em soma;
- Trigonometria no triângulo retângulo;
- Geometria: Principais figuras planas. Área nas figuras planas. Principais sólidos geométricos. Volume nos principais sólidos. Aplicações práticas das figuras geométricas. Perímetro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. **Fundamentos de matemática elementar:** geometria plana. 8. ed. São Paulo: Atual, 2005. (Vol. 9).

DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. **Fundamentos de matemática elementar:** geometria espacial, posição e métrica. 6. ed. São Paulo: Atual, 2005. (Vol. 10).

SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da; SILVA, Sebastião Medeiros da. **Matemática básica para cursos Superiores.** São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática:** contexto e aplicações. 3. ed. São Paulo: Ática, 2006. (Vol. 3)

SIMMONS, George F. **Cálculo com geometria analítica.** São Paulo: Makron Books, 1988. (Vol. 2)

STEWART, James. **Cálculo.** Trad. A. C. Moretti e A. C. G. Martins. São Paulo: Cengage Learning, 2009. (Vol. 2)

YOSSEF, Antonio Nicolau; FERNANDEZ, Vicente Paz. **Matemática:** conceitos e fundamentos. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1993.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Leitura e Produção de Textos	COM 1.401	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	03	45

EMENTA

Linguagem, significação e contexto. Fundamentos dos padrões de textualidade. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação. Prática de leitura e escrita de gêneros textuais técnico-científicos. Habilidade de compreensão e comunicação de ideias em textos orais e escritos, focalizando os gêneros textuais técnico-científicos. Revisão e reescrita orientada dos textos produzidos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Leitura e produção de sentidos;
- Estratégias e procedimentos de leitura;
- Leitura eletramento;
- Texto e discurso;
- Concepções de linguagem;
- Processo de comunicação verbal;
- Teoria dos signos; processos de representação simbólica;
- Fatores pragmáticos;
- Graus de formalismo;
- Gêneros textuais técnico-científicos;
- Textualidade: coerência e coesão;
- Tipos de coesão;
- Organização do texto e progressão temática;
- Técnicas de resumo;
- Artigo científico;
- Técnicas de comunicação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de resumos e comunicação científica.** São Paulo: Editora Avercamp, 2011.

LOUZADA, Maria Silvia; GOLDSTEIN, Norma Seltzer; IVAMOTO, Regina. **O texto sem mistério:** leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. **Texto acadêmico:** técnicas de redação e pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras:** coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2010.

CAMARGO, Thaís Nicoleti de. **Redação linha a linha.** São Paulo: Publifolha, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. **Técnica de redação:** o que é preciso saber para bem

escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MARTINS, Eduardo. **Manual de redação e estilo.** 3. ed. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Metodologia do Trabalho Científico	COM 1.402	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	03	45

EMENTA

Universidade e história. Educação em Direitos Humanos. Tipos de conhecimento e ciência. Gênese e tipos de método científico. Caracterização e tipos de pesquisa. Tipos de trabalhos científicos e normas de elaboração. Ciência e racismo científico, operações intelectuais, formas de expressão, raciocínio e pensamento. Conhecimento em culturas africanas e afro-brasileiras. Episteme. Treinamento prático sobre métodos de pesquisa para uso futuro em temas de interesse profissional (Arquitetura e Urbanismo).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Tipos de conhecimento e ciência;
- O método científico;
- Ciência e racismo científico;
- A pesquisa científica;
- Trabalhos científicos;
- Tipos de trabalhos;
- Elaboração de trabalhos científicos: normas práticas de elaboração ABNT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LUCKESI, Cipriano et. al. **Fazer Universidade**: uma proposta metodológica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos: Brasília, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Hortência Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Avercamp, 2014.

JESUS, Auro de. **Metodologia científica.** São Paulo: Avercamp, 2006.

SEGUNDO SEMESTRE

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo	INF 2.502	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	05	75

EMENTA

Utilização da computação gráfica na representação bidimensional de projetos arquitetônicos. Principais ferramentas de um programa CAD (Desenho Auxiliado por Computador) aplicado à área de Arquitetura e Urbanismo. Computação gráfica aplicada ao desenho bidimensional e tridimensional. Plotagem. Exercícios práticos aplicados à Arquitetura e Urbanismo, trabalhando interdisciplinaridade com a disciplina de Desenho de Arquitetura II.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Tecnologia CAD aplicada ao desenvolvimento de projetos;
- Interface do AutoCAD;
- Comandosbásicos;
- Modificação deobjetos;
- Propriedades dosobjetos;
- Camadas;
- Blocos;
- Texto;
- Hachuras;
- Pesográfico;
- Margem ecarimbo;
- Escalas;
- Plotagem;
- Introdução à modelagem 3D.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALDAM, Roquemar; COSTA, Lourenço; OLIVEIRA, Adriano de. **AutoCAD 2012:** utilizando totalmente. São Paulo: Érica, 2010.

BUGAY, Luiz Edson. **AutoCAD 2008:** da modelagem à renderização em 3D – Guia de referência. Florianópolis: Visual Books, 2007.

MONTENEGRO, Gildo A. **Desenho arquitetônico.** 4. ed. São Paulo: Blucher, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HETEM JUNIOR, Annibal. **Computação gráfica.** Rio de Janeiro: LTC, 2006.

KATORI, Rosa. **AutoCAD 2012:** projetos em 2D. São Paulo: SENAC, 2011.

LIMA, Claudia Campos. **Estudo dirigido de AutoCAD 2007.** 2. ed. São Paulo: Érica, 2007. (P. D.)

OBERG, Lamartine. **Desenho arquitetônico.** 33. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

OLIVEIRA, Adriano de. **AutoCAD 2009:** um novo conceito de modelagem 3D e renderização. São Paulo: Érica, 2008.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Geometria Descritiva II	DRE 1.302	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Geometria Descritiva I	04	60

EMENTA

Fundamentos da geometria descritiva e suas aplicações na Arquitetura e Urbanismo. Métodos descritivos. Representação de figuras planas. Representação de poliedros e sólidos de revolução. Seção plana em poliedros e sólidos de revolução. Representação de sólidos complexos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Métodos descritivos;
- Mudança de planos;
- Rotação;
- Rebatimento;
- Representação de polígonos em planos projetantes;
- Representação de polígonos em planos não projetantes;
- Verdadeira grandeza de polígonos recorrendo a rebatimentos;
- Representação de polígonos recorrendo a rebatimentos;
- Representação de circunferências em planos projetantes;
- Representação de circunferências em planos não projetantes;
- Alçamento de figurasplanas;
- Representação de poliedros: prismas e pirâmides, regras de visibilidade, seção plana;
- Representação de sólidos de revolução: cone, cilindro, esfera, regras de visibilidade, seção plana;
- Representação de vistas ortográficas e perspectiva isométrica de sólidos complexos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MONTENEGRO, Gildo. Azevedo. **Geometria descritiva.** São Paulo: Blucher, 1991. (Vol. 2)

PINHEIRO, Virgilio Athayde. **Noções de geometria.** Curitiba: Ao Livro Técnico, 1981. (Vol. 8)

PRÍNCIPE JUNIOR, Alfredo dos Reis. **Noções de geometria descritiva.** 37. ed. São Paulo: Nobel, 1989. (Vol. 2)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORGES, Gladys Cabral de Mello; BARRETO, Deli Garcia Ollè; MARTINS, Enio Zago. **Noções de geometria descritiva:** teoria e exercícios. 7. ed. Porto Alegre: Sagra, 2002.

CRUZ, Michele David da; Morioka, Carlos Alberto. **Desenho técnico:** medidas e representação. São Paulo: Érica, 2014.

MANDARINO, Denis. **Geometria descritiva para arquitetos, engenheiros e designers.** São Paulo: Plêiade, 2016.

NEIZEL, Ernst. **Desenho técnico para construção civil.** São Paulo: EDUSP, 1974. (Vol. 1)

SOUZA JÚNIOR, Hugo Andrade de. **Geometria descritiva e perspectiva.** São Paulo: Pioneira, 1975.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Desenho de Arquitetura II	DRE 1.306	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Desenho de Arquitetura I	04	60

EMENTA

Representação da Arquitetura. Desenho, com o uso de instrumentos, de espaços arquitetônicos. Representação do projeto em escala. Plantas baixas humanizadas, cortes, fachadas, fechamento de telhados sem empena, escadas retilínea e helicoidal. Detalhamento de cozinha, banheiro, cobertura e esquadrias. Representação em plantas e vistas, em nível de estudos preliminares e anteprojeto de edificações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Desenvolvimento de peças gráficas para representação de projeto de dois ou mais pavimentos;
- Detalhamento de portas e janelas;
- Circulação vertical: elevador, escadas retilínea e helicoidal.
- Representação e cálculo de escadas;
- Plantas e cortes de escadas;
- Tipos de cobertura;
- Cálculo e dimensionamento em função do vão;
- Detalhamento de cobertura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEREDO, Helio Alves de. **O edifício e seu acabamento.** São Paulo: Blucher, 1987. (Prática de Construção Civil)

MONTENEGRO, Gildo Azevedo. **Ventilação e cobertas:** estudo teórico, histórico e descontraído. São Paulo: Blucher, 1984.

OBERG, Lamartine. **Desenho arquitetônico.** 33. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Procurar nos originais, pois está repetindo de GD II.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo I	EHA 1.102	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Introdução à Arquitetura e Urbanismo	04	60

EMENTA

Definições e considerações relacionadas aos conceitos: Arte, Arquitetura, Urbanismo, História e Teoria. Arquitetura e contextos (histórico, cultural, social, religioso, ambiental e econômico). Cronologia referente à História da Arquitetura e da Cidade. Estudo das teorias e da produção arquitetônica desde a Pré-História até a Idade Média. Análise das manifestações arquitetônicas contextualizadas nos diversos espaços urbanos: classificação; tipologias; aspectos formais e de composição; características plásticas; soluções espaciais e dimensões sociais; soluções de plantas e elevações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Arquitetura na Pré-História: manifestações arquitetônicas do homem e as primeiras organizações sociais no período neolítico;
- Relações entre arquitetura, cidade e formação urbana:
- Arquitetura na Mesopotâmia e na Pérsia;
- Grécia e Roma Antigas;
- A linguagem clássica da arquitetura;
- Ordens arquitetônicas;
- Arquitetura na Idade Média: paleocristã, bizantina, românica e gótica;
- Arquitetura do Renascimento, Maneirismo, Barroco, Rococó e Neoclassicismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENEVOLO, Leonardo. **Introdução à arquitectura.** Lisboa: Edições 70, 1991.

GLANCEY, Jonathan. **A história da arquitetura.** Trad. L. C. Borges e M. Marcionilo. São Paulo: Loyola, 2001.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Arquitectura occidental.** Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade.** 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

BAETA, Rodrigo. **O barroco, a arquitetura e a cidade nos séculos XVII e XVIII.** Salvador: EDUFBA, 2010.

PEVSNER, Nikolaus. **Panorama da arquitetura ocidental.** São Paulo: Martins Fontes, 1982.

SUMMERSON, John. **A linguagem clássica da arquitetura.** São Paulo. SP: Martins Fontes, 1982.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Estética e História da Arte	EHA 1.101	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	05	75

EMENTA

Transformações artísticas entre os séculos XV e século XX. Atualidades nas Artes. Arte africana e afrodescendente. Aspectos técnicos e estéticos, elementos constitutivos das obras e as premissas teóricas da criação. Tendências e interpretações de fenômenos históricos e estéticos. Arte para ampliação do pensamento crítico e dos Direitos Humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O que é Arte;
- Estética e Arte;
- Valor da Arte;
- Arte para ampliação do pensamento crítico e dos Direitos Humanos;
- Arte Renascentista;
- Arte Barroca;
- Arte Rococó;
- Arte Neoclassicista;
- Arte Romantista;
- Arte do Academicismo;
- Arte Moderna;
- O Impressionismo;
- O Fauvismo;
- O Simbolismo;
- O Expressionismo;
- O Art-Nouveau;
- As vanguardasmodernas:
- O Abstracionismo;
- O Futurismo;
- O Surrealismo;
- O Cubismo;
- O Dadaísmo;
- O Concretismo.
- Tendências da arte contemporânea:
- O Neoconcretismo;
- A Pop Art/A Op Art;
- O Dadaísmo;
- O Minimalismo;
- A Arte Conceitual;
- Expressões e movimentos artísticos negros e afrodescendentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a arte.** São Paulo. Editora Ática, 2000.

GOMBRICH, Ernst Hans. **A história da arte.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

JANSON, Horst Waldemar; JANSON, Athony F. **Iniciação à história da arte.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARCHER, Michael. **Arte contemporânea:** uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

COELHO, Teixeira. **Moderno Pós-moderno.** Porto Alegre: Editora LPM, 1986.

SCHAPIRO, Meyer. **A arte moderna:** séculos XIX e XX. São Paulo: EDUSP, 1996.

STRICKLAND, Carol; BOSWELL, John. **Arte comentada:** da Pré-História ao Pós-Moderno. Rio de Janeiro: Ed. Ediouro, 2007.

TALES. Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1995.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Matemática II	COM 1.404	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Matemática I	04	60

EMENTA

Limites de funções. Derivadas. Regras de derivação. Aplicação de derivadas. Integral. Técnicas de integração.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Limite: noção do limite de uma função. Cálculo de limites. Limites infinitos e limites no infinito. Continuidade;
- Derivada: definição de derivada de uma função e interpretação geométrica. Derivada como taxa de variação (coeficiente angular da reta, velocidade e aceleração etc.);
- Regras de derivação. Derivadas sucessivas. Aplicações da derivada: crescimento e decrescimento de uma função, pontos de máximo e de mínimo, concavidade do gráfico e pontos de inflexão;
- Integral: definição de integral indefinida e definida. Regras de integração. Aplicações de integral: cálculo de áreas e volumes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. **Cálculo A:** funções, limite, derivação e integração. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. (Vol. A)

LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica. Trad. C. P. Carvalho3. ed. São Paulo: Harbra, 1994. (Vol. 2)

STEWART, James. Cálculo. Trad. A. C. Moretti. 7. ed. São Paulo: Editora Cengage, 2013. (Vol. 1)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática:** contextos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Ática, 2006. (Vol. 3)

GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. **Um curso de cálculo.** 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. (Vol. 1)

SWOKOWSKI, Earl William. **Cálculo com geometria analítica.** 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1995. (Vol. 2)

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Estudos Sociais, Econômicos e Ambientais	SEA 1.201	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	04	60

EMENTA

Apreciação dos princípios básicos das ciências sociais e sua relação com o espaço construído. Análise da realidade social e ambiental por meio da aquisição e aplicação de alguns conceitos básicos de sociedade, natureza, cultura e espaço que permitem apreender essa realidade no contexto brasileiro, incluindo as relações étnico-raciais e os Direitos Humanos. História da formação econômica do Brasil. História do planejamento no Brasil. Reinserção do Brasil na nova ordem econômica mundial. A questão ambiental. Desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade em Arquitetura e Urbanismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Apreensão dos conceitos básicos das ciências sociais (sociedade, classes sociais e cultura) e ambientais (espaço, natureza, território);
- Análise das inter-relações entre sociedade, natureza, cultura e espaço;
- A formação da sociedade brasileira;
- A formação do espaço brasileiro;
- Desenvolvimento sustentável;
- O Brasil, contexto social e ambiental atuais;
- Estudo das relações étnico-raciais e dos Direitos Humanos nas disputas pelos espaços.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DAVIS, Mike. **Planeta favela.** Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. 3 ed. Petrópolis: Vozes,2008.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Primeiros Passos, 203)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Maria Flora. **O novo Brasil urbano:** impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. (Novas Perspectivas, 40)

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da Cidade:** para compreender... Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

RUANO, Miguel. **Ecourbanismo:** entornos humanos sostenibles – 60 proyectos. 2. ed. Barcelona: G. Gili, 2007. (Edição bilíngue)

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TERCEIRO SEMESTRE

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo II	HAU 2.103	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo I	04	60

EMENTA

Estudo das teorias e da produção arquitetônica e urbana na Europa, a partir da compreensão do contexto artístico, cultural, social e econômico do período que abrange até os dias atuais. A formação do Movimento Moderno e suas vertentes. Principais características da Arte, da Arquitetura e do Urbanismo no final do Século XX e início do Século XXI.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceituação: modernidade, moderno, modernismo, arquitetura moderna, Movimento Moderno;
- Ecletismo, historicismo e revivalismos relacionados ao Iluminismo e às transformações sociais decorrentes da Revolução Industrial;
- A arquitetura e o pensamento urbanístico norte-americano no século XIX;
- Arquitetura e Urbanismo na virada do século XX;
- A Revolução Industrial e as transformações urbanas;
- As origens da arquitetura racionalista;
- A imposição do Movimento Moderno. De Stijl holandês, o construtivismo na União Soviética e o racionalismo *versus* o Neoclassicismo Monumental na Itália. A Escola da Bauhaus e a Nova Arquitetura na Alemanha;
- O apogeu do Movimento Moderno: projetos e utopias;
- O Art Déco e suas manifestações na Europa, Estados Unidos e Brasil;
- A produção arquitetônica a partir de 1970: pós-moderno, high-tech, orgânico, revivescência clássica e desconstrutivismo;
- Os caminhos da arquitetura no final do século XX e início do século XXI.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna.** Trad. A. M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CURTIS, William. J. R. **Arquitetura moderna desde 1900.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna.** Trad. J. L. Camargo e M. B. Cipolla.4. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENEVOLO, Leonardo. **A arquitetura do novo milênio.** Trad. L. M. de Andrade. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

COHEN, Jean-Louis. **O futuro da arquitetura desde 1889:** uma história mundial. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

GIEDION, Sigfried. **Espaço, tempo e arquitetura:** o desenvolvimento de uma nova tradição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2004. (Artes e Arquitetura)

GLANCEY, Jonathan. **A história da arquitetura.** Trad. L. C. Borges e M. Marcionilo. São Paulo: Loyola, 2001.

LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura.** Trad. Ubirajara Rebouças. 6. ed. São Paulo: Perspectiva: 2009. (Coleção Estudos, 27)

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Projeto de Arquitetura I	ARQ 2.201	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Desenho de Arquitetura II	06	90

EMENTA

Teoria do projeto: formação de repertório arquitetônico. Aspectos compositivos, formais, conceituais, funcionais, construtivos e estéticos. Metodologia do projeto. Substância e forma do projeto. O processo projetual e suas etapas. Partido arquitetônico e construtivo, implantação, volumetria, acessos, circulações, relação com o contexto urbano, relação com o clima, conforto ambiental, segurança, aspectos construtivos, materiais, manutenção e paisagismo. Espaço arquitetônico: estruturação, setorização, relações (interior/exterior, público/privado), dimensionamento. Legislação edilícia e urbana. Aperfeiçoamento da representação de projetos. Prática projetual: desenvolvimento de projeto de edificação de uso habitacional do tipo unifamiliar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Elementos para uma análise arquitetônica: partido arquitetônico, estética, forma, espaços, volumetria, implantação, acessos, circulações, relação com o contexto urbano, relação com o clima (insolação e ventilação), segurança, construtibilidade, manutenção, paisagismo etc.;
- Análise de projetos de habitaçãounifamiliar;
- A importância do croqui na práticaprojetual;
- Uso de croquis no desenvolvimento de projeto preliminar;
- Introdução projetual e primeiras concepções arquitetônicas. Considerações sobre o espaço arquitetônico: estruturação, dimensionamento, relações entre interior e exterior;
- Introdução aos parâmetros urbanísticos: tipo de uso ou atividade, área total construída, taxa de ocupação máxima, coeficiente de aproveitamento, afastamentos (lateral, frontal, fundos), gabarito máximo;
- Normas para a representação gráfica de reformas (construir/demolir);
- Intervenção em um projeto de habitação unifamiliar (reforma);
- Planta-baixa humanizada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MONTENEGRO, Gildo Azevedo. **A invenção do projeto:** a criatividade aplicada em desenho industrial, arquitetura, comunicação visual. São Paulo: Blucher, 2015.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele:** a arquitetura e os sentidos. Trad. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura.** Trad. M. I. Gaspar e M. O. Gaëtan. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. (Artes e Arquitetura)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUXTON, Pamela. **Manual do arquiteto:** planejamento, dimensionamento e projeto. 5. ed. Porto Alegre: Bookman,2017.

FERRAZ, Marcelo (Org.). **Lina Bo Bardi.** 5. ed. São Paulo: Instituto Bardi; Casa de Vidro; Romano Guerra Editora, 2018.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura.** Trad. C. E. L. Machado. 2. ed. São Paulo: Martins

Fontes, 1999.

RASMUSSEN, Steen Eiler. **Arquitetura vivenciada.** Trad. A. Cabral. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Artes e Arquitetura)

SILVA, Elvan. **Uma introdução ao projeto arquitetônico.** 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. (Livro-texto, 11)

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
História da Arte no Brasil	EHA 1.102	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Estética e História da Arte	04	60

EMENTA

Estudo das manifestações e movimentos da arte no Brasil, desde o período colonial até o momento atual. Definições das primeiras produções artísticas da história pré-colonial e antiga brasileira. Arte indígena, arte barroca, Missão Artística Francesa, criação da Escola Nacional de Arte. Arte africana e a influência na cultura brasileira. A influência dos movimentos: Expressionismo, Cubismo e Surrealismo Europeu. Arte no pós-guerra. Florescimento da arte contemporânea no Brasil. Arte para ampliação do pensamento crítico e dos Direitos Humanos no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- História da Arte no Brasil;
- Arte para ampliação do pensamento crítico e dos Direitos Humanos no Brasil;
- O período colonial;
- O barroco mineiro;
- O barroco baiano;
- Arte sacra;
- A Missão Artística Francesa;
- O patronato imperial à arte acadêmica;
- A Semana de Arte Moderna de 1922;
- A contracultura;
- O Tropicalismo;
- Arte indígena brasileira;
- Arte africana e a influência na cultura brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARCINSKI, Fabiana Werneck (Org.). **Sobre a arte brasileira:** da Pré-História aos anos 1960. São Paulo: Edições SESC São Paulo; Editora WMF Martins Fontes, 2015.

BARDI, Pietro Maria. **História da arte no Brasil.** São Paulo Editora Melhoramentos, 1999.

CIVITA, Victor (Ed.). **Arte no Brasil.** São Paulo: Abril Cultural, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira:** introdução ao estudo da cultura no Brasil. Brasília: Editora UnB, 1990.

BRITO, Mário da Silva. **História do Movimento Modernista brasileiro.** São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

ETZEL, Eduardo. **O barroco no Brasil.** São Paulo: Editora Melhoramentos, 1997.

GOMBRICH, Ernst Hans. **A história da arte.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SCHAPIRO, Meyer. **A arte moderna:** séculos XIX e XX. São Paulo: EDUSP, 1996.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Tecnologia da Construção	ENG 2.604	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	06	90

EMENTA

Análise e decisões que antecedem o início de uma obra. Noções de orçamento. Escolha e preparação do terreno. Instalações de canteiros de obras. Serviços preliminares: sondagem, terraplenagem, compactação, locação. Fundações em geral. Estruturas de concreto armado (supraestrutura): armação, formas, escoramentos e concretagem. Impermeabilizações. Forros. Alvenarias (vedação e estrutural). Esquadrias. Revestimentos. Pintura e cobertura. Visitas a obras em execução. Tópicos do Lean Construction.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Procedimentos que antecedem o início de uma obra:
  - Estudo de viabilidade;
  - Projetos básico e executivo;
  - Aprovação de projetos;
  - Noções de orçamento.
- Serviços preliminares:
  - Limpeza do terreno, tapume, instalação da obra, movimento de terra, instalação do canteiro, locação de obras, sondagem do subsolo.
- Infraestrutura:
  - Fundações diretas e profundas.
- Estrutura:
  - Tipos de estruturas (concreto, metálica e madeira), procedimentos para execução: forma, armadura e concreto (preparo, transporte, lançamento, adensamento e cura).
- Impermeabilizações:
  - Conceitos, tipos, materiais e técnicas de aplicação de impermeabilizações.
- Forros:
  - Tipos, finalidades, materiais e técnicas de isolamentos.
- Alvenarias:
  - Conceitos, finalidades e tipos. Materiais e equipamentos.
- Esquadrias:
  - Tipos de esquadrias. Materiais utilizados. Técnicas de execução.
- Revestimentos:
  - Conceitos, finalidades, tipos, elementos e características dos revestimentos. Tintas e vernizes. Revestimentos cerâmicos e em argamassa: técnicas de execução dos revestimentos.
- Cobertura:
  - Conceitos, finalidades, tipos, elementos, características, inclinações, projetos executivos, processos construtivos, ferramentas e equipamentos.
- Tópicos do Lean Construction.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEREDO, Helio Alves de. **O edifício até sua cobertura.** 2. ed. rev. São Paulo: Blucher, 1997.

AZEREDO, Helio Alves de. **O edifício e seu acabamento.** São Paulo: Blucher, 1987. (Prática de Construção Civil)

BORGES, Alberto de Campos. **Prática das pequenas construções.** 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Blucher, 2010. (Vol. 2)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, José Dafico Alves. **Manual de tecnologia do concreto.** 3 ed. Goiânia: Ed da UFG, 1993.

CARDÃO, Celso. **Técnica da construção.** 6. ed. Belo Horizonte: Arquitetura e Engenharia, 1983.

FORMOSO, Carlos Torres. **Lean Construction:** princípios básicos e exemplos. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação, 2000. (Vol. 5)

RIPPER, Ernesto. **Como evitar erros na construção.** São Paulo: PINI, 1984.

YAZIGI, Walid. **A técnica de edificar.** 9. ed. rev. e atual. São Paulo: PINI, 2008.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Conforto Ambiental I: Ergonomia e Acessibilidade	ARQ 2.207	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	04	60

EMENTA

Ergonomia e acessibilidade: conceitos e pesquisas. Medidas antropométricas e o espaço. Exigências ambientais do posto de trabalho. Posturas. Análise e crítica ergonômica de um espaço arquitetônico. Aplicação em projeto de arquitetura e urbanismo. Buscar interdisciplinaridade com a disciplina Projeto de Arquitetura I.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Abordagem teórica: história da ergonomia; conceitos e denominações; acessibilidade; parâmetros antropométricos; ergonomia; projeto e *layout*;
- Princípios do Desenho Universal; o corpo e os sentidos;
- Práticas de exploração sensorial;
- Ergonomia e acessibilidade nos espaços residencial e comercial, em edifícios públicos e no espaço urbano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KROEMER, Karl H. E.; GRANDJEAN, Etienne. **Manual de ergonomia:** adaptando o trabalho aohomem. Trad. L. B. M. Guimarães. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ORNSTEIN, Sheila Walbe; ALMEIDA PRADO, Adriana Romeiro de; LOPES, Maria Elisabete (Orgs.). **Desenho Universal:** caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele:** a arquitetura e os sentidos. Trad. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; BORGES, Monna Michelle Faleiros da Cunha. **Manual de acessibilidade espacial para escolas:** o direito a escola acessível. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2009.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; PIARDI, Sonia Maria Demeda Groisman. **Promovendo a acessibilidade nos edifícios públicos:** Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público. Florianópolis: Ministério Público do Estado de Santa Catarina, 2012.

IIDA, Itiro. **Ergonomia:** projeto e produção. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Blucher, 2005.

MONT'ALVÃO, Claudia; VILLAROUCO, Vilma (Orgs.). **Um novo olhar para o projeto:** a ergonomia no ambiente construído. Rio de Janeiro: FAPERJ; 2AB, 2011.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Materiais de Construção	ENG 2.603	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	06	90

EMENTA

Estudo dos materiais de construção: classificação, condições de emprego, ensaios e normalização. Madeira. Materiais cerâmicos. Metais e produtos siderúrgicos. Vidros. Materiais poliméricos e tintas. Rochas e agregados. Aglomerantes. Argamassas. Concreto: características, propriedades. Emprego do concreto nas obras de arquitetura.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução ao estudo dos materiais de construção: evolução histórica dos materiais. Fatores que influenciam o desgaste dos materiais. Propriedades dos materiais. Normas técnicas;
- Madeira: estrutura. Produção. Propriedades físicas e mecânicas das madeiras. Defeito e classificação das madeiras. Modos de beneficiamento das madeiras. Vantagens e desvantagens de sua utilização;
- Materiais cerâmicos: definição. Argila. Processo de fabricação. Resistência da argila seca; retração por secagem. Porosidade. Plasticidade das argilas. Queima. Propriedades dos cerâmicos. Tipos de produtos cerâmicos (peças sanitárias, revestimentos de paredes e pisos). Classificação. Controle de qualidade;
- Metais e produtos siderúrgicos: propriedades dos metais. Ligas metálicas (tipos e propriedades). Tipos de aço. Processos de corrosão (oxidação e eletroquímica). Tratamentos e durabilidade. Utilização dos metais e suas ligas na arquitetura;
- Vidros: produção, propriedades e tipos de vidros. Vidros na arquitetura. Vidros coloridos, termorrefletores, impressos e de segurança;
- Materiais poliméricos: definição e classificação dos polímeros. Propriedades. Aplicações dos polímeros na construção civil;
- Tintas: definições, propriedades, tipos e aplicações das tintas. Funções. Tintas latex, óleo, esmaltes. Vernizes (definição e aplicações);
- Rochas: tipos de rochas. Propriedades para construção civil;
- Agregados: definição e obtenção. Classificação. Condições técnicas e econômicas. Índices físicos: massa específica, teor de umidade, inchamento, vazios, superfície específica. Ensaios;
- Aglomerantes: definição, aplicação, classificação. Pega e endurecimento de um aglomerante (cal, gesso e cimento Portland). Cimento Portland: fabricação, tipos de cimento. Característica dos tipos de cimento;
- Argamassas: conceito. Características: retração e traços. Tipos de argamassas. Ensaios;
- Concreto: principais constituintes. Características dos concretos. Microestrutura;
- Tipos de traço. Tipos de retração. Propriedades do concreto fresco. Segregação. Exsudação. Propriedades do concreto endurecido. Fatores que influenciam na resistência do concreto. Produção do concreto: dosagem, mistura, transporte, lançamento, adensamento, cura. Fluência. Concreto protendido. Ensaios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMBROZEWICS, Paulo Henrique Laporte. **Materiais de construção.** São Paulo: PINI, 2012.

BAUER, Luiz Alfredo Falcão. **Materiais de construção.** 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e

Científicos, 1994. (Vol.1 e 2)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERTOLINI, Luca. **Materiais de construção:** patologia, reabilitação e prevenção. 1ª ed. São Paulo: Oficina de textos, 2010.

DIAS, Luís Andrade de Mattos. **Aço e arquitetura:** estudo de edificações no Brasil. São Paulo: Zigurate, 2001.

FIORITO, Antonio J. S. I. **Manual de argamassas e revestimento.** São Paulo: PINI, 2010.

NEVILLE, Adam. M.; BROOKS, J. J. **Tecnologia do concreto.** 2. ed. São Paulo: Bookman, 2013.

PETRUCCI, Eládio Geraldo Requião. **Materiais de construção.** 11. ed. São Paulo: Globo, 1998.

QUARTO SEMESTRE

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Topografia Aplicada à Arquitetura	ENG 2.606	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	04	60

EMENTA

Introdução à cartografia: mapas, cartas e plantas. Cartografia e geodésia: coordenadas, *datum*, projeções cartográficas, sistema geodésico brasileiro. Tecnologia GPS. Noções dos processos teóricos e práticos aplicados nos levantamentos topográficos. Topografia: métodos de planimetria e altimetria. Perfis topográficos e declividades. Noções de cartografia digital.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Noções de cartografia:
  - Divisões da cartografia;
  - Mapas, cartas e plantas;
  - Escalas;
  - Modelos de representação terrestre; Sistema Geodésico Brasileiro;
  - Noções de sistemas de projeções cartográficas;
  - Sistema de coordenadas plantas: projeções UTM.
- Tecnologia GPS:
  - Sistema de Posicionamento Global – GPS;
  - Concepção, funcionamento e base teórica do sistema GPS.
- Topografia:
  - Introdução à topografia: definição, objetivos, divisão, aplicações;
  - Equipamentos e instrumentos auxiliares utilizados em levantamentos topográficos;
  - Representação plana do terreno;
  - Medição de distâncias e ângulos;
  - Orientação magnética;
  - Nivelamentos geométricos e trigonométricos;
  - Representação do relevo por curvas de nível;
  - Declividade e perfis topográficos.
- Noções de Cartografia digital:
  - Uso de sistemas informatizados aplicados à topografia e cartografia digital.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORGES, Alberto de Campos; KATHERINE, Esau. **Topografia aplicada à Engenharia Civil.** São Paulo: Edgard Blucher, 2005. (Vol. 1 e 2)

CASACA, João; MATOS; João; BAIO, Miguel. **Topografia geral.** Rio de Janeiro: LTC. 4. ed. 2007.

MCCORMAC, Jack. **Topografia.** Rio de Janeiro: LTC. 5. ed. 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, A. R. **Apontamentos de topografia geral.** Campos dos Goytacazes: ETFC, 1985.

COMASTRI, José Anibal; TULER, José Claudio. **Topografia: altimetria.** 3. ed. Viçosa: Ed. UFV, 2003.

DAIBERT, João Dalton. **Topografia:** técnicas e práticas de campo. São Paulo: Érica Editora, 2010.

LOCH, Carlos; CORDINI, Jucilei. **Topografia contemporânea:** planimetria. 3. ed. Florianópolis: UFSC, Departamento de Geociências, 2007.

TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. **Fundamentos de topografia.** Porto Alegre: Bookman, 2013. (Série Tekne)

VEIGA, Luis Augusto Koenig; ZANETTI, Maria Aparecida Zehnpfennig; FAGGION, Pedro Luis. **Fundamentos de topografia.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná – Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, 2012.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Projeto de Arquitetura II	ARQ 2.202	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Projeto de Arquitetura I	06	90

EMENTA

Projeto de edificação com predominância do uso habitacional. Tipologia multifamiliar da habitação urbana. Teoria do projeto: mecanismos projetuais e condicionantes sociais, ambientais e técnicos. Repertório arquitetônico através dos tipos e paradigmas existentes. Inserção das edificações no contexto urbano. Análise crítica da legislação edilícia e urbana. Tipos e propriedades geométricas das formas de implantação. Relação entre tipo de implantação e densidade. Relação entre espaços públicos, semiprivados e privados. Relação entre célula e conjunto. Estudo de fluxos: acessos e circulações horizontais e verticais; estacionamento e circulação de veículos. Sistema estrutural. Acessibilidade e prática do projeto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Etapas do projeto: pesquisa; análise de precedentes, do programa, do entorno e do usuário;
- Projeto: primeiras respostas aos condicionantes;
- Projeto: desenvolvimento do projeto arquitetônico de uma edificação habitacional multifamiliar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ATLAS SCHLINDER. **Manual de transporte vertical em edifícios:** elevadores de passageiros, escadas rolantes, obra civil, cálculo de tráfego. 18. ed. São Paulo: PINI, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos.** Brasília: IPHAN, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERRARI, Célson. **Curso de planejamento municipal integrado:** urbanismo. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1984. (Biblioteca Pioneira de Arte Arquitetura e Urbanismo)

FIGUEIREDO, Glória Cecília dos Santos. **Produção imobiliária da cidade de Salvador:** entre o público e o privado. Salvador: EDUFBA, 2015.

IIDA, Itiro. **Ergonomia:** projeto e produção. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Blucher, 2005.

OLIVEIRA, Analdino Lisboa de. **A incorporação imobiliária em Salvador nos anos noventa:** características, atividades e desempenho. Salvador: Press Color, 2009.

SEGRE, Roberto. **Arquitetura brasileira contemporânea.** Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2004.

YAZIGI, Walid. **A técnica de edificar.** 9. ed. rev. e atual. São Paulo: PINI, 2008.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo III	HAU 2.104	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo II	04	60

EMENTA

A Pré-História na América Latina e no Brasil. Estudo histórico da arquitetura e da evolução urbana brasileira a partir da compreensão do contexto da formação colonial, das raízes culturais do país, do pensamento estético nacional, de suas referências externas e do desenvolvimento econômico. Desenvolvimento da arquitetura e do urbanismo no Brasil desde a colonização até a atualidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A Pré-História na América Latina e no Brasil, de modo particular;
- A "descoberta" do Brasil: as primeiras iniciativas arquitetônicas e urbanísticas no novo território;
- Arquitetura colonial brasileira;
- A vinda da família real e a arquitetura no Brasil Imperial;
- O desenvolvimento da arquitetura e o processo de urbanização brasileiro no século XIX;
- As tendências "modernistas": os "neos";
- As premissas da renovação na arquitetura brasileira do século XX (Semana da Arte Moderna);
- Racionalismo e brutalismo paulista: produçãoarquitetônica;
- Transição da arquitetura e do urbanismo para a pós-modernidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Chico; BITTAR, William. **Arquitetura no Brasil:** de Cabral a Dom João VI. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. (Debates, 18)

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil colonial.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil.** Trad. A. M. Goldberger. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CARVALHO, Benjamin de A. **Arquitetura no tempo e no espaço.** Rio de Janeiro: F. Bastos,1968.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. **Dicionário da arquitetura brasileira.** 1ª ed. São Paulo: Edart, 1972.

PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio (Orgs.). **Atlas de centros históricos do Brasil.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

SEGRE, Roberto. **Arquitetura brasileira contemporânea.** Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2004.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Morfologia da Paisagem (Paisagismo I)	URB 3.201	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo II	04	60

EMENTA

Conceitos de paisagem, ambiente e espaço. Introdução ao estudo da paisagem. História dos jardins e do paisagismo. Morfologia da paisagem urbana. Percepção da paisagem. O meio ambiente e a composição paisagística.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Paisagem, ambiente, espaço: definições e relações entre osconceitos;
- Introdução ao estudo da paisagem: definições de paisagem e paisagismo;
- Percepções da paisagem;
- Classificação dos espaços: espaços livres; espaços públicos e privados; espaços urbanos;
- Morfologia da paisagem urbana: conceitos, definições e elementos morfológicos;
- Metodologias de análiseurbana;
- A história dos jardins e do paisagismo: desde a Pré-História até a atualidade;
- O jardim e a paisagem brasileira;
- Estudo do paisagismo por temáticas de projeto;
- Paisagismo: perspectivas para acontemporaneidade;
- Desenvolvimento prático de propostas de intervenção paisagística em nível de estudo preliminar, planos conceituais e zoneamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

MASCARÓ, Juan Luis. **Sustentabilidade em urbanizações de pequeno porte.** Porto Alegre: Masquatro, 2010.

WATERMAN, Tim. **Fundamentos de paisagismo.** Porto Alegre: Bookman, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** Trad. Anita di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Artes e Arquitetura).

MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras.** São Paulo, FAUUSP: 2002. (Quapá, v. 2)

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele:** a arquitetura e os sentidos. Trad. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Sociologia Urbana e Meio Ambiente	SEA 1.202	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Projeto de Arquitetura I	04	60

EMENTA

Conceito de meio ambiente e evolução do pensamento ecológico após a Conferência de Estocolmo de 1972. Meio ambiente e desenvolvimento: o desafio urbano, a degradação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a garantia dos Direitos Humanos. Ecossocialismo. A cosmovisão indígena e quilombola sobre o meio ambiente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Principais enfoques sociológicos a respeito do desenvolvimento urbano;
- O arquiteto, o urbanista e o meio ambiente: identificar o papel do arquiteto e urbanista na interface do exercício profissional e as questões ambientais;
- Conceitos básicos;
- Relações entre arquitetura, urbanismo e meio ambiente;
- O quadro atual das intervenções urbanas, dos projetos arquitetônicos de porte e suas relações com o meio ambiente;
- A defesa do meio ambiente na perspectiva indígena e quilombola;
- Interpretação crítica dos instrumentos de defesa do meio ambiente;
- Ecossocialismo;
- Práticas de promoção e defesa dos Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** Companhia das letras, 2019.

MARX, Karl. **O capital.** Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011-2017. (Marx & Engels, Vols. 1, 2 e 3)

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009

DAVIS, Mike. **Planeta favela.** Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Lisboa: Ed. Presença, 1975.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1993.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** Rio: Paz e Terra, 1979.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Sistema Estrutural I	ENG 2.610	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	04	60

EMENTA

Conceituação de corpo material. Propriedades de figuras planas e tridimensionais com e sem simetria. Forças internas e externas. Conceito de tensão e deformação. Classificação das estruturas. Elementos estruturais básicos: barra, placa, viga parede, cascas, estruturas volumétricas. Morfologia das estruturas. Sistemas estruturais cujos membros trabalhem em estado de tração e compressão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceituação de corpo material: conceito de corpo material rígido que não sofre deformação;
- Propriedades de figuras planas e tridimensionais com e sem simetria: área; baricentro; centroide; volume; momento estático; momento de inércia;
- Forças internas e externas: terceira Lei de Newton;
- Conceito de tensão e deformação: introdução ao estudo das tensões; força normal; diagramas tensão *versus* deformação; Lei de Hooke; tensões admissíveis;
- Classificação das estruturas: estruturas unidimensionais – barras (vigas e pilares); estruturas bidimensionais – planas (lajes); e estruturas tridimensionais (blocos);
- Elementos estruturais básicos: barra, placa, viga parede, cascas, estruturas volumétricas;
- Morfologia das estruturas: conceituação; definição; fatores morfogênicos (funcionais, técnicos e estéticos); evolução das formas estruturais; classificação das peças estruturais; sistemas estruturais; conceituação e critério de classificação;
- Sistemas estruturais cujos membros trabalhem em estado de tração e compressão: conceituação; aspectos estáticos, construtivos e arquitetônicos; cabos; estruturas formadas por cabos; sistemas em forma de tenda; sistemas de arcos; treliças planas; treliças espaciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SILVA, Daiçon Maciel da; SOUTO, André Kraemer. **Estruturas:** uma abordagem arquitetônica. 5. ed, Porto Alegre: Ed. da UniRitter, 2015.

MCLEAN, William; SILVER, Pete; EVANS, Peter. **Sistemas estruturais.** São Paulo: Blucher, 2003.

MARGARIDO, Aluízio Fontana. **Fundamentos de estruturas:** um programa para arquitetos e engenheiros que se iniciam no estudo das estruturas. 1ª ed. São Paulo: Zigurate Editora, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOTELHO, Manoel Henrique Campos. **Resistência dos materiais:** para entender e gostar. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2015.

CHING, Francis D. K. **Arquitetura:** forma, espaço e ordem. Trad. A. H. Lamparelli. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MELCONIAN, Sarkis. **Mecânica técnica e resistência dos materiais.** 17. ed. São Paulo: Érica, 2006.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Conforto Ambiental II: Térmico	ARQ 2.208	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	04	60

EMENTA

Clima e arquitetura. As variáveis climáticas (radiação solar, luz natural, temperatura, vento e umidade) e suas interferências da arquitetura. A interferência da morfologia urbana nas condições climáticas locais. Insolação e proteção solar. Conforto térmico. Fontes de calor e trocas térmicas. Propriedades térmicas dos elementos construtivos. Arquitetura bioclimática. Eficiência energética na arquitetura.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Interrelação da arquitetura (do espaço edificado) com os fatores climáticos, com as condições de uso e manutenção e com os materiais e técnicas construtivas;
- Arquitetura bioclimática;
- Eficiência energética na arquitetura;
- Arquitetura e desenvolvimento sustentável;
- Conforto térmico: caracterização, mecanismo de controle térmico docorpo humano, fatores que influenciam o conforto térmico;
- Estratégias para conforto na edificação;
- Clima: temperatura, velocidade e umidade do ar, latitude, altitude, vegetação e insolação;
- Carta psicrométrica;
- Proteção solar;
- Carta solar;
- Elementos de sombreamento: marquises, pérgolas, brises etc.;
- Direção, velocidade e temperatura do ar;
- Pressão;
- Estratégias para favorecer a ventilação naedificação;
- Efeitoestufa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FROTA, Anésia Barros; SCHIFFER, Sueli Ramos. **Manual de conforto térmico.** 8. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2007.

LAMBERTS, Roberto; DUTRA, Luciano; PEREIRA, Fernando Oscar Ruttkay. **Eficiência energética na arquitetura.** 3. ed. São Paulo: Ministério de Minas e Energia, 2013.

MONTENEGRO, Gildo Azevedo. **Ventilação e cobertas:** estudo teórico, histórico e descontraído. São Paulo: Blucher, 1984.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORBELLA, Oscar; YANNAS, Simos. **Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos:** conforto ambiental. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

COSTA, Ennio Cruz da. **Arquitetura ecológica:** condicionamento térmico natural. São Paulo: Blucher, 1982.

COSTA, Ennio Cruz da. **Física aplicada à construção:** conforto térmico. 4. ed. rev. São Paulo:

Blucher, 1991.

LAMBERTS, Roberto et. al. **Casa Eficiente:** bioclimatologia e desempenho térmico. Florianópolis: UFSC/LabEEE, 2010.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Arquitetura bioclimática do espaço público.** Brasília: Editora UnB, 2002.

QUINTO SEMESTRE

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Projeto de Arquitetura III	ARQ 2.203	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Projeto de Arquitetura II	06	90

EMENTA

Projeto de edificação institucional. Histórico dos edifícios de uso institucional. Os usos e suas inter-relações: conexões, circulações e fluxos; fatores ambientais. Relação entre forma e uso dos espaços. Relação entre o edifício institucional e o contexto urbano. O espaço urbano e suas relações (políticas, sociais, culturais etc.). Definição de materiais e detalhes arquitetônicos básicos. Prática do projeto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Projeto:
- Pesquisa preliminar;
- Primeiras respostas aos condicionantes;
- Desenvolvimento de projeto arquitetônico institucional até o nível de pormenores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

BARREIRAS. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 651, de 16 de novembro de 2004.** Institui o Plano Diretor Urbano de Barreiras, define os mecanismos da sua gestão e dá outras providências. Disponível em: http://www.cmbarreiras.ba.gov.br/leis/2004/lei_651_004.pdf. Acesso em: 05 fev. 2019.

GREGOTTI, Vittorio. **Território da arquitetura.** Trad. Berta Waldman e Joan Villa. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. (Debates, 111)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERRAZ, Marcelo (Org.). **Lina Bo Bardi.** 5. ed. São Paulo: Instituto Bardi; Casa de Vidro; Romano Guerra Editora, 2018.

IIDA, Itiro. **Ergonomia:** projeto e produção. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Blucher, 2005.

LATORRACA, Giancarlo. **João Filgueiras Lima, Lelé.** Lisboa: Editorial Blau; São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1999.

MONEO, Rafael. **Inquietação teórica e estratégia projetual na obra de oito arquitetos contemporâneos.** Trad. Flávio Coddou. São Paulo: Cosac Naify, 2008. (Face Norte, 12)

REYES, Paulo. **Projeto por cenários:** o território em foco. Porto Alegre: Sulina, 2015. (Espaço e Urbanidade)

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Planejamento Urbano e Regional	URB 2.302	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Sociologia Urbana e Meio Ambiente	04	60

EMENTA

Conceito de planejamento urbano e seus instrumentos de intervenção. Práticas de promoção e defesa dos Direitos Humanos. Processo de produção, apropriação e uso do espaço urbano de acordo com os propósitos e princípios utilizados atualmente pelas cidades brasileiras, particularmente os que são habitualmente consignados nos planos diretores urbanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Urbanização, urbanismo, planejamento e gestão urbana;
- Cidade e espaço urbano: o que são; quem os produz;
- Planos, reformas urbanas e transformação das cidades;
- A perspectiva científica e a perspectiva política;
- A interdisciplinaridade do planejamento urbano;
- A função social da propriedade;
- Brasil: "ideologia do plano" *versus* autoconstrução das cidades; regularização fundiária; urbanização de favelas;
- Habitação de interesse social;
- Participação popular no planejamento e na gestão das cidades;
- Construção e desmanche de uma política urbana nacional;
- Processos e formas espaciais;
- Centralidade e periferia;
- Garantia dos Direitos Humanos no planejamento urbano e regional;
- Desenvolvimento, coesão e segregação socioespacial urbana;
- Conflitos, desafios, possibilidades: cidade e urbanismo como campo de disputas, *marketing* urbano, gentrificação e espetacularização dascidades;
- Cidades globais, planejamento estratégico, grandes projetos urbanos, megaeventos;
- Do "novo urbanismo" ao "urbanismo tático";
- Macro e microplanejamento urbanos;
- Levantamento de características físicas e socioeconômicas de áreas urbanas;
- Elaboração de mapas/cartografias temáticas;
- Tipos de instrumentos e seu contextosócio-político;
- Parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo, tributos e zoneamento urbano;
- Formulação de proposta de organização na escala intraurbana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

DUARTE, Fábio. **Planejamento urbano.** 2. ed. rev., atual. e amp. Curitiba: Ibpex, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMORE, Caio Santo. "'Minha Casa Minha Vida' para iniciantes". In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs.). **Minha casa... e a cidade?**Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 11-27.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único.** Petrópolis: Vozes, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. "Espetacularização urbana contemporânea". In: FERNANDES, Ana; JACQUES, Paola Berenstein (Orgs.). **Territórios urbanos e políticas culturais.** Número especial dos Cadernos PPG-AU/FAUFBA. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2004.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da Cidade:** para compreender... Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo IV	HAU 2.105	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo III	04	60

EMENTA

Principais abordagens teorico-metodológicas sobre a produção do espaço urbano. A emergência do urbanismo enquanto campo reflexivo-propositivo voltado para a intervenção na cidade moderna. Matrizes e vertentes paradigmáticas. Tendências contemporâneas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Escrita da História;
- História da Cidade e História do Urbanismo;
- Os Impérios e a urbanização na Europa;
- Cidades na Idade Média;
- Cidade renascentista;
- Cidade, urbanização e urbanismo;
- Modernidade, modernização e as grandes cidades;
- A emergência dos problemas urbanos e as origens do urbanismo: entre utopias e técnicas;
- A transformação da cidade antiga;
- Cidade-jardim e desdobramentos no "ideal" suburbano;
- A "modernização" das cidades brasileiras e o contexto latinoamericano;
- Habitação e produção da cidade na Europa do entreguerras;
- Da cidade industrial à cidade funcional: primórdios e consolidação do urbanismo funcionalista;
- Urbanismo moderno em questão: aportes críticos internacionais e nacionais;
- Cidade, urbanismo e planejamento nos CIAM: hegemonias e dissensos;
- Cidades novas e a construção de um campo profissional no Brasil e na América Latina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

CHOAY, Fraçoise. **O urbanismo:** utopias e realidades – uma antologia. Trad. D. R. Nascimento. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Estudos, 67)

HALL, Peter. **Cidades do amanhã.** São Paulo: Perspectiva, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARONE, Ana C. **Team X:** arquitetura como crítica. São Paulo: Annablume, 2002.

CALABI, Donatella. **História do urbanismo europeu.** São Paulo: Perspectiva, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade.** Campinas: Papirus, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Instalações Elétricas	ENG 2.608	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	04	60

EMENTA

Conceitos básicos e informações técnicas. Execução de instalações elétricas. Projeto de instalações elétricas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceitos e informações técnicas: eletricidade básica (I); geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; normas e resoluções sobre instalações elétricas; segurança em eletricidade; símbolos para instalações elétricas residencias e prediais;
- Execução de instalações elétricas: circuitos terminais básicos; circuitos terminais especiais; instalação de rede de eletrodutos; instalação de condutores; dispositivos e equipamentos; instalação de quadro de distribuição;
- Projeto de instalações elétricas: eletricidade básica (II); luminotécnica; previsão de cargas; demanda e dimensionamento do ramal de entrada; quadro de distribuição e circuitos terminais; dimensionamento de condutores; dimensionamento de dispositivos de proteção; dimensionamento de eletrodutos; sistemas de aterramento; sistema de proteção contra descargas atmosféricas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CREDER, Helio. **Instalações elétricas.** 15. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

CRUZ, Eduardo Cesar Alves; ANICETO, Larry Aparecido. **Instalações elétricas:** fundamentos, prá ática e projetos em instalações residenciais e comerciais. 2. ed. São Paulo: Érica, 2012.

NISKIER, Júlio; MACINTYRE, Archibald Joseph. **Instalações elétricas.** 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5410:** Instalações elétricas de baixa tensão. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO/CIE 8995-1:** Iluminação de ambientes de trabalho. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

CARVALHO JÚNIOR, Roberto de. **Instalações elétricas e o projeto de arquitetura.** 8. ed. São Paulo: Blucher, 2017.

COTRIM, Ademaro A. M. B. **Instalações elétricas.** 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **Projetos de instalações elétricas prediais.** 8. ed. São Paulo: Érica, 2003.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Conforto Ambiental III: Acústico	ARQ 2.209	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	04	60

EMENTA

Definições e conceitos. Acústica arquitetônica. Acústica urbana. Materiais acústicos. Aplicações em projetos de arquitetura e urbanismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Definições e conceitos: o fenômeno sonoro; propriedades das ondas sonoras; identificando o ambiente acústico; comportamento do som no ambiente construído; comportamento do som no ambiente urbano;
- Acústica arquitetônica: tempo de reverberação; absorção, reflexão e transmissão sonora; isolamento sonoro; NBR 15575/2013: Norma de desempenho; legislação e normas técnicas; relações acústicas entre o projeto e local e o usuário; medidas e critérios para a implantação do projeto; análise das normas NBR 10152/1987: Nível de ruído para conforto acústico e NBR 12179/1992: Tratamento acústico em recintos fechados;
- Acústica urbana: conceitos de ruído e poluição sonora; medidas de controle; barreiras acústicas; uso do equipamento (decibelímetro); mapeamento sonoro;
- Materiais para controle acústico: formas e materiais do ambiente interno; materiais acústicos e suas aplicações de forma adequada; redução dos ruídos aéreos; redução dos ruídos de impacto e vibrações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BISTAFA, Sylvio Reynaldo. **Acústica aplicada ao controle do ruído.** 2. ed. rev. São Paulo: Blucher, 2015.

CARVALHO, Régio Paniago. **Acústica arquitetônica.** 2. ed. Brasília: Thesaurus, 2010.

MARCO, Conrado Silva de. **Elementos de acústica arquitetônica.** 2. ed. São Paulo: Nobel, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FOUILLE, André. **Física das vibrações.** Porto Alegre: Globo, 1970. (Vol. 1, 2 e 3)

PEREZ MIÑANA, José. **Compendio práctico de acústica.** Barcelona: Labor, 1969.

SILVA, Pérides. **Acústica arquitetônica.** 2. ed. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; Engenharia e Arquitetura, 1971.

SILVA, Pérides. **Acústica arquitetônica e condicionamento de ar.** 5. ed. Belo Horizonte: Edtal, 2005.

SOUZA, Léa Cristina Lucas de; ALMEIDA, Manuela Guedes de; BRAGANÇA, Luís. **Bê-a-bá da acústica arquitetônica:** ouvindo a arquitetura. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Sistema Estrutural II	ENG 2.601	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Sistema Estrutural I	04	60

EMENTA

Função da estrutura, cargas e requisitos estruturais básicos. Materiais estruturais. Cargas aplicadas e reações. Equações gerais de equilíbrio. Análise de vigas e treliças. Concepção, lançamento e pré-dimensionamento do sistema estrutural no projeto de arquitetura.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Cargas aplicadas e reações: cargas concentradas, momentos aplicados, cargas distribuídas;
- Equações gerais de equilíbrio: sistema de equações de equilíbrio composto de forças e de momentos;
- Análise de vigas e treliças: determinação de reações de apoio e de esforços internos (forças axiais de tração e compressão, momentos fletores e forças cortantes);
- Função da estrutura; cargas; requisitos estruturais básicos; conceitos básicos de integração estrutura/arquitetura; carga permanente e carga acidental; esforços provenientes das variações de temperatura; vinculação das estruturas; esforços provenientes da ação do vento; esforços provenientes de deslocamentos horizontais e verticais de apoio; equilíbrio; estabilidade; resistência; economia; estética; otimização da estrutura;
- Materiais estruturais: requisitos básicos; constantes do material; coeficiente de segurança; materiais em uso na atualidade;
- Concepção, lançamento e pré-dimensionamento do sistema estrutural no projeto de arquitetura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEER, Ferdinand P.; JOHNSTON, Elwood. Russell. **Resistência dos materiais.** 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1995.

HIBBELER, R. C. **Resistência dos materiais.** 7. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

PARETO, Luis. **Mecânica e cálculo de estruturas.** 1ª ed. São Paulo: Hemus, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOTELHO, Manoel Henrique Campos. **Concreto armado, eu te amo:** para arquitetos. São Paulo: Blucher, 2016.

CARVALHO, Roberto Chust; FIGUEIREDO FILHO, Jasson Rodrigues de. **Cálculo e detalhamento de estruturas usuais de concreto armado:** segundo a NBR 6118:2003. 3. ed. São Paulo: EdUFSCar, 2010.

KIMURA, Alio. **Informática aplicada em estruturas de concreto armado:** cálculo de edifício com o uso de sistemas computacionais. São Paulo: PINI, 2007.

LEET, Kenneth M.; UANG, Chia-Ming; GILBERT, Anne M. **Fundamentos da análise estrutural.** 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.

REBELLO, Yopanan Conrado Pereira. **A concepção estrutural e a arquitetura.** 5. ed. São Paulo: Zigurate, 2007.

REBELLO, Yopanan Conrado Pereira. **Estruturas de aço, concreto e madeira:** atendimento da expectativa dimensional. São Paulo: Zigurate, 2010.

SILVER, Pete. **Sistemas estruturais.** São Paulo: Blucher, 2013.

SEXTO SEMESTRE

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Projeto de Arquitetura IV	ARQ 2.204	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Projeto de Arquitetura II	06	90

EMENTA

Caracterização e projeto da habitação de interesse social. Criação e desenvolvimento de um problema arquitetônico proposto, desde seus aspectos conceituais, socioeconômicos, funcionais, plástico-formais, sustentáveis e técnico-construtivos, até às relações ergonométricas, antropométricas do espaço edificado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Desafios da habitação popular no Brasil. Análise crítica das políticas recentes de habitação social no Brasil;
- Investigação de propostas arquitetônicas referenciais de habitação de interesse social, inclusive sobre alternativas construtivas;
- Projeto: elaboração de projeto de habitação social a partir de terreno existente proposto, levando em conta aspectos conceituais, socioeconômicos, funcionais, plástico-formais, sustentáveis, técnico-construtivos, considerando-se relações ergonométricas e antropométricas do espaço edificado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BENETTI, Pablo. **Habitação social e cidade:** desafios para o ensino de projeto. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.

MARICATO, Ermínia (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** 2. ed. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAVENA, Alejandro; IACOBELLI, Andres. **Elemental:** manual de vivienda incremental y diseño participativo. Berlim: Hatje Cantz, 2012.

CARDOSO, Adauto Lucio (Coord.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras:** uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: 2007. (Coleção Habitare)

FILARDO JÚNIOR, Angelo Salvador et al. **Manual de orientação para construção por ajuda-mútua.** 2. ed. São Paulo: IPT, 1988.

HILARY, French. **Os mais importantes conjuntos habitacionais do século XX:** plantas, cortes e elevações. Porto Alegre: Bookman, 2009.

VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula. **Usina:** entre o projeto e o canteiro. São Paulo: Aurora, 2016.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Projeto Urbanístico I	URB 2.303	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Planejamento Urbano e Regional	04	60

EMENTA

A produção do espaço urbano: seus agentes e suas formas de agir. A forma urbana: processos geradores, imagem e apropriação do espaço. As configurações espaciais e suas relações cotidianas. Fortalecimento do espaço público. Práticas de urbanismo: planos, ações, projetos em escala de baixa complexidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução ao projeto urbanístico;
- Equipamentos e mobiliáriosurbanos;
- Iluminação urbana;
- Arborização urbana;
- Tipos de pavimentação;
- Elementos morfológicos dos espaços urbanos;
- Estudo de uma área de baixa complexidade, contemplando levantamento, análise e registro do espaço urbano para a elaboração de propostas deintervenções;
- Apreensão e reconhecimento da área de estudo;
- Levantamento e análises de aspectos naturais, físicos, históricos, econômicos, sociais, dentre outros, de modo a reunir conjunto de elementos necessários para o conhecimento e a compreensão dos problemas e potencialidades da área selecionada;
- Proposta de intervenção urbanística, fundamentado nas análises anteriores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento.** São Paulo: PINI, 1990.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** Trad. Anita di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. **Legislação de proteção e incentivo à preservação do patrimônio cultural.** Salvador: P555 Edições, 2006.

MASCARÓ, Lucia; MASCARÓ, Juan Luis. **Ambiência urbana.** 3. ed. Porto Alegre: Editora Masquatro, 2009.

MASCARÓ, Lucia; MASCARÓ, Juan Luis. **Vegetação Urbana.** 3ed. Porto Alegre: Editora Masquatro, 2010.

MASCARÓ, Juan Luis. **Sustentabilidade em urbanizações de pequeno porte.** Porto Alegre: Editora Masquatro, 2010

RHEINGANTZ, Paulo Afonso (Org.). **Projeto do lugar:** colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002. (PROARQ)

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Preservação e Patrimônio Histórico Cultural I	PAC 2.401	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo III	04	60

EMENTA

Patrimônio cultural (material e imaterial). Legislação de proteção e preservação de edifícios e conjuntos urbanos de valor cultural. Cartas patrimoniais. Conceito de patrimônio cultural, preservação e tombamento. Políticas culturais voltadas à preservação do patrimônio. Patrimonialização: relações entre globalização, espetacularização, gentrificação e turismo. Atualização das funções das edificações e desafios à preservação do patrimônio. Teorias de restauração.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Inventário de bens patrimoniais;
- Fundamento constitucional brasileiro e seus efeitos jurídicos;
- Gestão do patrimônio: quem deve preservar; como preservar; principais leis que tratam do assunto etc.;
- Conceitos relacionados ao patrimônio cultural.
- Políticas culturais: conjunto de ações nas diversas instâncias (municipal, estadual, federal);
- Atualização funcional e adaptação a novos usos;
- Teorias de restauração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. **IPAC-BA:** Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1975-2002. (Vol. 1-7)

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Trad. L. V. Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais.** 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração.** Trad. Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê, 2004. (Artes & Ofícios, 5)

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

JEUDY, Henry-Pierre. **Espelho das cidades.** Trad. R. Janowitzer. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio (Orgs.). **Atlas de centros históricos do Brasil.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría contemporánea de la restauración.** Madrid: Síntesis, 2003.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Estruturas de Concreto Armado	ENG 2.614	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Sistema Estrutural II	06	90

EMENTA

Fundamentos do concreto armado. Principais elementos estruturais. Desenhos de formas. Dimensionamento nos estados limites últimos: lajes e vigas. Verificação dos estados limites de serviços. Concepção, pré-dimensionamento, cálculo e detalhamento de estruturas de concreto armado. Aplicação em edificações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Fundamentos do concreto armado;
- Viabilidade do concreto armado; vantagens e desvantagens do concreto armado; características do concreto; características do aço; as bases do dimensionamento em concreto armado; segurança;
- Projeto de estruturas de concreto armado:
- Delineamento do projeto; arranjos estruturais usuais; cargas de norma; lançamento daestrutura;
- Análise e dimensionamento de lajes:
- Determinação das cargas; tipos de lajes; critérios de projeto e disposições construtivas; cálculo e dimensionamento; exemplos de dimensionamento e detalhamento;
- Análise e dimensionamento devigas:
- Condições de apoio; determinação das cargas; análise estática; dimensionamento e esboço do detalhamento com auxílio do computador; exemplos de dimensionamento e detalhamento;
- Estudo de pilares:
- Pré-dimensionamento; comportamento de pilares curtos *versus* medianamente esbeltos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOTELHO, Manoel Henrique Campos. **Concreto armado eu te amo:** para arquitetos. São Paulo: Blucher, 2016.

BOTELHO, Manoel Henrique Campos; MARCHETTI, Osvaldemar. Concreto armado, eu te amo. 6. ed. São Paulo: Blucher, 2011. (Vol. 1 e 2).

CARVALHO, Roberto Chust; FIGUEIREDO FILHO, Jasson Rodrigues de. **Cálculo e detalhamento de estruturas usuais de concreto armado:** segundo a NBR 6118:2003. 3. ed. São Paulo: EdUFSCar, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6118:** Projeto de estruturas de concreto – procedimento. Rio de Janeiro, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6120:** Cargas para o cálculo de estruturas de edificações. Rio de Janeiro, 1980.

FUSCO, Péricles Brasiliense. **Técnica de armar as estruturas de concreto.** São Paulo: PINI, 2007.

MARGARIDO, Aluízio Fontana. **Fundamentos de estruturas:** um programa para arquitetos e engenheiros que se iniciam no estudo das estruturas. 1ª ed. São Paulo: Zigurate Editora, 2001.

PFEIL, Walter. **Concreto armado.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1969.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Conforto Ambiental IV: Lumínico	ARQ 2.210	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Instalações Elétricas	04	60

EMENTA

Natureza e comportamento da luz, noções de reflexão, refração e polarização da luz, luz e cores. Iluminação artificial: características, tipos de lâmpadas, métodos de cálculo e sistemas de controle. Aplicações na arquitetura e no desenho urbano. Arquitetura e sustentabilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Comportamento físico da luz
- Reflexão e refração;
- Reflexão interna total;
- A luz e a sensibilidade do olho humano;
- Luz e cores;
- Conceitos básicos de luminotécnica;
- Quantidade e qualidade de iluminação interna;
- Iluminação de ambientes;
- Método de iluminação;
- Tipos e seleção de lâmpadas;
- Integração de luz, ar-condicionado e som;
- Recomendações de aplicação luminosa em ambientes;
- Iluminação natural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BROWN, G. Z.; DEKAY, Mark. **Sol, vento & luz:** estratégias para o projeto de arquitetura. Trad. A. F. Silva. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2004.

MASCARÓ, Lucia (Org.). **A iluminação do espaço urbano.** Porto Alegre: Masquatro, 2006.

TREGENZA, Peter; LOE, David. **Projeto de iluminação.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5413:** Iluminância de interiores. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

BRANDSTON, Howard M. **Aprender a ver:** a essência do design da iluminação. Trad. Paulo Sergio Scarazzato. São Paulo: De Maio, 2010.

SILVA, Mauri Luiz da. **Iluminação:** simplificando o projeto. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

SILVA, Mauri Luiz da. **Luz, lâmpadas e iluminação.** 4. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2014.

VIANNA, Nelson Solano; GONÇALVES, Joana Carla Soares; MOURA, Norberto. **Iluminação natural e artificial.** Brasília: ELETROBRAS, 2011. (Vol. 1)

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Instalações Hidrossanitárias	ENG 2.609	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	04	60

EMENTA

Instalações prediais de água fria e quente. Instalações prediais de esgoto sanitário e águas pluviais. Etapas de uma instalação hidrossanitária residencial e predial. Componentes e equipamentos hidráulicos e sanitários. Projeto de uma instalação de água e esgoto residencial e predial. Instalações hidrossanitárias sustentáveis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Instalações prediais de água fria: conceituação; partes componentes; dimensionamento; materiais empregados;
- Instalações prediais de água quente: conceituação; sistemas de geração e distribuição; materiais empregados; isolação térmica;
- Instalações prediais de esgotos sanitários: conceituação; partes componentes; dimensionamento; caixas de gordura; materiais empregados; noções de tratamento;
- Instalações prediais de águas pluviais: conceituação; partes componentes; dimensionamento;
- Reuso, minimização de gastos, aquecimento solar da água.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOTELHO, Manoel Henrique Campos; RIBEIRO JUNIOR, Geraldo de Andrade. **Instalações hidráulicas prediais:** utilizando tubos plásticos. 4. ed. São Paulo: Blucher, 2014.

CARVALHO JÚNIOR, Roberto de. **Instalações hidráulicas e o projeto de arquitetura.** 7. ed. São Paulo: Blucher, 2013.

CREDER, Hélio. **Instalações hidráulicas e sanitárias.** 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5626:** Instalação predial de água fria. Rio de Janeiro, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7198:** Projeto e execução de instalações prediais de água quente. Rio de Janeiro, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 8160:** Sistemas prediais de esgoto sanitário – projeto e execução. Rio de Janeiro, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10844:** Instalações prediais de águas pluviais. Rio de Janeiro, 1989.

SAUTCHÚK, Carla Araújo et. al. **Conservação e reúso da água em edificações.** 2. ed. São Paulo: Prol, 2006.

SÉTIMO SEMESTRE

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Preservação e Patrimônio Histórico Cultural II	PAC 2.402	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Preservação e Patrimônio Histórico Cultural I	04	60

EMENTA

Levantamento histórico e físico das edificações; identificação de patologias e diagnóstico. Preservação do patrimônio no Brasil. Tecnologias de intervenção. Revitalização e recuperação de áreas degradadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Técnicas construtivas tradicionais: sistemas estruturais, pinturas e revestimentos;
- Prática da intervenção;
- Prática da conservação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. **Dicionário da arquitetura brasileira.** 1ª ed. São Paulo: Edart, 1972.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. (Debates, 18)

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil:** sistemas construtivos. 5. ed. rev. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Frederico Faria Neves. **Conservação de cantarias:** manual. Brasília: IPHAN, 2005.

KANAN, Maria Isabel. **Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos a base de cal.** Brasília: IPHAN; Programa Monumenta, 2008.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **A documentação como ferramenta de preservação da memória:** cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia. Brasília: IPHAN; Programa Monumenta, 2008.

PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio (Orgs.). **Atlas de centros históricos do Brasil.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

SANTIAGO, Cybele Celestino. **O solo como material de construção.** Salvador: EDUFBA, 1996.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Projeto de Arquitetura V	ARQ 2.205	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Projeto de Arquitetura III	06	90

EMENTA

Planejamento e projeto de edifício multifuncional de uso público (equipamento urbano). Coleta de informações (identificação de necessidades/coleta de dados); interpretação (análise da informação/identificação de instrumentos legais e técnicos); programa de necessidades para edificações; formulação (concepção e desenvolvimento de alternativas); diretrizes de planejamento e desenvolvimento do anteprojeto; desenvolvimento do projeto executivo, memorial descritivo, caderno de especificação técnica de materiais e detalhamentos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Condicionantes de projeto, coletas de dados e instrumentos legais e técnicos;
- Elaboração de programa de necessidades;
- Investigação de projetos referenciais;
- Diretrizes de planejamento e desenvolvimento do anteprojeto;
- Desenvolvimento do projeto executivo, memorial descritivo, caderno de especificação técnica de materiais e detalhamentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARRANZA, Edite Galote; CARRANZA, Ricardo. **Detalhes construtivos de arquitetura.** São Paulo: PINI, 2014.

MONEO, Rafael. **Inquietação teórica e estratégia projetual na obra de oito arquitetos contemporâneos.** Trad. Flávio Coddou. São Paulo: Cosac Naify, 2008. (Face Norte, 12)

ROSSI, Oriode José. **Espaço multiuso:** o projeto de arquitetura do espaço Brooklin – da concepção à implantação. São Paulo: Dupla, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERRAZ, Marcelo (Org.). **Lina Bo Bardi.** 5. ed. São Paulo: Instituto Bardi; Casa de Vidro; Romano Guerra Editora, 2018.

JODIDIO, Philip. **Álvaro Siza:** complete works - 1952-2013. Cologne: Taschen, 2014.

JODIDIO, Philip. **Ando:** complete works 1975‑today. Cologne: Taschen, 2014

JODIDIO, Philip. **Hadid:** complete works 1979‑today. Cologne: Taschen, 2013.

PHILLIPS, David; YAMASHITA, Megumi. **Detalhes construtivos da arquitetura contemporânea com concreto.** Porto Alegre: Bookman, 2013.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Projeto Urbanístico II	URB 2.304	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Projeto Urbanístico I	04	60

EMENTA

Reflexão crítica sobre as relações entre a arquitetura, planejamento e projeto urbano. Mobilidade urbana. Implantação de sistema de infraestrutura geral e sistema viário. Práticas de urbanismo: planos, ações, projetos em escala de média complexidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Tecido urbano;
- Aspectos do traçado urbano;
- Tipos de traçado;
- Usos do solo;
- Formas dos lotes
- Sistema viário e transporte:
- Classificação viária segundo a legislação municipal;
- Vias para veículos;
- Vias para pedestres, ciclovias e de uso misto;
- Tipos de pavimentação: pontos positivos, negativos e custos;
- Transporte público urbano;
- Infraestrutura geral;
- Sistemas de drenagem;
- Sistemas de iluminação urbana;
- Arborização urbana;
- Mobiliário urbano;
- Consulta a legislação vigente;
- Estudo de uma área de média complexidade, contemplando levantamento, análise crítica e registro do espaço urbano para a elaboração de propostas de intervenções;
- Proposta de intervenção urbanística fundamentada nas análises anteriores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MASCARÓ, Juan Luis. **Loteamentos urbanos.** 2.ed. Porto Alegre: Masquatro,2005.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de cartas.** Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa:** a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3. ed. São Paulo: Projeto, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARREIRAS. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 651, de 16 de novembro de 2004.** Institui o Plano Diretor Urbano de Barreiras, define os mecanismos da sua gestão e dá outras providências.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** Trad. Rubens E. Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana.** Trad. Francisco Leitão. Brasília: Editora UnB, 2006.

PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. **Formas urbanas:** a dissolução da quadra. Trad. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2013.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Estrutura do Aço e Madeira	ENG 2.616	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Estruturas de Concreto Armado	04	60

EMENTA

Estudo dos sistemas estruturais, com ênfase na sistematização, padronização e eficiência dos processos construtivos. Apresentação dos procedimentos construtivos das alternativas estruturais: estruturas metálicas de aço e estruturas de madeira. Definição da forma em função do desempenho estrutural. Noções sobre o dimensionamento e detalhamento de estruturas metálicas e de madeira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As estruturas de aço na arquitetura: formas arquitetônicas e sistemas estruturais indicados;
- Processos construtivos para estruturas metálicas de aço;
- Tecnologias existentes;
- Soluções compatíveis para pisos e vedações;
- Ligações de elementos em aço;
- Pré-dimensionamento: peças tracionadas, comprimidas e sob flexão;
- As estruturas de madeira na arquitetura;
- Sistemas usuais em madeira;
- Madeiras empregadas em estruturas: tipos, perfis e derivados;
- Ligações de elementos em madeira;
- Elaboração e leitura de projetos de estruturas em madeira;
- Montagens das estruturas em madeira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Luís Andrade de Mattos. **Aço e arquitetura:** estudo de edificações no Brasil. São Paulo: Zigurate, 2004.

PFEIL, Walter. **Estruturas de madeira.** 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2012.

REBELLO, Yopanan Conrado Pereira. **Estruturas de aço, concreto e madeira:** atendimento da expectativa dimensional. São Paulo: Zigurate, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7190:** Projeto de estruturas de madeira. Rio de Janeiro, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 8800:** Projeto e execução de estruturas de aço e de estruturas mistas aço-concreto de edifícios. Rio de Janeiro, 2008.

DIAS, Antonio Alves et al. **Estruturas de madeira:** projetos, dimensionamento e exemplos de cálculos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

DIAS, Luís Andrade de Mattos. **Aço e arquitetura:** edificações de aço no Brasil. São Paulo: Zigurate, 2001.

PINHEIRO, Antonio Carlos da Fonseca Bragança. **Estruturas metálicas:** cálculos, detalhes, exercícios e projetos. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2005.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Estágio Supervisionado	EST 3.101	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Ter cursado 75% das disciplinas obrigatórias do curso	16	240

EMENTA

Orientação ao desenvolvimento de trabalho, dentro da área de arquitetura, urbanismo, e/ou paisagismo, junto a uma empresa ou instituição credenciada pela Coordenação do curso, a partir do 7º período. Contato do estudante com situações, contextos, empresas e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações no ambiente de atuação profissional. Estágio com orientação bilateral e apresentação formal de um relatório em forma de seminário. Inclui 210h de atividades a serem desenvolvidas pelo discente no local de estágio.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Estágio supervisionado: definições, características, plano de trabalho;
- Informações experimentais e técnicas: atividadesespecíficas;
- Elaboração de relatórios parciais e finais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA. **Manual de contratação dos serviços de arquitetura e urbanismo.** 2. ed. São Paulo: PINI, 2000.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de

estudantes e dá outras providências.

PINI. **Exercício profissional da arquitetura:** roteiro para profissionais e estudantes. 1ª ed. São Paulo: PINI, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Carlos Antonio Leite. **A formação do homem moderno vista através da arquitetura.** 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CHALITA, Gabriel. **Os dez mandamentos da ética.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Manual do arquiteto e urbanista.** 2. ed. Brasília: CAU/BR, 2015.

PADILHA, Ênio. **Administração de escritórios de arquitetura e engenharia.** 2. ed. Balneário Camboriú: Oito Nove Três, 2014.

MASCARÓ, Juan Luís. **O custo das decisões arquitetônicas.** 5. ed. Porto Alegre: Masquatro, 2010.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Ética e Prática Profissional	SEA 1.203	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	02	30

EMENTA

A profissão do arquiteto e urbanista como responsabilidade social, ambiental e de Direitos Humanos. Ética e a prática profissional na arquitetura e no urbanismo. Entendimento do ambiente profissional do arquiteto e urbanista, compreendendo as diferentes relações de trabalho e os diversos protocolos profissionais. Áreas de atuação profissional, venda técnica de serviços, limites de atuação profissional e Código de Ética Profissional. Código de Posturas. Identificação de irregularidades edilícias e urbanísticas locais diante da postura profissional. Legislação pertinente. Fontes para denúncias: Conselhos Urbanos e Ministério Público. Abordagens reais da ilegalidade para uso futuro no exercício profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Ética e prática profissional:
  - Ler é preciso: Código de Ética Profissional do Conselho de Arquitetura e Urbanismo; ética profissional e mercado de trabalho;
  - Relações de trabalho e os diversos protocolos profissionais; responsabilidade técnica e socioambiental do arquiteto e urbanista; direitos autorais;
- Clientes:
  - Direitos e responsabilidades;
- Legislaçãourbana:
  - Compatibilização entre ideias e possibilidades de aprovação;
  - Direito de propriedade e direito de construir: semelhanças e diferenças; função social da cidade (Lei nº 10.257/2001);
  - Instrumentos compensatórios: preservação e desenvolvimento; desenvolvimento das cidades (Lei do Perímetro Urbano);
  - Volumetria e adensamento na preservação dos condicionantes ambientais: Lei de Uso e Ocupação do Solo e Lei de Parcelamento do Solo Urbano.
  - Conceito de Direitos Humanos; a ONU e a Constituição de 1988.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA. **Manual de Contratação dos Serviços de Arquitetura e Urbanismo.** 2 ed. São Paulo: PINI, 2000.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Manual do arquiteto e urbanista.** 2. ed. Brasília: CAU/BR, 2015.

TORRES, João Carlos Brum (Org.). **Manual de ética:** questões de ética teórica e aplicada: contribuições para estudo da ética filosófica e análise de problemas morais. Petrópolis: Vozes; Caxias do Sul: EDUCS; Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSIS, José Chacon de. **Brasil 21:** uma nova ética para o desenvolvimento. 6. ed. rev. Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. Governo Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de 10 de1988.** Brasília, 1988.

CHALITA, Gabriel. **Os dez mandamentos da ética.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Nações unidas Brasil.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SANTOS, Manuella. **Direito autoral na era digital:** impactos, controvérsias e possíveis soluções. São Paulo: Saraiva, 2009.

OITAVO SEMESTRE

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Projeto de Arquitetura VI	ARQ 2.206	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Projeto de Arquitetura II e Projeto de Arquitetura III	06	90

EMENTA

Arquitetura como elemento de criação de espaços internos. Os elementos naturais (luz, sombra, água e vento) para a valorização dos espaços arquitetônicos internos. Arquitetura de interiores *versus* decoração. Especificações: elementos essenciais para a funcionalidade, estética e durabilidade. Detalhamento de espaços arquitetônicos internos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceitos relativos à arquitetura de interiores;
- Diferenciação da arquitetura de interiores e decoração;
- As relações de luz e sombra na arquitetura;
- Utilização da cor nos ambientes, seus efeitos psicológicos no cotidiano das pessoas;
- Investigação de propostas referenciais de ambientes internos;
- Identificação do partido arquitetônico visando à relação harmônica entre produto e cliente;
- Estudos de *layout*: organização espacial; acessos e fluxograma; instalações; materiais de revestimento;
- *Design* de móveis e sua relação com *design* de interiores;
- Apropriação dos condicionantes do ambiente natural e artificial com olhar para a sustentabilidade;
- Investigação das possibilidades de especificação de iluminação artificial a partir das condicionantes do projeto;
- Detalhamentos: características técnicas de manutenção e uso dos materiais escolhidos; marcenaria, marmoraria, vidro e outros;
- Desenvolvimento de projeto de arquitetura de interiores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DOYLE, E. Michael. **Desenho a cores:** técnicas de desenho de projeto para arquitetos, paisagistas e designers de interiores. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GURGEL, Miriam. **Projetando espaços:** design de interiores. São Paulo: SENAC, 2007.

MANCUSO, Clarice. **Arquitetura de interiores e decoração:** a arte de viver bem. Porto Alegre: Sulina, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CIACCO, C. F. Um olhar sobre o design brasileiro. São Paulo: SCP, 2002.

GUERRINI, Délio Pereira. **Iluminação:** teoria e projeto. São Paulo: Érica, 2007.

LACY, Marie Luise. **O poder das cores no equilíbrio dos ambientes.** São Paulo: Ed. Pensamento, 1996.

MONT'ALVÃO, Claudia; DAMAZIO, Vera (Orgs.). **Design, ergonomia, emoção.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2008.

PANERO, Julius; ZELNIK, Martin. **Dimensionamento humano para espaços interiores:** um livro de consulta e referência para projetos. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Orçamento, Planejamento e Gerenciamento de Obras	ENG 2.617	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Tecnologia da Construção	04	60

EMENTA

Composição e componentes de custos em um empreendimento imobiliário. Planejamento e gerenciamento de obra e canteiro. Principais aspectos da Lei nº 8.666/1993 aplicada à arquitetura e urbanismo. Ferramentas de gerenciamento de obras. Projetos; especificações; orçamentos e organogramas. Análise custos em função do prazo de execução.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução: o processo de orçamento e planejamento em obras da construção civil;
- Documentação técnica: projetos; especificações técnicas; caderno de encargos; memorial descritivo; planilha orçamentária; cronograma;
- Noções sobre edital de licitação (Lei de Licitações, nº 8.666/1993): conceito geral, principais aspectos, sua interpretação e utilização;
- Orçamentação: levantamento de quantitativos e critérios de medição; insumos (materiais, mão de obra e equipamentos); composições unitárias de custos de serviços; cotação e obtenção dos preços dos insumos; cálculo dos custos diretos de uma obra; levantamento dos custos indiretos e cálculo do BDI. Análise das curvas "ABC" de insumos, serviços, mão de obra e materiais;
- Planejamento: programação de obras; etapas do trabalho; dimensionamento de equipes; cronograma físico-financeiro; cronograma de barras; programação PERT-COM; análise e controle de execução de serviços;
- Orçamento informatizado: utilização de *software* para execução de orçamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIMMER, Carl. V. **Planejamento, orçamentação e controle de projetos e obras.** Rio de Janeiro: LTC, 2010.

MATTOS, Aldo Dórea. **Planejamento e controle de obras.** São Paulo: PINI, 2010.

TISAKA, Maçahiko. **Orçamento na construção civil:** consultoria, projeto e execução. São Paulo: PINI, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAETA, André Pachioni. **Orçamento e controle de preços de obras públicas.** São Paulo: PINI, 2012.

BERNARDES, Maurício Moreira e Silva. **Planejamento e controle da produção para empresas de construção civil.** Rio de Janeiro: LTC, 2003.

BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento da informação:** um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. São Paulo: Atlas, 1998.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, 22 de junho, 1993.

GIAMMUSSO, Salvador. E. **Orçamento e custos na construção civil.** São Paulo: PINI, 1991.

GOLDMAN, Pedrinho. **Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil brasileira.** 2. ed. São Paulo, 1986.

TCPO 14: tabelas de composição de preços para orçamentos. São Paulo: Pini, 2012.

VIEIRA NETTO, Antonio. **Como gerenciar construções.** São Paulo: PINI, 1988.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Projeto Urbanístico III	URB 2.305	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Projeto Urbanístico II	04	60

EMENTA

Formulação de diretrizes de intervenção. Desenvolvimento de projeto urbanístico com viÉs socio-énico-racial. Sistema viário, zoneamento, redes e conexões intra e/ou interurbanas. Práticas de urbanismo: planos, ações, projetos em escala de alta complexidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Identificação de indicadores tradicionais e sensíveis;
- Interações entre as formas da cidade e os seus cidadãos;
- Aspectos relativos às atividades econômicas, o uso social e sua relação com o ambiente natural;
- Aspectos das legislações vigentes na área estudada;
- Territórios e paisagens urbanas;
- Espaço natural/construído e espaço público/privado; traçados e hierarquias; tecidos urbanos; planejamento ambiental;
- Estudo de uma área de alta complexidade, contemplando levantamento, análise e narrativas do território para a elaboração de propostas de intervenção;
- Proposta de intervenção urbanística fundamentada nas análises anteriores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Cartografia & educação.** Brasília: Mapas Editora& Consultoria, 2008. (Mapas Temáticos)

RIBEIRO, Ana Clara Torres; CAMPOS, Andrelino de Oliveira; SILVA, Catia Antonia da (Orgs.). **Cartografia da ação e movimentos da sociedade:** desafios das experiências urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de cartas.** Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. (Vol. 1)

FERNANDES, Ana (Org.). **Acervo EPUCS:** contextos, percursos, acesso. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014.

MICHÈLE, Jolé. Reconsiderações sobre o andar na observação e compreensão do espaço urbano. In: **Caderno CRH**, vol. 18, núm. 45, set-dez. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. “Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo”. In: VELHO, Gilberto (Org.). **O desafio da cidade.** Rio de Janeiro, Campus, 1980, p. 37-57.

ZAPATEL, Juan Antonio. **Barcelona:** transformação urbanística (1979-1992). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Segurança do Trabalho	ENG 2.601	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	02	30

EMENTA

Conceito de engenharia de segurança. O arquiteto e urbanista e a engenharia de segurança. O ambiente de trabalho do arquiteto e urbanista: iluminação, ventilação e ergonomia. Riscos ambientais: químicos, físicos e biológicos. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Histórico da segurança do trabalho;
- Definição de segurança, risco e perigo;
- Normas regulamentadoras: legislação;
- NR 18: condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
- NR 09: programa de prevenção de riscos ambientais;
- NR 15: atividades insalubres;
- Ergonomia, síndrome do edifício doente;
- Projetos arquitetônicos voltados para a segurança da edificação;
- A segurança no espaço edificado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANDÃO, Cláudio. **Acidente do trabalho e responsabilidade civil do empregador.** 4. ed. São Paulo: LTr, 2015.

TANIMOTO, Armando Hirohumi; SOUZA, Claudio Reynaldo Barbosa de; WANDERLEY, Rafael Gomes (Org.). **Estudos em segurança, meio ambiente e saúde.** Salvador: IFBA, 2012.

ZVEIBIL, V. Z. (Coord). **Manual de gerenciamento integrado de resíduos sólidos.** Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978.** Aprova as Normas Regulamentadoras – NR – do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR-4:** Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho. 2016.

FUNDACENTRO. **NHO 11:** Avaliação dos níveis de iluminamento em ambientes internos de trabalho. São Paulo: Fundacentro, 2018. (Normas de Higiene Ocupacional).

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Meio ambiente do trabalho:** direito, segurança e medicina do trabalho. São Paulo: Método, 2006.

KROEMER, Karl H. E.; GRANDJEAN, Etienne. **Manual de ergonomia:** adaptando o trabalho aohomem. Trad. L. B. M. Guimarães. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

TORTORELLO, Jayme Aparecido. **Acidentes do trabalho:** teoria e prática. 2.ed.atual. São Paulo: Saraiva, 1996.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Construções Sustentáveis	ENG 2.619	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Sociologia Urbana e Meio Ambiente	04	60

EMENTA

Conceituação da construção sustentável. Ciclo de vida dos materiais. Gestão dos resíduos da construção. Otimização e redução do uso de recursos naturais. O mercado imobiliário e as construções sustentáveis. Certificação das construções. Arquitetura bioclimática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceito de construção sustentável;
- A questão ambiental:
    - Energia, matéria prima natural renovável e não renovável;
    - Introdução do conceito de ciclo de vida;
    - Impactos da cadeia produtiva e do consumo;
    - Impactos da construção civil no meio ambiente;
    - Resíduos da construção civil;
    - Geração de resíduos na construção civil;
    - Conceituação de perdas na construção civil;
    - Características dos resíduos da construção e demolição;
    - Canteiro sustentável;
    - Gestão dos resíduos da construção e demolição
    - Proposta de material.
- Proposta de reaproveitamento de material;
- Reaproveitamento/reuso de água;
- Energias renováveis, ênfase no uso doméstico;
- Experiências e estudos de caso sobre construções sustentáveis;
- Condições do mercado das construções sustentáveis;
- Características das certificações das construções sustentáveis;
- Arquitetura bioclimática e sustentável;
- Aplicação dos conceitos de arquitetura bioclimática em projeto escolhido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COMISSÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTÁVEL E DA AGENDA 21 NACIONAL. **Agenda 21 brasileira:** ações prioritárias. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004; Belo Horizonte: CETEC, 2007.

SOUZA, Roberto de; MEKBEKIAN, Geraldo. **Qualidade na aquisição de materiais e execução de obras.** São Paulo, 1996.

VAN LENGEN, Johan. **Manual do arquiteto descalço.** São Paulo: Empório do Livro, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1993.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução nº 307, 05 de julho de 2002.** Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Diário Oficial

da República Federativa do Brasil, Brasília, nº 136, Seção I, p. 95-96, 17 de julho de 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução nº 348, 16 de agosto de 2004.** Altera a resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, nº 158, Seção I, p. 70, 17 de agosto de 2004.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável.** São Paulo: Annablube, 2001.

AGOPYAN, Vahan; JOHN, Vanderley M. **O desafio da sustentabilidade na construção civil**. 1ª ed. São Paulo: Blucher, 2011. (Série Sustentabilidade)

NONO SEMESTRE

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Fundamentos do Trabalho de Conclusão de Curso	FTF 2.701	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Ter concluído até o 8º semestre do curso	12	180*

EMENTA

Montagem de pesquisa e pressupostos temáticos para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso. Plano individual sobre tema de livre escolha do aluno, obrigatoriamente relacionado com as atribuições profissionais e os conteúdos adquiridos ao longo do curso. *Da carga horária definida, apenas 15h serão presenciais, em horário a combinar com o docente. As demais horas são para desenvolvimento do trabalho (pesquisas em campo, levantamentos de dados diversos, estudos e desenvolvimento da fundamentação e justificativa do projeto etc.).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Orientação docente no desenvolvimento de pesquisa com vistas ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso: elaborar e apresentar um plano de trabalho, associado a um texto acadêmico a ser elaborado como fundamentação (tais como levantamento de condicionantes, programa de necessidades, partido arquitetônico etc.);
- Metas a serem cumpridas no desenvolvimento do trabalho;
- Definições conceituais, formais, propositivas, gráficas etc.;
- Consolidação do texto acadêmico de fundamentação;
- Seminário coletivo de apresentação dos temas: apresentação obrigatória do tema escolhido a ser desenvolvido durante o último semestre letivo;
- Elaboração de material escrito/gráfico/tridimensional a ser apresentado como requisito para obtenção da nota da disciplina, avaliado pelo orientador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis.** Trad. Diogo Mainardi. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHING, Francis D. K. **Dicionário visual de arquitetura.** Trad. J. Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura.** Trad. C. E. L. Machado. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010.** Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs; e dá outras providências.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** Trad. Anita di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura:** antologia teórica (1965-1995). Trad. Vera Pereira. 2. ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele:** a arquitetura e os sentidos. Trad. Alexandre Salvaterra.

Porto Alegre: Bookman, 2011.

DÉCIMO SEMESTRE

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Trabalho de Conclusão de Curso	FTF 2.702	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Ter cursado todas as disciplinas obrigatórias do curso	12	180*

EMENTA

Trabalho supervisionado individual sobre tema de livre escolha, obrigatoriamente relacionado com as atribuições profissionais e os conteúdos adquiridos ao longo do curso. O trabalho final de graduação como síntese, como complemento, como pesquisa sobre determinada área de interesse, como ampliação do campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo e como ensaio espacial. Verificar a capacidade de enfrentamento, por parte do estudante, de problemáticas análogas às profissionais, de forma autônoma e crítica, apoiando-se nas reflexões, sistematizações e estudos desenvolvidos em "Fundamentos do Trabalho de Conclusão de Curso". * Da carga horária definida, apenas 15h serão presenciais, em horário a combinar com o docente. As demais horas são para desenvolvimento do trabalho, de acordo com o PPC do curso.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Trabalho de Conclusão de Curso;
- Orientação docente;
- Desenvolvimento, a partir das reflexões, sistematizações e estudos desenvolvidos em "Fundamentos do Trabalho de Conclusão de Curso";
- Pré-banca;
- Avaliação final por uma banca examinadora, cuja composição deverá seguir os critérios estabelecidos no Plano Pedagógico do Curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis.** Trad. Diogo Mainardi. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHING, Francis D. K. **Dicionário visual de arquitetura.** Trad. J. Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura.** Trad. C. E. L. Machado. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010.** Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs; e dá outras providências.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** Trad. Anita di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura:** antologia teórica (1965-1995). Trad. Vera Pereira. 2. ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele:** a arquitetura e os sentidos. Trad. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.

ANEXO II – Ementário das disciplinas optativas

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Introdução às Técnicas Digitais para Arquitetura e Urbanismo	INF 2.503	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Informática Aplicada à Arquitetura	02	30

EMENTA

Apresentação de *softwares* utilizados para a apresentação de projetos de arquitetura e urbanismo. Apresentação de programas e ferramentas básicas para humanização de peças gráficas e diagramação de pranchas. Introdução ao *software* de manipulação de imagens e suas ferramentas para realização de fotomantagens, texturas, ajustes de luz e cor. Introdução a *softwares* com tecnologia BIM (Building Information Model).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Projetos de arquitetura e urbanismo humanizados;
- Diagramação de pranchas *versus* comunicação do projeto de arquitetura e urbanismo;
- Conceituação da tecnologia BIM.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Decreto que institui o Comitê Estratégico de Implementação do Building Information Modelling, de 5 de junho de 2017.

DOYLE, E. Michael. **Desenho a cores:** técnicas de desenho de projeto para arquitetos, paisagistas e designers de interiores. Porto Alegre: Bookman, 2002.

REGO, Rejane de Moraes. **Arquitetura e tecnologias computacionais:** novos instrumentos mediadores e as possibilidades de mudança no processo projetual. 2000. 173 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARISON, Maria Bernadete. **Introdução de modelagem da informação da construção (BIM) no currículo:** uma contribuição para a formação do projetista. 2015. 387 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Construção Civil) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo. 2015.

FLORIO, Wilson. "Contribuições do Building Information Modeling no processo de projeto em arquitetura". In: Encontro de Tecnologia de Informação e Comunicação na Construção Civil, 3, 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Integração em Sistemas em Arquitetura, Engenharia e Construção, 2007.

LEGGITT, Jim. **Desenho de arquitetura:** técnicas e atalhos que usam tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2004.

VINCENT, Charles de Castro. **Processos de projeto e computação gráfica:** uma abordagem didática. 2003. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2003.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Conservação e Uso Eficiente de Energia	ARQ 2.211	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Conforto Ambiental II: Térmico	02	30

EMENTA

Conceitos básicos. Ações administrativas de gerenciamento. Fator de potência. Diagnóstico energético. Análise de viabilidade. Certificação ambiental de edificações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceitos básicos:
  - Conceitos básicos do setor elétrico brasileiro;
  - Principais entidades do setor elétrico;
  - Programa brasileiro de etiquetagem e Selo PROCEL;
  - Matriz energética;
  - Qualidade de energia;
- Ações administrativas de gerenciamento:
  - Estrutura tarifária;
  - Fator de carga;
  - Fatura de energia;
  - Mercado livre;
- Fator depotência:
  - Como entender o fator depotência;
  - Causas de um baixo fator depotência;
  - Consequências do baixo fator depotência;
  - Dimensionamento do banco de capacitores;
  - Tipos de banco de capacitor;
  - Escolha da localização dos capacitores;
- Diagnóstico energético:
  - Sistema de iluminação eficiente;
  - Sistema de ar-condicionado eficiente;
  - Sistema de força motriz eficiente;
  - Sistema eficiente de aquecimento de água;
- Análise de viabilidade:
  - Indicadores financeiros de análise;
  - Fatores de risco e benefícios indiretos;
- Certificação ambiental de edificações:
  - Certificação água;
  - Certificação LEED;
  - Programa Brasileiro de Etiquetagem do PROCEL.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, Benjamin Ferreira de; BORELLI, Reinaldo; GEDRA, Ricardo Luís. **Eficiência Energética:** técnicas de aproveitamento, gestão de recursos e fundamentos. São Paulo: Érica, 2015.

BARROS, Benjamim Ferreirade; BORELLI, Reinaldo; GEDRA, Ricardo Luis. **Gerenciamentode**

energia: ações administrativas e técnicas de uso adequado da energia elétrica. São Paulo: Érica, 2011.

REIS, Lineu Belico dos; ROMÉRO, Marcelo de Andrade. **Eficiência energética em edifícios.** São Paulo: Manole, 2012. (Série Sustentabilidade)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LAMBERTS, Roberto; DUTRA, Luciano; PEREIRA, Fernando Oscar. Ruttkay. **Eficiência energética na arquitetura.** 2. ed. São Paulo: Prolivros, 2004.

MAIA, José Luiz Pitanga et al. **Manual de prédios eficientes em energia elétrica.** Rio de Janeiro: IBAM/ELETROBRAS/PROCEL, 2002.

MOREIRA, José Roberto Simões (Org.). **Energias renováveis, geração distribuída e eficiência energética.** São Paulo: Grupo GEN; LTC, 2017.

SÁ, André Fernando Ribeiro de. **Guia de aplicações de gestão de energia e eficiência energética.** 3 ed. Porto: Publindústria, 2010.

VIANA, Augusto Nelson Carvalho et al. **Eficiência energética:** fundamentos e aplicações. 1ª ed. Campinas: Elektro, 2012.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Docência Superior	COM 1.406	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	04	60

EMENTA

Teorias pedagógicas: o ato de ensinar e aprender; como ensinar; como os estudantes aprendem; o Ensino Superior, com ênfase no curso de Arquitetura e Urbanismo e no perfil do estudante. Modelos de Ensino, as competências do docente do Ensino Superior. O compromisso social do educador. Prática em docência superior presencial e à distância. Aulas práticas com acompanhamento de técnico-pedagógico. Plataforma Moodle com instrumento no ensino à distância. Atuação pedagógica reflexiva e transformativa na formação de profissionais de arquitetura e urbanismo e de homens comprometidos com o desenvolvimento humano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Teorias pedagógicas: o ato de ensinar e aprender; como ensinar; como os estudantes aprendem;
- Ensino Superior, com ênfase no curso de Arquitetura e Urbanismo e no perfil do estudante;
- Modelos de Ensino, as competências do docente do Ensino Superior;
- O compromisso social do educador;
- Prática em docência superior presencial e à distância;
- Atuação pedagógica reflexiva e transformativa na formação de profissionais de arquitetura e urbanismo e de homens comprometidos com o desenvolvimento humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARTIGAS, Rosa; LIRA, José Tavares Correia de (Orgs.). **Caminhos da arquitetura:** Vilanova Artigas. 4. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2004. (Coleção Face Norte, 8)

PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar.** Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. (Biblioteca Artmed)

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BELLONI, Maria Luiza. **Educação à distância.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas et al. **Avaliação da aprendizagem no ensino superior:** um retrato em cinco dimensões. Londrina: EDUEL, 2001.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org**.). Didática e Interdisciplinaridade.** 15. ed. Campinas: Papirus, 2010. (Coleção Práxis)

GOMES, Heloisa Maria; MARINS, Hiloko Ogihara. **A ação docente na educação profissional.** São Paulo: SENAC, 2004.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Tópicos em Estrutura	ENG 2.620	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Estruturas de Concreto Armado	02	30
EMENTA		
Cálculo, dimensionamento e detalhamento de estruturas de concreto armado e estruturas mistas de concreto e aço com o auxílio de ferramentas informatizadas.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
Atividade prática integrada à disciplina de projeto: cálculo, dimensionamento e detalhamento de estruturas de concreto, com o auxílio de ferramentas informatizadas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
KIMURA, Alio. **Informática aplicada em estruturas de concreto armado:** cálculo de edifício com o uso de sistemas computacionais. 2 ed. ampl. e atual. São Paulo: Oficina de Textos, 2018. POLILLO, Adolpho. **Dimensionamento de concreto armado.** Rio de Janeiro: Editora Científica, 1973. (Vol. 1 e 2)		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
PFEIL, Walter. **Concreto armado.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1969.		

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Gestão Ambiental	SEA 1.204	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	02	30

EMENTA

Discussão sobre gestão e política ambiental no Brasil. Políticas de desenvolvimento integrado e suas características. Instrumentos de gestão e suas implementações: conceitos e prática. Base legal e institucional para a gestão ambiental. Inserção do meio ambiente no planejamento urbano. A questão ambiental sob o enfoque urbanístico. Sistemas de gestão ambiental e suas alternativas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Gestão e política ambiental no Brasil;
- Políticas de desenvolvimento integrado e suas características;
- Instrumentos de gestão e suas implementações: conceitos e prática;
- Base legal e institucional para a gestão ambiental;
- A questão ambiental sob o enfoque urbanístico;
- Sistemas de gestão ambiental e suas alternativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Genebaldo Freire. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental.** 2. ed. São Paulo: Global Gaia, 2006.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro (Org.). **Avaliação e contabilização de impactos ambientais.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

SANTOS, Rosely Ferreira. **Planejamento ambiental:** teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FEIGENBAUM, Armand Vallin. **Controle da qualidade total.** São Paulo: Makron Books, 1994. (V. 4)

RUANO, Miguel. **Ecourbanismo:** entornos humanos sostenibles – 60 proyectos. 2. ed. Barcelona: G. Gili, 2007. (Edição bilíngue)

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	EDU 806	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	04	60

EMENTA

A inclusão social e o apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas. A Lei nº 13.146/2015 e legislação específica na área da surdez. Reflexão acerca da legitimação da Língua de Sinais: história, identidade/cultura surda. Línguas de Sinais e minoria linguística. *Status* da Língua de Sinais no Brasil. As diferentes línguas de sinais e a organização linguística da LIBRAS para usos informais e cotidianos: vocabulário; morfologia, sintaxe e semântica; a expressão corporal como elemento linguístico. Prática das estruturas elementares da LIBRAS.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A inclusão social por meio da educação inclusiva e o apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas;
- Contexto histórico, clínico e educacional da pessoa com surdez;
- As tendências educacionais: oralismo, comunicação total e bilinguismo;
- Leis nº 13.146/2015, nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005;
- Os empréstimos linguísticos nas línguas de sinais: alfabeto manual e números;
- Manuais;
- Cultura surda;
- Os parâmetros das línguas de sinais;
- Os aspectos fonológicos na LIBRAS;
- A morfologia na LIBRAS;
- Sinalários básicos: pronomes; saudações; família; verbos; alimentos; cores;
- Estados brasileiros;
- Adjetivos; animais; tempo; meios de transportes; outros sinais básicos;
- Diálogo em Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte (Ed.). **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue:** língua de sinais brasileira. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. (Vol. 2)

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, Eulalia. (Org). **Surdez e bilinguismo.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos.** São Paulo: Plexus, 2007.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 1999.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Projeto Integrado e Colaborativo	ARQ 2.212	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Projeto de Arquitetura IV e Projeto Urbanístico I	04	60

EMENTA

Projeto integrado envolvendo arquitetura, urbanismo e paisagismo, com a colaboração de cursos da instituição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Esta disciplina terá seu conteúdo definido de acordo com o desenvolvimento das atividades didáticas e artísticas do corpo discente do curso, com acompanhamento dos docentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHOAY, Fraçoise. **O urbanismo:** utopias e realidades – uma antologia. Trad. D. R. Nascimento. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Estudos, 67)

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** Trad. Anita di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. (Debates, 18)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENETTI, Pablo Cesar. **Habitação social e cidade:** desafios para o ensino de projeto. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.

BOLZANI, Caio Augustus Morais. **Residências inteligentes.** São Paulo: Livraria da Física, 2004.

MASCARÓ, Juan Luis; YOSHINAGA, Mário. **Infra-estrutura urbana.** Porto Alegre: Masquatro, 2005.

NATIONAL ASSOCIATION OF CITY TRANSPORTATION OFFICIALS. **Guia global de desenho de ruas.** São Paulo: SENAC, 2018.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental e sustentabilidade.** Barueri: Manole, 2005.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Tópicos em Transporte e Mobilidade Urbana	URB 2.306	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	04	60

EMENTA

Os modos com que as pessoas se deslocam pela cidade, a integração entre estes meios de locomoção e as suas consequências na qualidade de vida urbana, levando em consideração conceitos, projetos referenciais e desenvolvimento de propostas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Mobilidade urbana e os caminhos da cidade: como as pessoas organizam seus deslocamentos;
- Como a forma urbana, uso do solo e as legislações urbanas influenciam no deslocamento pelas cidades;
- Classificação dos modos de transporte;
- Acessibilidade;
- Projetos referenciais sobre alternativas de locomoção em meio urbano; intermodais;
- Concepção e desenvolvimento de propostas de mobilidade urbana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUARTE, Fábio; LIBARDI Rafaela, SÁNCHEZ, Karina. **Introdução à mobilidade urbana.** Curitiba: Juruá, 2007.

FERRAZ, Antônio “Coca” Pinto; TORRES, Isaac Guilhermo Espinosa. **Transporte público urbano.** São Carlos: Rima, 2004.

VASCONCELLOS, Eduardo Ancântara de. **A cidade, o transporte e o trânsito.** São Paulo: Prólivros, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALCÂNTARA JUNIOR, José O.; SELBACH, Jeferson Francisco (Orgs.). **Mobilidade urbana em São Luís.** São Luís: EDUFMA, 2009.

BRASIL. Governo Federal; Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. **Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade por Bicicleta nas Cidades.** Brasília: MinC; Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta, 2007.(Coleção Bicicleta Brasil) Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/mobilidade-urbana/publicacoes-semob>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL. Governo Federal; Ministério das Cidades. **Brasil Acessível:** Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana. Brasília: MinC; Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana, 2006. (Cadernos 1-6) Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/mobilidade-urbana/publicacoessemob>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL. Governo Federal; Ministério das Cidades. **Curso Gestão Integrada da Mobilidade Urbana.** Brasília: MinC; Programa Nacional de Capacitação das Cidades, 2006. Disponível em: <http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2010/01/40%20-%20Gestao%20Integrada%20mobilidade%20urbana_MCidades.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2019.

ILLICH, Ivan. Energia e equidade. In: LUDD, Ned (Org.). **Apocalipse motorizado:** a tirania do automóvel em um planeta poluído. São Paulo: Conrad, 2004.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Tópicos em Arquitetura e Urbanismo	URB 2.306	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	04	60

EMENTA

Abordagem crítica no âmbito de tópicos relativos à arquitetura e urbanismo, com o intuito de enriquecer a autoconsciência dos alunos em termos do fazer arquitetônico e urbanístico. Conceitos, métodos e instrumentos para apreensão e proposição do espaço urbano contemporâneo e os processos de transformação da cidade, considerando sua interface com arquitetura, ambiente e território.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Esta disciplina terá seu conteúdo definido de acordo com o desenvolvimento das atividades didáticas e artísticas (práticas e/ou teóricas) do corpo discente do curso, com acompanhamento dos docentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. (Vol.1)

CHOAY, Françoise. **O urbanismo:** utopias e realidades – uma antologia. Trad. D.N. Rodrigues. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Estudos, 67)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis.** Trad. Diogo Mainardi. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARERI, Francesco. **Walkscapes:** o caminhar como prática estética. Trad. Frederico Bonaldo. 1ª ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

COHEN, Jean-Louis. **O futuro da arquitetura desde 1889:** uma história mundial. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura.** Trad. C. E. L. Machado. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra; DRUMMOND, Washington (Orgs.). **Experiências metodológicas para a compreensão da cidade contemporânea.** Salvador: EDUFBA, 2015. (Coleção PRONEM, Vols. 1-4) Disponível em: <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/pronem/parceiros.html>. Acesso em: 10 fev. 2019.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Alvenaria Estrutural	ENG 116	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	02	30

EMENTA

Histórico e evolução da alvenaria de tijolos e blocos como elementos portantes. Campo de aplicação e modo de trabalho dos sistemas estruturais de alvenaria. Materiais. Propriedades básicas dos materiais componentes de alvenaria. Ensaios. Capacidade portante de paredes, placas, vigas de alvenaria. Alvenaria armada e não armada. Distribuição de esforços verticais e horizontais nos elementos portantes. Paredes de contraventamento. Coberturas. Prescrições de normas brasileiras.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Evolução;
- Conceitos básicos;
- Materiais para alvenaria estrutural;
- Propriedades, características e desempenho;
- Diretrizes básicas de projeto;
- Concepção estrutural;
- Análise estrutural;
- Determinação e distribuição das ações verticais e horizontais;
- Procedimentos executivos;
- Critérios de controle da produção;
- Racionalização do processo construtivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORRÊA, Márcio Roberto Silva; RAMALHO, Marcio Antonio. **Projeto de edifícios em alvenaria estrutural.** São Paulo: PINI, 2004.

PARSEKIAN, Guilherme Aris; SOARES, Márcia Melo. **Alvenaria estrutural em blocos cerâmicos:** projeto, execução e controle. São Paulo: Nome da Rosa, 2010.

TAUIL, Carlos Alberto; NESE, Flávio José Martins. **Alvenaria estrutural.** São Paulo: PINI, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12118:** Blocos vazados de concreto simples para alvenaria – métodos de ensaio. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 8949:** Paredes de alvenaria estrutural: ensaio à compressão simples – método de ensaio. Rio de Janeiro, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15961-1:** Alvenaria estrutural: blocos de concreto. Rio de Janeiro: Projeto, 2011. (Parte 1: Projeto)

COÊLHO, Ronaldo Sérgio de Araújo. **Alvenaria estrutural.** São Luiz: UEMA, 1998.

SÁNCHEZ FILHO, Emil de Souza. **Alvenaria estrutural:** novas tendências técnicas e de mercado. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2002.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Concreto Protendido	ENG. 2.622	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	02	30

EMENTA

Conceitos gerais definição e aplicações do concreto protendido. Fundamentos do concreto protendido.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Histórico do concreto protendido;
- Características dos principais sistemas de protensão;
- Ancoragens; aços empregados;
- Vantagens e desvantagens do concreto protendido;
- Sistema de protensão no Brasil;
- Tipos de protensão;
- Dispositivos de ancoragem;
- Traçado geométrico;
- Perdas imediatas e progressivas: conceituação geral na pré e pós-tração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEONHARDT, Fritz. **Construções de Concreto.** Rio de Janeiro: Editora Interciência, 1983.

PFEIL, Walter. **Concreto protendido.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980. (Vol. 5)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6118:** Projeto de estruturas de concreto – procedimento. Rio de Janeiro, 2014.

CARVALHO, Roberto Chust. **Estruturas em concreto protendido.** São Paulo: PINI, 2012.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Arte, Cultura e Sociedade	EHA 1.105	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	02	30

EMENTA

Contextualização, análise e leitura das produções artísticas e culturais na contemporaneidade. A ocupação das artes nos espaços urbanos e relação do artista com a sociedade. Intervenções urbanas efêmeras. Experiência urbana.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A obra de arte e sua relação com a sociedade;
- Os espaços públicos como espaços de prática artística;
- O diálogo entre pintura, escultura e arquitetura no espaço urbano;
- A intervenção artística no espaço público;
- Obra de arte, museu e museificação urbana;
- Espetacularização urbana contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CANCLINI, Néstor García. **A socialização da arte:** teoria e prática na América Latina. São Paulo. Cultrix, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARTIGAS, Rosa; LIRA, José Tavares Correia de (Orgs.). **Caminhos da arquitetura:** Vilanova Artigas. 4. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2004. (Coleção Face Norte, 8)

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política.** Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1986. (Obras Escolhidas, v. 1).

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

JACQUES, Paola Berenstein. "Notas sobre o espaço público e imagens da cidade". **Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 110.02, Vitruvius, jul. 2009. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>. Acesso em: 31 jul. 2018.

JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra; DRUMMOND, Washington (Orgs.). **Experiências metodológicas para a compreensão da cidade contemporânea.** Salvador: EDUFBA, 2015. (Coleção PRONEM, Vols. 1-4) Disponível em: <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/pronem/parceiros.html>. Acesso em: 10 fev. 2019.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Análise de Impacto Ambiental	SEA 1.205	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Estudos Sociais, Econômicos e Ambientais	04	60

EMENTA

Análise e mapeamento do processo produtivo. Impactos ambientais causados pela construção civil e urbanização (crescimento da cidade e o uso e ocupação do solo). Métodos de avaliação de impactos ambientais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Análise e mapeamento do processo produtivo;
- Impactos ambientais causados pela construção civil e urbanização;
- Avaliação de impacto ambiental;
- Funções econômicas do meio ambiente:
- Aspectos e impactos ambientais: conceito, principais impactos ambientais relacionados à construção civil e urbanismo;
- As tecnologias e procedimentos de avaliação de impactos ambientais;
- Noções de legislação ambiental;
- O papel do planejamento ambiental na avaliação do impacto ambiental;
- Planejamento da gestão ambiental, políticas de desenvolvimento integrado, uso e ordenamento do solo;
- Estudo de Impactos Ambientais (EIA), relatório de impactos ambientais;
- Estudos simplificados de impactos ambientais;
- Audiência pública;
- As medidas mitigadoras;
- Determinação de matriz de prioridade e severidade;
- Desenvolvimento de um relatório de impacto ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. **Gestão ambiental:** para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Thex, 2006.

ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet; PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. **Curso de gestão ambiental.** Barueri: Manole, 2004.

VERDUM, Roberto; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **RIMA:** relatório de impacto ambiental – legislação, elaboração e resultados. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRAGA, Benedito et al. **Introdução à engenharia ambiental:** o desafio do desenvolvimento sustentável. 2 Ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2005.

CUNHA, Sandra Baptista. B.; GUERRA Antonio José. **Avaliação e perícia ambiental.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.

MPU – Ministério Público da União; MPF – Ministério Público Federal. **Deficiências em estudos de impacto ambiental.** Brasília: 4ª Câmara de Coordenação e Revisão; Escola Superior do Ministério Público da União, 2004.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental:** conceitos e métodos. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

SILVA, Elias. **Técnicas de avaliação de impactos ambientais.** Viçosa: CPT, 1999.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Saneamento Básico	ENG 2.613	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	04	60

EMENTA

Sistemas de abastecimento de água. Sistema de esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais. Sistemas de coleta e tratamento de resíduo sólido. Poluição ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Saneamento ambiental;
- Noções principais de hidráulica, águas para abastecimento; captação das águas; adução e subadução. Tratamento: reservação; distribuição e estações elevatórias; tratamento dos efluentes domésticos: conceito e definição, aspectos sanitários, sistema de esgotamento sanitário, sistema separador absoluto, constituintes. Critérios e parâmetros de projeto;
- Drenagem urbana: sistemas de micro-drenagem, conceito e definição, partes constituintes, bocas de lobo, tubulações, caixas de passagem, sistema coletor, poços de visita; reuso de águas pluviais;
- Sistemas de esgotamento sanitário: coleta, transporte, tratamento e disposição final dos esgotos. Corpos receptores, critérios de qualidade, poluição e preservação dos corpos d'água. Noções de estações de tratamento de esgoto: tratamento primário. Processos biológicos. Elementos de projeto. Sistemas de drenagem de águas pluviais;
- Manejo de resíduos sólidos: redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos; sistemas de coleta, transbordo e transporte; principais tipos de tratamento de resíduos, incluindo compostagem; disposição final de resíduos sólidos; inovações no manejo de resíduos sólidos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HELLER, Léo; PÁDUA, Valter Lúcio de. **Abastecimento de água para consumo humano.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

NETTO, Azevedo et al. **Manual de hidráulica.** 7. ed. São Paulo: Blucher, 1996.

NUVOLARI, Ariovaldo. **Esgoto sanitário:** coleta, transporte, tratamento e reuso. São Paulo: FATEC, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEM SOBRINHO, Pedro; TSUTIYA, Milton Tomoyuki. **Coleta e transporte de esgoto sanitário.** São Paulo: DEHS/USP – Escola Politécnica, 1999.

CANHOLI, Aluísio Pardo. **Drenagem urbana e controle de enchentes.** São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

CRESPO, Patrício Gallegos. **Sistemas de esgotos.** Belo Horizonte: DESA/UFMG, 1997.

MASCARÓ, Juan Luis; YOSHINAGA, Mário. **Infra-estrutura urbana.** Porto Alegre: Masquatro, 2005.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. **Saneamento do meio.** São Paulo: Fundacentro/USP, 1998.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Políticas Habitacionais	URB 2.308	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	04	60

EMENTA

Desenvolvimento urbano e a questão da habitação. O problema habitacional como política de Estado. A habitação popular e as ocupações urbanas. Favelas, cortiços e assentamentos populacionais. Políticas habitacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Formação urbana e a emergência do problema habitacional a partir da segunda metade do século XIX, no Brasil: cortiços, invasões, crescimento de favelas; sanitarismo, vila operária e a produção rentista da habitação;
- O debate habitacional na era Vargas. A presença do Estado e a habitação como questão social. Arquitetura moderna e o projeto nacional;
- O lugar da habitação na formação do homem brasileiro moderno. As experiências dos IAP e a Fundação da Casa Popular;
- Habitação social no Brasil. Afirmação e crítica à arquitetura moderna: Brasília, CECAP e o canteiro;
- Banco Nacional da Habitação (BNH) e o sistema financeiro da habitação. Processos de remoção, exclusão social e autoconstrução;
- Crítica, crise e a extinção do BNH. Fim da Ditadura Militar e os Movimentos de Moradia;
- As experiências dos anos 1980 e 1990. As políticas habitacionais pós-BNH, as propostas de autogestão e os projetos de urbanização de favelas;
- O lugar da habitação social hoje. Políticas públicas, políticas compensatórias, financeirização e a precarização social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Org.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

ROLNIK, Rolnik. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARICATO, Ermínia. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado:** confluência entre estado, empresas construtoras e capital. 2010. 361 f. il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2010.

SOUZA, Angela Gordilho. **Limites do habitar:** segregação e exclusão na configuração urbana

contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2008.
VALLADARES, Licia do Prado. **Habitação em questão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Patologia das Construções	ENG 2.618	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Estrutura de Concreto Armado	02	30

EMENTA

Introdução conceito de patologia e durabilidade; desempenho das construções; ciclo de vida útil dos edifícios; degenerescência; durabilidade de materiais e componentes. Manifestações patológicas: aspectos, incidência, análise das causas prováveis, mecanismos de formação, classificação, prevenção, terapêutica e reparos. Defeitos de projeto de execução. Sintomas nas fases executivas e pós-ocupacional. Manutenção e conservação na construção civil. Necessidades dos usuários com vistas ao desempenho esperado das construções.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceito, ciclo das patologias, degenerescência dos materiais; durabilidade;
- Manifestações patológicas, aspectos, incidência, análises das causas;
- Mecanismo de formação: classificação, prevenção, reparos;
- Defeitos de projetos e de execução, sintomas na fase de execução e pós-ocupação;
- Umidade nas construções; patologia dos revestimentos – argamassas, fissuras e trincas, deslocamentos;
- Patologia do concreto armado, defeitos de execução, degradação do concreto com o tempo. Ação do fogo, reparo e reforço;
- Patologia do aço e madeira; manutenção e conservação – defeitos e soluções.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PERDRIX, Maria Carmen Andrade. **Manual para diagnóstico de obras deterioradas por corrosão de armaduras.** Trad. adap. Antonio Carmona e Paulo Helene. São Paulo: PINI, 1992.

SOUZA, Vicene Custódio Moreira de; RIPPER, Thomaz. **Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto.** São Paulo: PINI, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HELENE, Paulo R. L. **Corrosão em armaduras para concreto armado.** São Paulo: IPT; PINI, 1986.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Composição Arquitetônica	ARQ 1.101	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Composição Visual	04	60

EMENTA

Experimentação espacial e capacidade perceptiva multissensorial. Composição e representação (a partir de um imaginário poético pessoal) de ideias/conceitos em espaços tridimensionais (maquetes volumétrico-arquitetônica) de forma crítico-reflexiva. Processo criativo aplicado ao pensamento arquitetônico-urbanístico. Elaboração de propostas arquitetônicas de baixa complexidade. Arquitetura efêmera.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Estudos de composição volumétrica a partir da definição de conceito e partido arquitetônico;
- Elaboração de maquetes físicas de estudos com diferentes materiais;
- Elaboração de proposta de arquitetura efêmera em nível de estudos preliminares;
- Humanização na representação projetual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONSALEZ, Lorenzo; BERTAZZONI, Luigi. **Maquetes:** a representação do espaço no projeto arquitetônico. Trad. Daniela Maissa. 2. ed. São Paulo: GG Brasil, 2015.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos.** Trad. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.

SNYDER, James C.; CATANESE, Anthony. **Introdução à arquitetura.** Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1984.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, Bruna Caroline Pinto. **Shigeru Ban e sua contribuição para a arquitetura efêmera. Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 115.04, Vitruvius, dez. 2009. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.115/5>. Acesso em: 30 jan. 2019.

CHING, Francis D. K. **Representação gráfica em arquitetura.** Trad. Luiz A. Meirelles Salgado. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

DIDIER, Corniller. **Pela casa se conhece o dono.** Trad. Bernardo Ajzenberg. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

JODIDIO, Philip. **Shigeru Ban.** Cologne: Taschen, 2015.

MILLS, Criss B. **Projetando com maquetes.** Trad. Alexandre Salvaterra. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Teoria, História e Crítica da Arquitetura e do Urbanismo Contemporâneos	ARQ 1.101	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo II	04	60

EMENTA

A crise da arquitetura e do urbanismo modernos e sua crítica. A condição pós-moderna na arquitetura e no urbanismo. A passagem ao período contemporâneo. Análise crítica da produção de arquitetos e urbanistas contemporâneos: novas expressões arquitetônicas e suas variantes na produção nacional e internacional. Modernidade apropriada na América Latina. A Produção da cidade contemporânea. América Latina: urbanização e violência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Revisões críticas do Movimento Moderno a partir do pós-guerra;
- "Pós-Moderno": teorias e práticas;
- O campo ampliado da arquitetura e do urbanismo: o século XXI;
- Análise crítica da produção de arquitetos e urbanistas contemporâneos: novas expressões arquitetônicas e suas variantes na produção nacional e internacional;
- Modernidade apropriada na América Latina;
- A produção da cidade contemporânea;
- América Latina: urbanização e violência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil.** Trad. A. M. Goldberger. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura:** antologia teórica (1965-1995). Trad. Vera Pereira. 2. ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

MONEO, Rafael. **Inquietação teórica e estratégia projetual na obra de oito arquitetos contemporâneos.** Trad. Flávio Coddou. São Paulo: Cosac Naify, 2008. (Face Norte, 12)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único.** Petrópolis: Vozes, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

MONTANER, Josep Maria. **Después del movimiento moderno.** Barcelona: Gustavo Gili, 1993.

VvAa. **Modernidad y postmodernidad en America Latina:** Estado del debate. Bogotá: Escala, 1991.

SYKES, A. Krista. (Org.). **O campo ampliado da arquitetura:** antologia teórica (1993-2009). Trad. Denise Bottmann e Roberto Grey. São Paulo: Cosac Naify, 2013. (Coleção Face Norte)

TOCA, Antonio (Ed.). **Nueva arquitectura en América Latina:** presente y futuro. México: Gustavo Gili, 1990.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Compreensão de Textos em Língua Espanhola	ARQ 1.101	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	04	60

EMENTA

Desenvolvimento de compreensão de textos orais e escritos de natureza diversa em Língua Espanhola. Aquisição da fonologia da Língua Espanhola em nível básico. Ampliação do vocabulário da Língua Espanhola. Diversidade linguística e cultural dos povos falantes de Língua Espanhola. Relações interculturais entre o Brasil e países de Língua Espanhola. Uso da Língua Espanhola aplicado à área de conhecimento do curso.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A abordagem instrumental;
- Estratégias de leitura de textos em língua estrangeira;
- Leitura de textos (informativos, literários, explicativos e argumentativos);
- Compreensão de textos orais (aulas ministradas em Espanhol, músicas, áudios, vídeos);
- Fonologia básica: el alfabeto; letras y sonidos (pronúncia); noções de ortografía;
- Gramática em contexto (aspectos linguísticos necessários à compreensão dos textos) – sistema nominal; sistema verbal; sistema pronominal; operadores de coesão textual;
- Gramática contrastiva (heterosemânticos; heterogenéricos);
- Diversidad linguístico-cultural de los pueblos hispanohablantes y sus relaciones interculturales (conteúdo presente nos textos);
- Estratégias para ampliação de vocabulário: ferramentas de estudo (uso de dicionários bilíngues, monolíngues; ferramentas tecnológicas disponíveis na internet);
- Prática do resumo (oral e escrito);
- Pesquisa, leitura e apresentação de materiais (texto/audiovisual) relacionados à área do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GÓMEZ TORREGO, Leonardo. **Gramática didáctica del Español.** São Paulo: SM, 2005.

LIMA PICANÇO, Deise Cristina de; BONNET VILLALBA, Terumi Koto. **El arte de leer Español.** Curitiba: Base Editorial, 2010. (V. 1, 2 e 3).

PEREIRA, Helena Bonito Couto. **Michaelis:** dicionário escolar espanhol: espanhol-português, português-espanhol. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEMBIBRE, Cecilia; CÁMARA, Noemí. **Vamos al cine:** artículos y actividades para el trabajo con películas en la clase de Español. Madrid: Editorial Edinumen, 2013.

BRUNO, Fátima Cabral; Mendoza, Maria Angélica. **Hacia el Español:** curso de lengua y cultura hispánica (Nivel Intermedio). São Paulo: Editora Saraiva. 2002.

FANJUL, Adrián (Org.) **Gramática y práctica de Español para brasileños.** São Paulo: Moderna (Santillana), 2005.

SILVA, CecÍlia. Fonseca da; SILVA, Luz Maria Pires da. **Español a travÉs de textos.** Rio de Janeiro:

Editora Imperial Novo Milênio, 2013.

VARGAS SIERRA, Teresa. **Español Instrumental.** Curitiba: Editora IBPEX, 2004.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Tópicos em História das Cidades	ARQ 1.101	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Não há	04	60

EMENTA

Estudo de métodos e teorias interpretativas para análise do desenvolvimento e expansão das cidades e suas formas organizativas no tempo e espaço. O conceito de cidade como fenômeno sócio-histórico nos mundos antigo e moderno. Estudo de cidades na História da antiguidade até a atualidade. Memória e História. Modos de ver e viver as cidades. O cotidiano nas cidades: táticas de sobrevivência e estratégias de dominação. Relações do campo/cidade. Temporalidades históricas e memórias. Mundos do trabalho urbanos. Representações, narrativas, apropriações, ressignificações e práticas das cidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- História das cidades: teorias e metodologias;
- História e memória: temporalidades históricas, silêncios e lembranças;
- A cidade na Antiguidade;
- A cidade medieval na Europa;
- A cidade moderna na Europa;
- A cidade no Brasil indígena;
- A cidade no Brasil urbano;
- A cidade na Bahia;
- A cidade contemporânea;
- A cidade no Oeste da Bahia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. (Vol. 1)

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade:** história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CORIBÉ, Clovis; VALE, Raquel. **Oeste da Bahia:** trilhando velhos e novos caminhos. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana Moraes. **Canções da cidade amanhecente:** urbanização, memórias e silenciamento em Feira de Santana – 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2016.

RISÉRIO, Antonio. **A cidade no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

SOUZA, Eduardo; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Imagens urbanas:** os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Paisagismo e Arborização Urbana (Paisagismo II)	ARQ 1.101	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Morfologia da Paisagem (Paisagismo I)	04	60

EMENTA

Paisagismo: elementos de composição e comunicação no jardim. Estudo de aspectos botânicos dos grupos de plantas ornamentais. Definição dos ambientes de cultivos. Etapas do projeto e execução de paisagismo. Potencial paisagistico do Cerrado brasileiro. Arborização urbana.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Fundamentos e conceitos:
  - Importância do paisagismo em diferentes escalas e o profissional paisagista no mercado;
  - Elementos de composição e comunicação no jardim (linha, forma, textura, cor; movimento no jardim, som na paisagem etc.).
- Aspectos botânicos das plantas ornamentais:
  - Noções gerais sobre os aspectos fisiológicos e morfológicos das plantas ornamentais;
  - Aspectos botânicos dos grupos de plantas ornamentais com potenciais de uso no paisagismo (plantas arbustivas, herbáceas folhosas e floríferas, suculentas e bromélias, gramados e forrações, palmeiras, trepadeiras e plantas aquáticas);
  - Espécies potenciais de paisagismo no Cerrado.
- Etapas do projeto arquitetônico:
  - Estudo preliminar, anteprojeto e projeto executivo.
- Aborização urbana:
  - Aspectos históricos da arborização urbana no Brasil e na Bahia;
  - Legislação referente à arborização urbana, meio ambiente e cidade;
  - Aspectos ambientais, sociais e econômicos relativos à arborização urbana;
  - Avaliação da flora utilizada na arborização urbana no município de Barreiras-BA;
  - Aspectos relativos à seleção de espécies adequadas para arborização urbana e uso de vegetação nativa do Cerrado;
  - Aspectos relativos ao levantamento, avaliação e planejamento da arborização urbana;
  - Projeto de arborização urbana;
  - Produção e qualidade de mudas para arborização urbana;
  - Implantação de espécies arbóreas no espaço urbano;
  - Manejo das espécies arbóreas no ambiente urbano, principalmente: poda; prevenção de queda ou perda de galhos; fitossanidade; transplante; manutenção de áreas arborizadas;
  - Atividades práticas previstas:
    - Visita a viveiro;
    - Visita a parques e demais áreas de interesse;
    - Identificação e avaliação de árvores em praças, parques e vias públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LORENZI, Harri. **Árvores brasileiras:** manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasl. Nova Odessa: Plantarum, 2000.

LORENZI, Harri. **Plantas ornamentais no Brasil:** arbustivas, herbáceas e trepadeiras. São Paulo: Plantarum, 1999.

LORENZI, Harri et al. **Palmeiras do Brasil: n**ativas e exóticas. Nova Odessa: Plantarum, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABBUD, Benedito. **Criando paisagens:** guia de trabalho em arquitetura paisagística. São Paulo: SENAC, 2011.

CHACEL, Fernando. **Paisagismo e ecogênese.** Rio de Janeiro: Fraiha, 2001.

FARIA, Ricardo Tadeu de. **Paisagismo:** harmonia, ciência e arte. Londrina: Mecenas, 2005.

LIRA FILHO, José Agusto. **Paisagismo:** elementos de composição estética. Viçosa: Aprenda Fácil, 2013.

SOARES, Mozart Pereira. **Verdes urbanos e rurais:** orientação para arborização de cidades e sítios campesinos. Porto Alegre: Cinco Continentes, 1998.

DISCIPLINA	SIGLA	TIPO
Modelagem da Informação da Construção	INF 103	Optativa
PRÉ-REQUISITO	**CRÉDITO**	**HORA**
Desenho de Arquitetura II e Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo	04	60

EMENTA

Fundamentos de Building Information Modeling – BIM, nível de detalhe LOD, modelagem paramétrica e interoperabilidade. Padrões existentes para troca de informação entre disciplinas de projeto. Industry Fondation Classes – IFC. Colaboração/compartilhamento, quantitativos, extração de documentação. Estudo de *software* de Modelagem BIM.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Fundamentos e conceitos de:
  - Building Information Modeling – BIM;
  - Nível de Detalhe – LOD;
  - Industry Fondation Classes – IFC;
  - Modelagem paramétrica.
- Modelagem arquitetônica:
  - Configurações iniciais para o desenvolvimento do modelo;
  - Criação de referências de nível;
  - Ferramentas de visualização;
  - Painéis de navegação e propriedades
  - Criação de elementos construtivos e atribuição de propriedades (paredes, pisos, escadas, rampas e telhados);
  - Inserção e configuração e inserção de famílias;
  - Parede cortina;
  - Modelagem de terrenos;
  - Inserção e edição de elementos paisagísticos;
  - Criação de perspectivas externas e internas usando recursos de *rendering* e geração de imagens;
  - Controle de resolução da imagem e formatos de arquivos;
  - Extração de informações do modelo;
  - Criação de tabelas;
  - Criação de margens e carimbos e configuração de impressão.
- Simulação:
  - Utilização de ferramentas de simulação computacional para o estudo de aspectos formais e construtivos das edificações;
  - Simulação para estudos ambientais como a iluminação artificial, natural e estudo solar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPESTRINI, Tiago Francisco at al. **Entendendo BIM.** Curitiba: UFPR, 2015.

EASTMAN, Chuck et al. **Manual de BIM:** um guia de Modelagem da Informação da Construção para arquitetos, engenheiros, gerentes, construtores e incorporadores. Porto Alegre: Bookman,

2021.

LEUSIN, Sergio Roberto. **Gerenciamento e coordenação de Projetos BIM.** Rio de Janeiro: GEN-LTC, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS NETTO, Claudia. **Autodesk Revit Architecture 2020:** conceitos e aplicações. São Paulo: Érica, 2020.

CAVASSANI, Glauber. **Graphisoft Archicad 19:** representação gráfica de projetos arquitetônicos. São Paulo: Érica 2019.

KENSEK, Karen. **Building Information Modeling (BIM):** fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro: GEN-LTC, 2018.

YORI, Robert; KIM, Marcus; KIRBY, Lance. **Mastering Autodesk Revit 2020.** Califórnia: Sybex, 2019.

KOWALTOWSKI, Doris. K. et al. (Orgs.). **O processo de projeto em arquitetura:** da teoria à tecnologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.